UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

Daniel Bruno Vasconcelos

**A COPA DO MUNDO DE 2014 NA CIDADE DE SÃO PAULO: AS
TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA URBANA DE ITAQUERA**

Versão Corrigida

São Paulo
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

A COPA DO MUNDO DE 2014 NA CIDADE DE SÃO PAULO: AS TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA URBANA DE ITAQUERA

Daniel Bruno Vasconcelos

Dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação de Geografia Humana da Universidade de São Paulo – USP, FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde

Área de Concentração: Geografia Humana

Linha de Pesquisa: Geografia Urbana

Agência Financiadora: CNPq

De acordo: Prof. Dr. Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde

Versão Corrigida

São Paulo
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

V329c VASCONCELOS, Daniel Bruno
A Copa do Mundo de 2014 na cidade de São Paulo:
as transformações na estrutura urbana de Itaquera /
Daniel Bruno VASCONCELOS ; orientador Rodrigo Ramos
Hospodar Felipe VALVERDE. - São Paulo, 2015.
176 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Geografia. Área de
concentração: Geografia Humana.

1. Geografia. 2. Geografia Humana. 3. Geografia
Urbana. 4. Planejamento territorial urbano. I.
VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe, orient.
II. Título.

DANIEL BRUNO VASCONCELOS

**A COPA DO MUNDO DE 2014 NA CIDADE DE SÃO PAULO: AS
TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS EM ITAQUERA**

Dissertação de mestrado apresentada junto ao
Programa de Pós-Graduação de Geografia
Humana da Universidade de São Paulo – USP,
FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas como requisito à obtenção
do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde
Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato
Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Profa. Dra. Márcia Cristina Hizim Pelá
Faculdade Alfredo Nasser

Aprovado em 13 de março de 2015.

Dedico a tod@s que lutam e lutaram
por uma maior Justiça Social na cidade e no campo,
principalmente, @s que foram crucificad@s pelo sistema.

Só a luta muda!

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao meu orientador, Rodrigo Valverde, pela oportunidade de ser seu orientando, por toda contribuição na pesquisa e nos serviços acadêmicos, pela paciência e compreensão, pela amizade, e o mais importante para mim, pela confiança de acreditar na minha capacidade de pesquisador e no projeto de pesquisa que apresentei desde o início.

A minha família por acreditar e apoiar meus projetos de vida, me desejando sempre sucesso e prosperidade, ao meu pai/avô Vitor, a minha mãe/avó Sebastiana (Dona Zica), a minha mãe Gislene, aos meus irmãos João e Pedro, as minhas tias Adriana e Andrea, aos meus primos Rafael, Raul, Vitor e Mateus, aos tios Marcio e Adailton, aos meus avós paternos, Valdemar e Odete, e ao meu pai Aluísio que mesmo não presente em minha vida, sempre me desejou sucesso.

Aos amigos/irmãos que moraram comigo no CRUSP, Pedro Vanalli e Mateus Araújo, pelo dia-a-dia mais divertido e psicodélico que construímos nesse último ano.

Aos amigos/irmãos que moraram comigo em Ourinhos na República Refúgio da Babilônia, Alexandre Marinho, Rafael Langoni, Gustavo Pereira, Gregório Rodas e Gabriel Toller, por conseguirmos manter contato mesmo distante, por poder sempre ter ótimas conversas de altíssimo nível e simplesmente pela amizade que construímos ao longo do tempo, a Família Babilônia sempre com energias positivas!

As amigas/irmãs que sempre foram sinceras e verdadeiras, que deram apoio, amor, carinho, completude, enfim, eu não vivo sem vocês, Carolina Kerhart, Heloísa Alessio e a mais distante de mim nos últimos tempos, mas que mora no meu coração da mesma forma, Luanda Marino. Mulheres que sempre vou querer ao meu lado, o Trio Ternura.

Agradeço a Michele de Oliveira Bianchini por me dar apoio em meus projetos e por ter me aguentado em seu dia-a-dia durante mais de um ano de sua vida.

Agradeço ao amigo/irmão Marcelo de Souza Pereira, que fez uma letra e música para retratar um pouco da realidade dessa dissertação e, por sempre mandar boas energias. O agregado mais querido da República Refúgio da Babilônia.

Agradeço a Jacqueline Lima, pelas conversas construtivas, por ter me ajudado na revisão do texto, por ter abraçado a ideia do Grupo de Pesquisa Geocanábico

ajudando nas atividades cotidianas, simplesmente por ser uma amiga do fundo do coração para qualquer momento. Uma pessoa especial que quero ter ao meu lado sempre.

Agradeço a querida amiga Priscila Petri, membra do Grupo de Pesquisa Geocanábico, por me ajudar na correção deste trabalho em sua reta final exaustivamente e, simplesmente pela sua amizade, na qual pude contar sempre com sua presença para compartilhar inúmeros momentos de alegria, tristeza, de ideias mirabolantes e de companheirismo. Irmandade lado a lado sempre!

Agradeço a Drancy Silva, membro da Associação de Moradores da Comunidade da Paz; e a Douglas Cassiano, produtor musical e morador de Itaquera, por suas cordialidades e pela ajuda em obter as informações contidas neste trabalho.

A minha professora de Geografia do Ensino Fundamental e Médio, que foi minha inspiração para entrar no Universo da Geografia, Silvia Araújo.

Agradeço a Olinda Fukuda, por me trazer serviços que ajudaram a me superar na área de geoprocessamento, na qual os mesmos me ajudaram financeiramente a me manter durante os anos da pesquisa.

Agradeço a Patrícia Araújo de Oliveira, por me dar atenção na reta final deste trabalho e estar ao meu lado nos momentos em que precisei da sua ajuda, dando paz, amor, alegria e felicidade.

Ao Grupo de Pesquisa Geocanábico e aos amigos e amigas que frequentam sua sede, trazendo conhecimento e felicidade para o ambiente, dando apoio e confiança aos projetos, sobretudo as conversas extremamente construtivas e de alto nível, do cotidiano às confraternizações, Juliana Bonfim, Isaac dos Santos, Pedro Damião, Caio Alves, Bárbara Bertoni, Renato Ribeiro, Fernando Rocha, Tom e a integrante que hoje vive em La Plata, mas está sempre presente nas atividades e no movimento do Geocanábico, Ana Florência (Flor). O Geocanábico é amor!

Aos professores Fábio B. Contel, Ricardo Mendes e Francisco Capuano Scarlato e as professoras Glória A. Alves e Ana Fani Carlos, que ministraram as disciplinas que foram cruciais para o direcionamento da discussão teórica deste trabalho.

Aos funcionários do Departamento de Geografia, Francisco (Jow), Firmino, Cida, Joelma, Rosângela e Orlando, que estavam sempre presente no meu cotidiano, ajudando na parte administrativa e burocrática das atividades deste mestrado.

Aos amigos e amigas do CRUSP que estão sempre presente em meu cotidiano fazendo os dias ficarem mais divertidos, Benigno, Michel, Kenny, Marcela, Sarah, Suzana, Simone, Elvira, Bruno, Luciana, Lucas Mura, Tanã Mura, Fábio Alkmin, Sérgio Luiz, Pato, Tiago Santos, Roberto Parente, Fábio Souza, Talita Lima, Sandra Santos, Lígia, Paulo (Paulão), Bruno (Brunão) e Leandro (Tamanda).

Aos amigos e as amigas que são da região metropolitana de São Paulo ou da capital paulista, que estiveram presentes em momentos especiais da minha vida nesse período em São Paulo, Julio Akutagawa, Fernando Bordinhon, Rita Castro, Natália Salla, Michele Moll, Rafael Ferraregi, Ivan, Léo e David Torrão.

Aos amigos e amigas que conheci trabalhando em São Paulo, na qual foi construída uma amizade que quero levar para sempre, conversas construtivas e o “rolezão” são as marcas dessa amizade, Júlio M. Neto, Uira-Pia-Uaçu Deak, André de Souza, Helino Hiram, Diego Blum, Katharine de Oliveira e a mulher que sempre me traz paz e amor ao me ver, Graciele Luna.

Aos amigos e amigas de Mococa que sempre me desejaram prosperidade e sucesso, mesmo com a distância, Luis F. Franzoni (Bado), Gustavo S. Pinto (Joey), Caio Herculano, Marcos Herculano, Carlos Toneto, Danilo, César, João Paulo Marçola, Luiz Marçola (Junin), Isabela Braga, Micheli Cunha, Ana Elisa Cunha, Gisely Modesto, Raquel Batista, Rita Batista e Dona Zezé.

Aos amigos e amigas que conheci no Universo da Geografia, que sempre estiveram presentes em diversos momentos da minha vida, me trazendo paz, sabedoria, alegria, diversão e energia positiva. Aos amigos da Fundação Santo André, Everton (Eto) e Lilian Sankofa. Aos amigos da USP (Graduação e Pós-Graduação), Maria Carolina Villaça, Amanda, Fernanda, Juliana, Ricardo, Melanie (Mel), Samiyah Becker, Andressa, Thalita Vanessa, Renato Vicente, Danilo Cardoso, Fernanda Pinheiro, Maurício Costa, Maria Carolina Villaça, Evandro Daniel, Natalia, Márcia Pelá, Rosângela Viana e Tatiana Parizotto. Aos amigos da AGB, Caio e Filipe. Aos amigos da UNICAMP, Alberto (Beto) e Devides.

Aos amigos da UNESP de Ourinhos, Daniel, Sérgio, Adilson, Thalita Melinski, Camila, Elis, Yume, Alessandra, Rafael Furlan, Marcelo (Sauva), Aline Louise, Natalia Grandinetti, Itaiana e a toda República da Magali, Carla, Renata, Natacha, Fernanda, Bruna e Evelise.

Aos amigos da UNESP de Rio Claro, Magno, Eder, Maria Carolina e, a todos moradores e ex-moradores da República Vuco-Vuco, em especial a Bruno, Dillon,

Scar, Tatu, XV, Fernanda e Renatão, que abriram as portas da República no momento em que mais precisei.

Aos Movimentos Sociais que foram peças importantíssimas para minha formação pessoal e profissional, me ensinado muito sobre as lutas do dia-a-dia e aumentando minha sabedoria sobre os excluídos desse sistema, aos Movimentos de Moradia, em especial o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), ao Movimento Sem Terra (MST), ao Movimento Passe Livre (MPL), ao Movimento LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros), ao Movimento Feminista, ao Movimento Negro, ao Comitê Popular da Copa em São Paulo e a Associação de Moradores do CRUSP (AmorCrusp).

Um agradecimento especial ao professor Francisco Capuano Scarlato e a professora Márcia Pelá que participaram da minha banca de avaliação, na qual fizeram uma leitura minuciosa do trabalho levantando todos os aspectos positivos e críticas extremamente construtivas para o avanço da ciência geográfica. Muito obrigado professores!

Esta pesquisa contou com o financiamento do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

Fique sabendo!

Meu povo quer copa,
quer sala, quer quarto
e também um teto,
desse jeito não dá pra ficar quieto,
o negócio é ir protestar.

O mundo é uma "bola"
mas não é só de bola
que se vive no mundo,
a gente quer um pouco de tudo
se assim for tudo vai melhorar.

Começa o jogo e a bola
não para no pé do povo,
que tem que sair começar de novo
sua vida em outro lugar.

Mas meu povo é aquele
que não foge agora da luta
e que bem cedo madruga
sai vai trabalhar
é aquele mesmo
que saiu agora na rua
sem medo e sem nenhuma culpa,
chamando, mandando avisar.

Meu povo quer copa,
quer sala, quer quarto
e também um teto,
desse jeito não dá pra ficar quieto,
o negócio é ir protestar.
O mundo é uma "bola"
mas não é só de bola
que se vive no mundo,
a gente quer um pouco de tudo
se assim for tudo vai melhorar.

No jogo da vida
esse fenômeno não esta certo,
se faz estádio com muito concreto
eu também quero meu lugar.

O meu lugar,
não é de cadeira de luxo,
só quero o que é justo
um canto pra chamar de lar,
que tenha escola, trabalho, saúde
e também sossego,
sem polícia metendo o dedo
nós somos pessoas de paz.

Nós somos pessoas de paz.

Por: Marcelo de Souza Pereira - (Marcelo Ouro)¹

¹ Marcelo Ouro – Professor de Geografia da Rede Estadual de Ensino do Paraná; Músico e Compositor Profissional.

Por: Emma Allen² - Crítica à Copa do Mundo através da pintura corporal

Por: Paulo Ito³ – Grafite de rua protesta contra a Copa do Mundo

² Emma Allen – Artista que trabalha em uma variedade de mídias, de costura, pinturas de murais, obras de arte em 3D, animação para maquiagem e pintura de corpo e rosto.

³ Paulo Ito – Artista urbano, desenvolve a crítica em formas de pinturas de grafite.

RESUMO

Este trabalho visa analisar as transformações espaciais no período pré-Copa do Mundo de 2014 na cidade de São Paulo, em principal a área de Itaquera. O impacto da construção do estádio “Itaquirão” do Sport Club Corinthians Paulista e das obras do Polo Institucional de Itaquera para a Copa do Mundo estão no plano principal dessa pesquisa. A Copa do Mundo estabelece um conjunto de iniciativas de reforma urbana que altera formas e fluxos em um curto período de tempo, justificada pelo evento internacional. Em meio à requalificação do bairro, definem-se critérios de adequação que podem servir de modelo para outras intervenções em espaços periféricos. No sentido de detalhá-los, foi elaborado um plano de trabalho para delimitar o objeto de estudo. O projeto desta pesquisa teve como objetivo geral retomar a discussão das transformações no espaço urbano, mas, dessa vez, destacando um momento diferenciado de investimentos e expansão do capital na periferia de São Paulo. Na tentativa de compreender as transformações no espaço urbano, utilizamos o método materialista histórico dialético. A dissertação foi dividida em quatro capítulos, a principal base teórica dela está no Capítulo 1, porém outros conceitos também são percorridos ao longo do trabalho para compreender melhor os assuntos analisados. O Capítulo 2 e 3 foram focados em Itaquera, nosso principal objeto de estudo, passando pelas discussões e análises de fixos e fluxos, formação socioespacial, reforma urbana, requalificação urbana, segregação socioespacial, produção imobiliária e especulação imobiliária. O Capítulo 4 vem com a proposta de debater sobre as rugosidades e resistências na cidade. Abordando as transformações dos processos de produção do espaço, esse capítulo faz uma discussão sobre a questão da habitação em São Paulo, a luta dos excluídos *versus* a atuação do Estado e do Capital e, por fim, as manifestações populares que vieram à tona em 2013 e 2014 em virtude da questão urbana.

Palavras-chave: Copa do Mundo; Espaço Urbano; Estrutura Urbana; São Paulo; Itaquera.

ABSTRACT

This work analyzes the spatial changes of São Paulo in the pre-World Cup 2014 period , with special interest in the Itaquera area. The impact of the Itaquera stadium and of the Itaquera's Institutional Polo for the World Cup are in the main plan of this research. The World Cup establishes a set of urban reform initiatives that alter forms and flows in a short period of time, justified by the international event. Amid the redevelopment of the neighborhood, the suitability criteria defined can serve as a model for other interventions in peripheral areas. However, a work plan was developed to delimit the object of study. This research project had as main objective to resume the discussion of transformations in urban space, but in this time highlighting a different time of investment and capital expansion in the periphery of São Paulo. The method used to understand the spatial transformations in the urban space is based on dialectical historical materialism. The dissertation is divided in four chapters, with the main theoretical basis concentrated in Chapter 1, but other concepts are also discussed throughout the work to better understand the issues analyzed. Chapter 2 and 3 were focused on Itaquera, our main object of study, through the discussions and analysis of fixed and flows, socio training, urban renewal, urban redevelopment, socio-spatial segregation, housing production and real estate speculation. Chapter 4 has the proposal of discuss the roughness and resistance in the city. Addressing the transformations of the production of space processes, this chapter discuss the issue of housing in Sao Paulo, the struggle of the excluded versus State and Capital action, to get, finally, in the issue of popular demonstrations that surfaced in 2013 and 2014 because of the urban issue.

Keywords: World Cup; Urban Space; Urban Structure; São Paulo; Itaquera.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AMA: Assistência Médica Ambulatorial

BNH: Banco Nacional da Habitação

CDHU: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano

COHAB: Companhia de Habitação Popular de São Paulo

CPTM: Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

DEM: Democratas (Partido político)

DETRAN: Departamento Estadual de Trânsito

FAU: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

FES: Formação Econômica Social

FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FIES: Fundo de Financiamento Estudantil

FIFA: Fédération Internationale de Football Association

FIPE: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

GESP: Governo do Estado de São Paulo

IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

MPL: Movimento Passe Livre

MSP: Município de São Paulo

MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MTST: Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

PAE: Programa de Aperfeiçoamento de Ensino

PM: Polícia Militar

PMSP: Prefeitura Municipal de São Paulo

PROCON: Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor

PROUNI: Programa Universidade para Todos

PSD: Partido Social Democrático

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PT: Partido dos Trabalhadores

RMSP: Região Metropolitana de São Paulo

SABESP: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

SCCP: Sport Club Corinthians Paulista

SFH: Sistema Financeiro de Habitação

SUS: Sistema Único de Saúde

UBS: Unidade Básica de Saúde

USP: Universidade de São Paulo

ZL: Zona Leste da cidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Distrito de Itaquera no Município de São Paulo.....	19
Figura 2: Centralidades de Itaquera.....	34
Figura 3: Área da Pedreira Itaquera ao lado do Polo Institucional Itaquera.....	37
Figura 4: Polícia Militar atacam jovens com balas de borracha e bomba de gás lacrimogêneo durante “rolezinho” no Shopping Metrô Itaquera.....	57
Figura 5: Centros Culturais, Espaços Culturais e Casas de Cultura - Comparação entre as Subprefeituras de Itaquera e Pinheiros.....	58
Figura 6: Galerias de Arte - Comparação entre as Subprefeituras de Itaquera e Pinheiros	59
Figura 7: Salas de Shows e Concertos - Comparação entre as Subprefeituras de Itaquera e Pinheiros	60
Figura 8: Salas de Teatro - Comparação das Subprefeituras de Itaquera e Sé	61
Figura 9: Salas de Cinema - Comparação entre as Subprefeituras de Itaquera e Sé	62
Figura 10: Localização dos Distritos que compõe a Sub-Prefeitura de Itaquera.....	65
Figura 11: Dados da População Recenseada Município de São Paulo, Subprefeitura de Itaquera e seus Distritos Municipais 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.....	67
Figura 12: Dados da População Total por Grau de Instrução Município de São Paulo, Subprefeitura de Itaquera e seus Distritos Municipais 2007	68
Figura 13: Dados dos Domicílios por Faixa de Rendimento, em salários mínimos Município de São Paulo, Subprefeitura de Itaquera e seus Distritos Municipais 2000..	69
Figura 14: Dados dos Domicílios por Faixa de Rendimento, em salários mínimos Município de São Paulo, Subprefeitura de Itaquera e seus Distritos Municipais 2010..	70
Figura 15: Dados dos Estabelecimentos e Empregos Formais no Setor do Comércio, Serviços, Indústria de Transformação e Construção Civil Município de São Paulo, Subprefeitura de Itaquera e seus Distritos Municipais 2007	71
Figura 16: Estabelecimentos e Empregos Formais no Setor do Comércio, Serviços, Indústria de Transformação e Construção Civil Município de São Paulo, Subprefeitura de Itaquera e seus Distritos Municipais 2011	71
Figura 17: Imagem de satélite da Região de Itaquera em 2001.....	90
Figura 18: Imagem de satélite da Região de Itaquera em 2009.....	91

Figura 19: Obras no Polo Institucional Itaquera.....	93
Figura 20: Projeto da área da nova centralidade de Itaquera - Polo Institucional Itaquera	94
Figura 21: Imagem de satélite da Região de Itaquera em 2014.....	95
Figura 22: Plano Alternativo da Comunidade da Paz – Cenário atual da localidade da Comunidade da Paz e proposta de reurbanização	97
Figura 23: Plano Alternativo da Comunidade da Paz – Proposta final do projeto de reurbanização da área da favela.....	98
Figura 24: Acesso aos equipamentos de educação – Comunidade da Paz.....	100
Figura 25: Panorâmica – Comunidade da Paz.....	100
Figura 26: Favela – Comunidade da Paz	101
Figura 27: Soma das unidades verticais e horizontais aprovadas pela PMSP.....	116
Figura 28: Mapa dos novos empreendimentos imobiliários em Itaquera.....	119
Figura 29: Variação de preço dos imóveis residenciais à venda em São Paulo no período de Janeiro/2008 até Maio/2014 – Índice FIPE ZAP.....	122
Figura 30: Variação de preço dos imóveis residenciais para locação em São Paulo no período de Janeiro/2008 até Maio/2014 – Índice FIPE ZAP.....	123
Figura 31: Variação de preço dos apartamentos para venda em Itaquera no período de Janeiro/2008 até Maio/2014 – Índice FIPE ZAP.....	125
Figura 32: Variação de preço das casas para venda em Itaquera no período de Janeiro/2008 até Maio/2014 – Índice FIPE ZAP.....	126
Figura 33: Variação de preço dos apartamentos para locação em Itaquera no período de Outubro/2010 até Maio/2014 – Índice FIPE ZAP.....	127
Figura 34: Variação de preço das casas para locação em Itaquera no período de Maio/2008 até Maio/2014 – Índice FIPE ZAP.....	128
Figura 35: Resistência na reintegração de posse do Conjunto Habitacional Caraguatatuba	136
Figura 36: Panorâmica geral da ocupação Copa do Povo - Itaquera.....	137
Figura 37: Ocupação Copa do Povo - Itaquera.....	137
Figura 38: Manifestação Copa pra quem?.....	161

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1	
1. ENTENDIMENTOS SOBRE ESPAÇO, ESTRUTURA URBANA E FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL	24
1. 1. O conceito de espaço	24
1. 2. A estrutura urbana	30
1. 3. A formação socioespacial	46
CAPÍTULO 2	
2. AS TRANSFORMAÇÕES DE FIXOS E FLUXOS NO PERÍODO PRÉ-COPA EM ITAQUERA.....	52
2. 1. Os fixos e fluxos	52
2. 2. A situação de Itaquera dentro da formação socioespacial	63
2. 3. A reforma urbana e o plano de requalificação.....	78
CAPÍTULO 3	
3. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA.....	104
3. 1. Da segregação socioespacial à produção imobiliária	104
3. 2. A produção do espaço urbano: os novos projetos de capitalização do espaço e a nova configuração socioespacial de Itaquera	116
CAPÍTULO 4	
4. RUGOSIDADES E RESISTÊNCIAS: TRANSFORMANDO OS PROCESSOS ..	131
4. 1. Rugosidades e Resistência: A questão da habitação	131
4. 2. Transformar os processos: A luta dos excluídos <i>versus</i> A atuação do Estado e do Capital.....	140
4. 3. As Manifestações Populares: Contra o processo de desencadeamento da Copa do Mundo - Pelo Direito à Cidade e à Vida	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
BIBLIOGRAFIA	168
BIBLIOGRAFIA COMENTADA	176

INTRODUÇÃO

Surgiu no ano de 2010 a ideia de fazer uma dissertação de mestrado sobre a região de Itaquera, com a temática envolvendo a Copa do Mundo, a construção do estádio de futebol do Sport Club Corinthians Paulista (SCCP), conhecido popularmente como Itaquerão, e as transformações espaciais que ambos poderiam trazer para o local e para cidade de São Paulo como um todo. O projeto que envolveu essa discussão partiu da seguinte hipótese: a Copa do Mundo estabelece um conjunto de iniciativas de reforma urbana que alteram formas e fluxos em um curto período de tempo, justificado pelo evento internacional. Em meio à requalificação do bairro em específico, definem-se critérios de adequação que podem servir de modelo para outras intervenções em espaços periféricos. Desta forma, foi elaborado um plano de trabalho que delimita a área de estudo e leva em consideração os efeitos e conflitos dos megaeventos nos espaços urbanos.

Esta pesquisa teve como objetivo geral retomar a discussão das transformações no espaço urbano, sobretudo, na estrutura urbana, destacando este momento diferenciado de investimentos e expansão do capital na periferia de São Paulo. A conexão desse ciclo de investimentos com a realização de um megaevento estabelece condições especiais para a produção e reprodução do espaço em um curto período de tempo, sobretudo no que tange ao corte temporal – 2008 a 2014 – e à coordenação de gastos públicos e privados. Portanto, a análise desse estudo se torna original ao tomar a realização de obras referentes à Copa do Mundo de 2014 como catalisadoras das transformações da estrutura urbana de Itaquera.

Antes de nos aprofundarmos nesse estudo, se faz necessário a explicitação do mapa de localização do Distrito de Itaquera, no Município de São Paulo. Este mapa trará o posicionamento geográfico da área estudada, dando uma noção espacial ao leitor para associá-la às informações e debates elaborados, implicando majoritariamente na concepção das análises obtidas do trabalho.

Figura 1: Localização do Distrito de Itaquera no Município de São Paulo

As transformações na estrutura urbana que escolhemos dar o foco principal são as de uso e ocupação do solo urbano, referente à questão da moradia, e as de formação socioespacial de Itaquera.

Desde o início era evidente que não seria uma tarefa fácil acompanhar todas as transformações desse espaço em estudo. Por ser uma pesquisa que trabalhou um tema contemporâneo e em desenvolvimento, a cada dia que se passava, uma nova notícia sobre Itaquera aparecia na mídia, aumentando ainda mais a dificuldade de análise dos fatos que ocorriam na área. Porém, na medida do possível, superamos esses obstáculos e refletimos a problemática que nos propomos a estudar.

O estudo sobre as transformações na estrutura urbana de Itaquera no período pré-Copa do Mundo surge com a proposta de acompanhar os fatos em tempo real. Desta forma, este estudo se designa como um registro no acompanhamento dos processos deste megaevento. Sua justificativa diz respeito ao Estado de exceção (AGAMBEN, 2004) que o Brasil viveu perante as determinações da FIFA (Fédération Internationale de Football Association) e de seus patrocinadores nesses anos. As Legislações Federal, Estadual e Municipal foram alteradas para realização do evento, passando até mesmo por cima da Constituição Brasileira de 1988. A repressão e violência por parte da Polícia Militar (PM) a mando dos Governos Estaduais foram extremamente excessivas e truculentas, tudo isso para deixar o dinheiro fluir nas mãos dos grandes agentes do Capital. Foram dezenas de mortes e milhares de feridos nas manifestações contra o processo de desencadeamento da Copa do Mundo, pelo Direito à Cidade (LEFEBVRE, 1991) e pelo Direito à Vida (CARLOS, 2011).

O método usado nessa dissertação é o materialismo histórico dialético para compreender melhor a temática proposta de análise das transformações da estrutura urbana. O uso deste método se baseia na dialética entre as teorias usadas neste trabalho e a prática, e, sobretudo, na análise da ligação entre os processos do passado e do presente. Os trabalhos de campo realizados diversas vezes na região de Itaquera, as reuniões nas instituições governamentais e não governamentais foram de ordem crucial para o desenvolvimento da pesquisa e conceitualização dos fatos. A estrutura do texto também teve como base aspectos como o material informacional colhido durante a pesquisa, reuniões com orientador, disciplinas cursadas no curso de Pós-Graduação em Geografia Humana, estágios no Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE) e a participação em congressos, encontros e seminários que abordavam a temática proposta.

Os trabalhos de campo tiveram o caráter de analisar e averiguar melhor o que realmente aconteceu em Itaquera nos anos que antecederam a Copa do Mundo. Esses trabalhos consistiram em entrevistas com os moradores de Itaquera, com membros de representações governamentais, com analistas imobiliários que trabalham em Itaquera, com militantes dos movimentos sociais que atuam no bairro, com membros de associações de moradores. No trabalho de campo houve também uma averiguação das transformações na estrutura urbana, tanto no que diz respeito às modificações concretas do espaço – as grandes obras de infraestrutura urbana e imobiliárias –, quanto na questão socioespacial – segregação e espoliação urbana. De modo geral, os trabalhos de campo foram extremamente necessários para conseguirmos chegar às conclusões que culminaram no desenvolvimento dessa pesquisa.

Começamos o Capítulo 1 abordando os principais conceitos que iremos trabalhar nesta dissertação. Neste capítulo, não tivemos a finalidade de analisar exaustivamente os conceitos e fazer crítica a eles, pois tal pretensão dificilmente pode ser cumprida em uma dissertação: nosso objetivo foi esclarecer as linhas de pensamento que iremos seguir ao longo deste trabalho. Outros conceitos são abordados e percorridos ao longo de todos os capítulos, entretanto, entendemos que os principais conceitos dessa dissertação se encontram presentes no primeiro capítulo. O subcapítulo 1.1. diz respeito ao conceito de espaço. Foi feita uma abordagem do conceito de espaço geográfico, espaço urbano, espaço social, sobre as categorias do espaço e os elementos do espaço. Para trabalhar todos esses conceitos referentes à categoria espaço, seguimos a corrente teórica da Geografia Crítica Brasileira. Autores como Milton Santos (1985; 2008c) e Roberto Lobato Corrêa (2005; 2006) foram nossas principais fontes, auxiliado pelo filósofo Henri Lefebvre (2006). No subcapítulo 1.2. abordamos a temática da estrutura urbana, nosso principal foco. Começamos nossa discussão sobre os fundamentos da estrutura urbana de acordo com Castells (1983), que são os processos de produção, consumo, intercâmbio e gestão. Em seguida, fazemos uma discussão sobre os agentes que transformam o espaço, segundo Corrêa (2005). Neste momento tentamos fazer uma discussão teórica e prática ao mesmo tempo. Essa discussão tange os seguintes agentes: os proprietários dos meios de produção, sobretudo, as grandes industriais e as grandes empresas comerciais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; os grupos sociais excluídos. Para finalizar esse subcapítulo, foi realizada uma discussão sobre o valor de uso e valor de troca do solo urbano, com o objetivo de mostrar a atuação dos atores no mercado de moradia, segundo Harvey (1980). Para concluir o

primeiro capítulo, no subcapítulo 1.4. é exposto o conceito da Formação Socioespacial, na qual busca-se mostrar a relação entre o local e o global, para fortalecer as discussões usadas durante o trabalho. Neste é usado como referência central Santos (2008a), além disso, é exibido os conceitos de Formação Econômica Social (FES), Formação Social até chegarmos na Formação Socioespacial.

O Capítulo 2 diz respeito às transformações de fixos e fluxos no período pré-Copa em Itaquera. Nesse capítulo serão expostas as transformações que tangem a estrutura urbana por meio de dados quantitativos para caracterizar e embasar mais categoricamente nossa área de estudo. As principais fontes desses dados quantitativos são a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) e o Plano Alternativo da Comunidade da Paz⁴. Nossas principais referências teóricas nesse capítulo são autores como Bonduki (2011), Carlos (2007; 2011) Santos (2006; 2008a; 2008b; 2008d; 2012b) e Souza (2005). No subcapítulo 2.1 é exposto o conceito de fixos e fluxos apresentado por Milton Santos (2008a; 2008b; 2012b). Nesse subcapítulo são levantados os principais fixos públicos – culturais, sociais, de lazer, dentre outros – e também da iniciativa privada em Itaquera. Fazemos uma ligação desses fixos com os fluxos, no que tange a circulação, transformação e uso dos fixos. O subcapítulo 2.2. diz respeito à situação de Itaquera dentro da formação socioespacial, neste são expostos os dados populacionais, dados de grau de instrução, dados de rendimentos por domicílio e os dados de estabelecimentos e empregos formais no setor do comércio, serviços, indústria de transformação e construção civil em Itaquera, conseqüentemente é feita uma análise abordando a situação do local. O subcapítulo 2.3. diz respeito às políticas de reforma urbana e o plano de requalificação. Nossa principal referência é Marcelo Lopes de Souza (2005) e a discussão visa abordar diversas questões da cidade, em principal, as questões sociais e públicas. Nesse subcapítulo fazemos uma breve análise das políticas partidárias passadas e das que administram atualmente a PMSP. Nele, damos enfoque ao plano de requalificação da cidade, em seguida, focamos os estudos no plano de requalificação de Itaquera, abordando tanto o plano de requalificação da PMSP para Itaquera, quanto o plano alternativo de moradia da Comunidade da Paz, favela que será atingida pelo plano de requalificação.

O Capítulo 3 discorre sobre os temas da segregação socioespacial à especulação imobiliária na cidade. Esse capítulo foi dividido em 2 (dois) subcapítulos,

⁴ O Plano Alternativo da Comunidade da Paz foi elaborado pelo Instituto Pólis e o Comitê Popular da Copa de São Paulo.

onde há um debate cruzando os temas sobre “a *segregação socioespacial na cidade x a produção imobiliária*”, passando por temas como especulação imobiliária e financiamentos. O capítulo perpassará a discussão do tema sobre a produção do espaço urbano: os novos projetos de capitalização do espaço e nova configuração de valores dos imóveis. No subcapítulo 3.1. é feita uma discussão sobre a segregação socioespacial e nossa principal referência para articular esse conceito é de Corrêa (2005). Em seguida é feita uma articulação e debate em torno da produção imobiliária, aqui Rufino & Pereira (2011), Lefebvre (1999) e Santos (2009) são nossas bases de referência teórica. No subcapítulo 3.2. serão mostrados os dados quantitativos sobre os novos projetos de capitalização do espaço na região de Itaquera, assim como serão mostrados os dados da soma de unidades verticais e horizontais aprovados pela PMSP e da variação de preço dos imóveis residenciais, no período de 2008 até 2014. Após o levantamento dos dados é feito uma análise da nova configuração socioespacial em Itaquera.

Por último e não menos importante, o Capítulo 4 vem com a proposta de debater sobre as rugosidades e resistências. Abordando as transformações dos processos de produção do espaço. Esse capítulo faz uma discussão sobre a questão da habitação em São Paulo, discute a luta dos excluídos *versus* a atuação do Estado e do Capital, fazendo também uma discussão sobre as manifestações populares que vieram à tona em 2013 e 2014 por conta da questão urbana. O subcapítulo 4.1. diz respectivamente sobre a questão da habitação, nele é exposto a resistência do movimento de moradia e suas ocupações em Itaquera, fazendo-se uma análise sobre o assunto segundo Boulos, Rocha e Dore (2014), representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). O subcapítulo 4.2 procura discorrer sobre o assunto que permeia a discussão sobre os excluídos na cidade e a atuação do Estado e do Capital, nele colocamos uma problemática sobre a questão urbana e o planejamento urbano das cidades brasileiras apoiando-se em Rolnik (2014) e trazemos relatos dos moradores de Itaquera para empiricização do nosso estudo. O subcapítulo 4.3 é referente às manifestações populares contra o processo de desencadeamento da Copa do Mundo e pelo direito à cidade e direito à vida. Nesse subcapítulo são expostas as pautas levantadas durante as manifestações e, conseqüentemente, é feita uma análise a partir de Maricato (2013) sobre a questão urbana. Aqui, trazemos também um relato de um morador de Itaquera sobre seu posicionamento político de lutas por mudanças e, por conseguinte, pelo direito à cidade e pelo direito à vida.

CAPÍTULO 1

1. ENTENDIMENTOS SOBRE ESPAÇO, ESTRUTURA URBANA E FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL

O espaço é uma acumulação desigual de tempos

Milton Santos

1. 1. O conceito de espaço

Buscaremos explicar o conceito de espaço através dos pensamentos dos autores clássicos da Geografia, explicaremos o conceito de espaço e, conseqüentemente, o conceito de espaço urbano. Para explicar esses conceitos seguiremos o referencial teórico da Geografia Crítica Brasileira, o qual foi baseado em dois autores: Milton Santos (1985; 2008c) e Roberto Lobato Corrêa (2005; 2006). Complementamos essa explicação com o campo da filosofia, utilizando como referencial teórico o autor Henri Lefebvre (2006).

Corrêa (2006) nos explica o significado da palavra espaço, que se encontra “associada a uma porção específica da superfície da Terra identificada seja pela natureza, seja com referência à simples localização (CORRÊA, 2006, p.15)”. O autor relata que o conceito de espaço está associado ao espaço geográfico e é usado indiscriminadamente em diferentes escalas trabalhadas na geografia: global, continental, regional, da cidade, do bairro, da rua, dentre outras. O conceito de espaço geográfico é trabalhado diferentemente dentro de cada linha teórica da geografia, desde a geografia tradicional até a geografia crítica e atual (CORRÊA, 2006, p.15). Seguindo nossa linha de pensamento da Geografia Crítica Brasileira, associamos o espaço e suas estruturas como produtos da ação social e de suas contradições, sobretudo, a valorização das atividades econômicas e das reações sociais atreladas a estas.

Santos (2008a) argumenta que “o espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos (SANTOS, 2008a, p.78)”. O autor ressalva que “[...] o espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais (SANTOS, 2008a, p.78)”.

Completando o pensamento do autor sobre o conceito de espaço, ele diz que “[...] o espaço resulta o casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento (SANTOS, 2008a, p.79)”. Desta forma entendemos que o espaço é um conjunto de objetos, naturais e artificiais, com o qual o homem se interage e se relaciona a todo momento, transformando-o constantemente, seja para seu uso pessoal ou coletivo. Sua forma, estrutura e processo se produzem de acordo com a conexão de cada sociedade, levando sempre em conta os fatores econômicos e sociais de cada lugar.

O conceito de espaço na visão de Santos (2008c) se refere à noção de espaço sobre uma variedade de objetos e significações. Contextualizando, o espaço que interessa à geografia “é o espaço humano ou espaço social, que contém ou é contido por todos os múltiplos de espaço”. O autor relata que o espaço humano é o espaço geográfico, e que “sua tendência é mudar com o processo histórico, uma vez que o espaço geográfico é também o espaço social” (SANTOS, 2008c, p.151).

Santos (2008c) faz uma explicação sobre o espaço.

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares (SANTOS, 2008c, p.153).

Continuaremos esse raciocínio na linha de Santos (1985) quando ele se refere aos elementos do espaço e à dimensão temporal do espaço. “Os elementos do espaço seriam os seguintes: os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas (SANTOS, 1985, p.6)”. Os homens são elementos do espaço na condição de fornecedores de trabalho, ou candidatos a isso. As firmas estão na função de bens, serviços e ideias. As instituições produzem normas, ordens e legitimação. “O meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano”. “As infraestruturas são o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminho, etc. (SANTOS, 1985, p.6)”.

Santos (1985) diz que os elementos do espaço interagem:

O estudo das interações entre diversos elementos do espaço é um dado fundamental da análise. Na medida em que *função e ação*, a interação supõe interdependência funcional entre os elementos. Através do estudo das interações, recuperamos a totalidade social, isto é, o espaço como um todo e igualmente, a sociedade como um todo. Pois cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social (SANTOS, 1985, p.7).

Corrêa (2006) mostra em seu texto “Espaço, um conceito-chave da Geografia” os diversos usos do conceito de espaço, resgatando desde os princípios da ciência geográfica até o século XXI. Neste texto fica explícito os diferentes usos do conceito de espaço na Geografia, passando pelas diversas correntes do pensamento geográfico, desde como o espaço foi concebido na Geografia tradicional, seguida pela Geografia teórica-quantitativa, a Geografia materialista histórica e dialética, até chegar à Geografia humanista e cultural. Através da evolução da Geografia no decorrer do tempo, a definição do conceito de espaço é de uma dimensão enorme, na qual diversos autores trabalham o conceito como entendem melhor em seu objeto de pesquisa.

Vamos agora resgatar da filosofia o conceito de espaço social e analisarmos essa discussão segundo Lefebvre (2006).

O espaço social contém, ao lhe assinalar os lugares apropriados (mais ou menos), as *relações sociais de reprodução*, a saber, as relações bio-fisiológicas entre os sexos, as idades, com a organização específica da família – e as *relações de produção*, a saber, a divisão do trabalho e sua organização, portanto, as funções sociais hierarquizadas. Esses dois encadeamentos, produção e reprodução, não podem se separar: a divisão do trabalho repercute na família e aí se sustenta; inversamente, a organização familiar interfere na divisão do trabalho; todavia, o espaço social discerne essas atividades para “localizá-las”. Não sem fracassos! (LEFEBVRE, 2006, p.35).

Lefebvre (2006) divide o espaço social em dois encadeamentos, *nas relações sociais de reprodução* e *nas relações de produção*. Ele nos mostra que a divisão do trabalho e sua organização seguem uma ordem hierarquizada de funções e é a família que sustenta e/ou interfere nas atividades e no espaço social. As atividades sociais do urbano são a sustentação dos meios de comunicação, da arte, do trabalho, do estudo, etc. São as atividades sociais que produzem parte da forma do espaço urbano.

Partindo para os entendimentos sobre o conceito de espaço urbano segundo Corrêa (2005), esse conceito nos trará a luz para entender nosso objeto de estudo. O

espaço de uma grande cidade capitalista compõe-se, num primeiro instante de sua apreensão, no contíguo de diferentes usos da terra aplicados entre si.

Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade, ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado (CORRÊA, 2005, p.7).

O espaço urbano é concomitantemente *fragmentado e articulado*: as duas partes mantém relações espaciais com as demais, mesmo que em proporção muito variável. Estas relações manifestam-se na prática pelo meio de fluxos de veículos e de pessoas ligadas às operações de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos cotidianos entre as áreas residenciais, os diferentes locais de trabalho, a itinerância menos contínua para compras no centro da cidade ou nas lojas de bairro, às visitas aos parentes e amigos, às idas ao cinema, praia, ao parque, aos bares e restaurantes, dentre outros lugares que a cidade proporciona (CORRÊA, 2005, p.7).

A conexão manifesta-se de modo menos aparente. No capitalismo, manifesta-se por meio das relações espaciais interagindo com o movimento de decisões e investimentos de capital, mais-valia, salários, juros, rendas, envolvendo também a prática do poder e da ideologia. “Estas relações espaciais são de natureza social, tendo como matriz a própria sociedade de classes e seus processos (CORRÊA, 2005, p.8)”. As relações espaciais agregam, ainda que variavelmente, as várias partes da cidade, conectando-as em um conjunto articulado cujo núcleo de articulação tem sido, corriqueiramente, as centralidades. “Este é um segundo momento de apreensão do que é o espaço urbano: fragmentado e articulado (CORRÊA, 2005, p.8)”.

Ao constatar que o espaço urbano é concomitantemente fragmentado e articulado e que esta divisão proferida é expressão espacial de processos sociais, começa-se um terceiro momento de apreensão do espaço urbano: um reflexo da sociedade. Portanto, o espaço da cidade capitalista é intensamente dividido em áreas residenciais segregadas, ocasionando uma complexa estrutura social de classes (CORRÊA, 2005, p.8). Desta forma, “[...] o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente (CORRÊA, 2005, p.8)”.

Dois pontos carecem ser indicados. Em primeiro lugar, por ser reflexo social e fragmentado, o espaço urbano, principalmente o da cidade capitalista, é intensamente desigual: a desigualdade constitui-se em uma particularidade própria do espaço urbano capitalista (CORRÊA, 2005, p.8). “Em segundo lugar, por se reflexo social e porque a sociedade tem a sua dinâmica, o espaço urbano é também mutável, dispondo de uma mutabilidade que é complexa, com ritmos e natureza diferenciados (CORRÊA, 2005, p.8)”.

O espaço da cidade é um condicionante da sociedade. Este é o quarto momento de apreensão do espaço urbano. O condicionante se produz por meio do papel que as obras fixadas pelo homem, as formas espaciais, exercem na reprodução das condições de produção e das relações de produção. Desta forma, a existência de estabelecimentos industriais juntos uns dos outros e os complexos industriais ou distritos industriais, que efetuam entre si vendas de matérias-primas industrialmente fabricadas, constituem-se pelos benefícios e vantagens de estarem juntos, circunstância que viabiliza a continuidade da produção, ou seja, a reprodução das condições de produção (CORRÊA, 2005, pp.8-9).

As áreas residenciais segregadas representam uma função importante no processo de reprodução das relações de produção, no âmbito do qual se reproduzem as diversas classes sociais e suas frações: são nos bairros que ocorrem a reprodução dos diversos grupos sociais (CORRÊA, 2005, p.9).

Fragmentada, articulada, reflexo e condicionante social, a cidade é também o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem. Isto envolve o cotidiano e o futuro próximo, bem como crenças, valores e mitos criados no bojo da sociedade de classes e, em parte, projetados nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua especial etc. O espaço urbano assume assim uma dimensão simbólica que, entretanto, é variável segundo os diferentes grupos sociais, etários etc. Mas o cotidiano e o futuro próximo acham-se enquadrados num contexto de fragmentação desigual do espaço, levando aos conflitos sociais, como as greves operárias, as barricadas e os movimentos sociais urbanos. O espaço da cidade é assim, e também, o cenário e o objeto das lutas sociais, pois estas visam, afinal de contas, o direito à cidade, à cidadania plena e igual para todos (CORRÊA, 2005, p.9).

O espaço urbano é: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um agrupamento de símbolos e campo de lutas. O espaço urbano é formado por diversos usos da terra, onde cada um deles pode ser observado como uma forma espacial. Esta, porém, não tem experiência independente, permanecendo porque nela se

realiza uma ou mais funções. Deste modo, atividades como a produção e venda de mercadorias, prestação de serviços distintos ou uma função simbólica, que se considera vinculada aos processos da sociedade, da estrutura social, requerer funções urbanas que se materializam nas formas espaciais, que são socialmente produzidas por agentes sociais concretos (CORRÊA, 2005, pp. 9-10).

1. 2. A estrutura urbana

Neste subcapítulo será desenvolvido o conceito de estrutura urbana, principal foco das discussões deste trabalho. Será feita uma análise teórica e em alguns momentos tentaremos usar o nosso objeto de estudo para trabalhar teoria e prática juntos. Nossa base teórica se pontua em autores da Geografia Crítica Brasileira, autores brasileiros da Sociologia e Economia, e, autores internacionais que trabalham no âmbito da construção de uma Geografia Crítica, como Castells (1975; 1983), Clark (1985), Harvey (1980) e Lefebvre (1999b; 2008). Acreditamos que a base teórica escolhida para desenvolver essa temática seja capaz de suprir nossos objetivos, isto é, esclarecer a nossa visão sobre o tema proposto.

Para falar da estrutura urbana de Itaquera, temos que expor momentos em que a cidade de São Paulo passou no século XX. São Paulo teve uma *explosão urbana*⁵ (LEFEBVRE, 1999b) depois da segunda metade do século XX, quando a indústria era o principal agente motor da produção do capital da cidade, que propiciou um crescimento urbano desordenado e ao mesmo tempo ordenado pelos agentes fundiários e pelo Estado (SINGER, 1968).

Singer (1968) nos sugere que a reprodução do espaço urbano de São Paulo é, desde o final do século XIX, acelerada e movida por interesses privados variados, fato que a qualificou como centro do capital no Brasil (SINGER, 1968, p.49). Contudo, o desenvolvimento econômico de São Paulo atraiu milhares de migrantes e imigrantes para a cidade e para a região metropolitana.

O crescimento urbano ordenado a que nos referimos foi e continua sendo feito pelos agentes fundiários e pelo Estado, em sua maior parte. Este crescimento se deu no planejamento de deixar vazios urbanos na malha territorial para aumentar o valor das terras e, conseqüentemente, do uso do solo. A máquina do Estado representando os interesses dos agentes fundiários auxiliava e auxilia na estrutura urbana básica, para a população que vivia e vive na periferia.

Dentro dos elementos da estrutura urbana existem inúmeras discussões geográficas. Partiremos para a reflexão da organização econômica e organização institucional do espaço, seguindo a linha de Castells (1983).

⁵ In: LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Editora UFMG. Belo Horizonte, 1999b.

Ao analisar a organização da divisão econômica e sua eficácia social própria, “uma vez suscitada, articula-se com o conjunto de efeitos econômicos e ideológicos e tem uma influência direta sobre os processos sociais e a luta política (por exemplo, determinando diretamente o cenário político local no plano institucional) (CASTELLS, 1983, p.295)”.

Continuando ainda com o raciocínio de Castells (1983), numa sociedade onde M.P.C. (Mercado, Produção e Consumo) é dominante, “o sistema econômico é o sistema dominante da estrutura social e, por conseguinte, o elemento *produção* está na base da organização do espaço (CASTELLS, 1983, p.203)”.

A organização da divisão institucional, a partir do aparelho político-jurídico da formação social, administra o espaço enquanto expressão da lógica própria do sistema. “A organização institucional do espaço é determinada, em primeiro lugar, pela expressão, ao nível das unidades urbanas, do conjunto dos processos de *integração*, de *repressão*, de *dominação* e de *regulação* que emanam do aparelho de Estado (CASTELLS, 1983, p.296)”.

Seguindo a lógica de Castells (1983) sobre a organização institucional do espaço, pelo aparelho político-jurídico do Estado e levando em conta nosso objeto de estudo, temos que o Estado atua e organiza o espaço da área correspondente ao megaevento Copa do Mundo. O Governo Federal, o Governo do Estado de São Paulo e a PMSP se comprometeram junto à FIFA (Fédération Internationale de Football Association)⁶ a sediar a abertura dos jogos na cidade de São Paulo, por conta disso, a região de Itaquera está em uma transformação acelerada desde o ano de 2010.

Continuando a ideia de estrutura do espaço urbano, seguiremos os pensamentos de Castells (1975):

Ao falarmos de estrutura temos de determinar imediatamente quais são as relações na sua base, e quais os elementos ligados por essas relações. Adiantemos alguns elementos. Um conjunto urbano, como forma social, compreende, fundamentalmente, um *processo de produção*, um processo de *consumo* e um processo de *intercâmbio*. As relações socioespaciais entre esses três processos determinam um quarto processo, de *gestão* ou de projeto *político*, que por seu turno, atua sobre os três primeiros. Na medida em que o conjunto urbano está indissolivelmente unido a conjunto socioespaciais, cada processo tem influxos alheios ao sistema. A estrutura de base de um conjunto

⁶ SPCopa: Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/copa/transparencia/1b_contrato-cidade- sede.pdf. Acessado em 27/setembro/2013.
Copa2014: Disponível em: <http://www.copa2014.sp.gov.br/wp-content/uploads/2013/05/Conv-ZonaLeste.pdf>. Acessado em 27/setembro/2013.

urbano é, pois, determinada pela interação destes quatro processos entre si e está em relação com os intercâmbios que cada um realiza com o exterior do sistema. Por outro lado, a dinâmica desta estrutura é inseparável da dinâmica social geral, muito embora não possa reduzir-se completamente a ela (CASTELLS, 1975, p.142).

Apresentaremos os quatro processos que fundamentam os elementos da estrutura do espaço urbano segundo Castells (1975). O *processo de produção* engloba as atividades que “contribuem de forma direta para formação de bens ou para gestão e organização do processo produtivo: fundamentalmente a indústria, mas também os escritórios, as constituições financeiras, etc. (CASTELLS, 1975, pp.142-143)”.

O *processo de consumo*, entendido como reprodução da força de trabalho, não pode identificar-se, a nível urbano, com a sua aceção ao nível da sociedade global, na medida em que não são as lojas e outros lugares de aquisição de bens de consumo individuais que especificam o processo, mas o lugar de apropriação individualizada do produto do trabalho, isto é, a *habitação*, o conjunto residencial (CASTELLS, 1975, p.143).

O *processo de intercâmbio* envolve concomitantemente o intercâmbio de bens, serviços, pessoas, ideias e informações, todas elas espacialmente expressas de modo peculiar (CASTELLS, 1975, p.143).

O *processo de gestão* especializa-se de dois modos diferentes, diretamente, “pela implantação dos edifícios-sede da administração política e jurídica; indiretamente, pela intervenção administrativa na organização espacial do conjunto urbano através da planificação e regulação do funcionamento geral do sistema (CASTELLS, 1975, p.143)”.

Dando sequência à análise da estrutura urbana, partiremos para o desenvolvimento do conhecimento na abordagem das centralidades. No contexto de Itaquera vamos trabalhar as *novas centralidades*, que segundo Tourinho (2006) surgem “de carácter fragmentado, criadas após os anos de 1980 fora do centro expandido, como resultado de fortes operações imobiliárias e urbanísticas ou, ainda, dentro dele, como produto de operações de revitalização urbana (TOURINHO, 2006, p.279)”.

Itaquera hoje tem duas centralidades, a primeira centralidade tem sua dinâmica de funcionamento desde décadas passadas, que é o centro do bairro. Nesta centralidade, encontrasse comércios dos mais variados tipos, desde microempresas a redes de departamentos. Essa centralidade está consolidada no bairro e possui características próprias. Características essas que vão desde a compra a prazo no carne

de prestação, porém poucos estabelecimentos usam esse modo de pagamento, até compras com pagamento no cartão de crédito, que é de predominância pela segurança financeira do comerciante. Há uma identidade específica das pessoas que vivem no bairro e que estão ligadas a esta centralidade, na qual se valoriza o conhecimento do vendedor, o saber encontrar o que precisa no respectivo lugar.

A segunda centralidade do bairro surge com o Polo Institucional de Itaquera. A localização, a concentração de atividades comerciais (Shopping Metrô Itaquera) e os serviços estatais (Poupatempo) fizeram com que esta centralidade se sobrepusesse à primeira, o centro de Itaquera, na perspectiva de consumo cotidiano. As estações do Metrô e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), e o terminal de ônibus urbano faz com que a circulação de pessoas nesta área seja de grandes proporções. A rota cotidiana dos passageiros nesta área permite que o consumidor tenha uma facilidade e ganho de tempo para execução de suas atividades. A mobilidade na circulação de pessoas e mercadorias nesta centralidade se destaca perante as outras centralidades da Zona Leste (ZL) de São Paulo.

A figura a seguir representa o local das centralidades em Itaquera.

Figura 2: Centralidades de Itaquera

Lefebvre (2008) nos diz um pouco sobre centralidade.

A centralidade tem seu movimento dialético específico. Ela se impõe. Não existe realidade urbana sem centro, quer se trate do centro comercial (que reúne produtos e coisas), do centro simbólico (que reúne significações e as torna simultâneas), do centro de informação e de decisão etc. Mas todo centro destrói-se a si próprio. Ele destrói por saturação; ele se destrói porque remete a uma outra centralidade; ele se destrói na medida em que suscita a ação daqueles que ele exclui e expulsa para as periferias (LEFEBVRE, 2008, p.85).

Nesta citação percebemos que o autor trabalha a centralidade como um lugar onde se possa consumir desde produtos comerciais a informações, simultaneamente. Lefebvre (2008) segue uma fundamentação teórica baseada no materialismo histórico, neste sentido, faz-se jus dizer que todo centro destrói-se a si próprio. O centro das cidades passa a ter outras funções com o passar dos anos, e novos sub-centros vão surgindo, cumprindo a função do centro, porém não por completo. Deste modo, acreditamos que o espaço urbano por intermédio dos efeitos de sua estrutura sobre a população, constituindo assim uma influência que remete à formação socioespacial.

Uma das formas privilegiadas de reforço e reforma da estrutura urbana pode ser encontrada na criação de novas centralidades, que, por sua vez, alteram os fixos e fluxos e o próprio poder dos espaços. Tal estrutura significaria um produto da consolidação histórica de certas formas e funções, ao mesmo tempo em que pode ser uma forma de induzir a transformação das relações sociais. É, simultaneamente, condicionada e condicionante. Nesse sentido, os próprios agentes já apresentados tem aprendido que, para além do simples apelo à lei e à força, é possível alterar as relações sociais por intermédio de acréscimos ou reduções da estrutura social.

Buscando compreender melhor sobre as formas em que os agentes transformadores do espaço buscam alcançar seus objetivos e transformar a estrutura urbana, seguimos a linha de pensamento de Corrêa (2005), na qual nos apresenta quem são os agentes que transformam a cidade: a) Os proprietários dos meios de produção, sobretudo as grandes indústrias e as grandes empresas comerciais; b) Os proprietários fundiários; c) Os promotores imobiliários; d) O Estado; e) Os grupos sociais excluídos.

Será feita agora uma análise da produção do espaço por cada um desses agentes que Corrêa (2005) cita, levando em conta o nosso estudo de caso em Itaquera.

Ao começar a discussão pelos *agentes proprietários dos meios de produção, sobretudo as grandes indústrias e as grandes empresas comerciais*, deixamos claro que Itaquera não é uma região onde se predomina a atividade industrial como força econômica. As grandes e pequenas empresas, comerciais e de serviços, são em suma os agentes que geram emprego na região, portanto, é essa força econômica que predomina.

A atividade industrial que predominava próxima a localização do Polo Institucional de Itaquera era de extração de minérios, com a indústria Pedreira Itaquera Ltda.. Desde 2006 a Pedreira Itaquera não extraiu mais minérios na região, foi quando a cava da pedreira foi completamente preenchida, e agora a Pedreira Itaquera, por meio do grupo de investidores Itaquera Participações, tem como objetivo urbanizar a área explorada na mineração⁷. Esta área atualmente é foco do interesse imobiliário. Através das pesquisas de campo constatamos que existe uma especulação muito grande sobre a área da Pedreira; o posicionamento geográfico do terreno é muito favorecido em relação aos equipamentos urbanos que Itaquera proporciona.

A Figura 3 mostra o tamanho da área onde se localizava a Pedreira Itaquera, e os traços do novo projeto urbanístico que a Itaquera Participações pretende implantar na região. Este projeto imobiliário, comercial e residencial, associa-se ao que Corrêa (2005) discute sobre a realocação industrial, pelo antigo terreno não ter mais usos para a indústria, assim, ele “extrai elevada renda fundiária ao realizar o loteamento do antigo terreno (CORRÊA, 2005, p.15)”. Percebe-se claramente através deste plano o movimento de requalificação da área para usos habitacionais e comerciais que está em implantação, reconfigurando o cenário antigo que prevalecia na área por décadas.

⁷ Pedreira Itaquera: Disponível em: <http://www.pedreiraitaquera.com.br/index2.html>. Acessado em: 20/setembro/2013.

Figura 3: Área da Pedreira Itaquera ao lado do Polo Institucional Itaquera⁸

Percebe-se que já há traços das futuras ruas e quadras na área onde se localizava a Pedreira Itaquera. Este plano urbanístico ainda conta com um cinturão verde que valoriza ainda mais a área. Através de entrevistas com corretores imobiliários de Itaquera, foi constatado que este projeto urbanístico tem em vista atrair investidores que busquem um público de médio a alto padrão social, diferentemente de toda a área que se localiza em torno do futuro loteamento, que são classes sociais menos privilegiadas/populares.

No passado, quando o bairro se formou e o pequeno vilarejo foi crescendo, a reprodução do espaço se deu pelos proprietários fundiários - Itaquera era uma área suburbana. Atualmente, existem poucos vazios urbanos, são resquícios das terras fundiárias do passado, hoje essas terras estão altamente valorizadas, principalmente por ter chegado à infraestrutura urbana pública e privada na região. *Os proprietários fundiários* que encontramos hoje em Itaquera são grupo de investidores imobiliários em grande maioria, os quais estão esperando uma maior valorização da área. Esses investidores já programam e/ou implementam seus projetos urbanísticos para a região, principalmente com o marketing da proximidade do estádio Itaquerão. Em outras palavras, são *os proprietários fundiários* que estabelecem o controle sobre o uso da terra e seu futuro, colocando o valor de troca em questão.

⁸ Fonte: Pedreira Itaquera - Disponível em: <http://www.pedreiraitaquera.com.br/index2.html>. Acessado em: 20/setembro/2013.

Continuando as ideias de Corrêa (2005) e aplicando-as à região de Itaquera, *os promotores imobiliários* que atuam nessa região são construtoras de pequeno até grande porte de investimentos imobiliários, aliadas ao capital bancário, principal financiador das obras.

Através dos trabalhos de campo, foi constatado que os imóveis de mais saída de mercado, atualmente, são os lançamentos imobiliários de casas em pequenos condomínios fechados, em média de 6 a 12 casas por condomínio. As construções desses condomínios fechados de pequeno porte são levantadas em lotes que possuíam grandes áreas para um perímetro urbano, a partir de 1000 m², esses terrenos são os mais cobiçados no mercado imobiliário da região. Quando os promotores imobiliários não encontram esses lotes para venda, compram diversos lotes um ao lado do outro para efetivar o projeto arquitetônico. Na instância da iniciativa privada, os lançamentos imobiliários residenciais de prédios acima de 10 andares estão começando a ocupar seu espaço em Itaquera, verticalizando o espaço residencial. Nesse período que antecedeu a Copa do Mundo as grandes construtoras e as incorporadoras começaram a investir em projetos imobiliários de alto/médio padrão em Itaquera, começando a mudar o estereótipo da região que sempre foi de classes populares (VASQUES, 2013).

Uma das estratégias desses agentes do capital é a criação de necessidades, é colocado nas propagandas que você precisa consumir determinado produto, objeto, moradia, local, dentre outras coisas. Fazendo assim uma lavagem cerebral em prol do consumo.

O papel do *Estado* na transformação desse espaço atualmente se dá pelos investimentos em diversos setores públicos, como por exemplo, no setor educacional, de transportes, de serviços públicos burocráticos, dentre outros. Mas, atualmente, não investe no setor habitacional da região, de onde foi historicamente o principal promotor imobiliário, com a construção das COHABs (Companhia de Habitação Popular de São Paulo). Hoje o setor habitacional em Itaquera está praticamente dominado pelos incorporadores do capital privado.

Corrêa (2005) cita que, segundo A. Samson⁹, o Estado é o principal agente organizacional do espaço, é quem dispõe de um conjunto de instrumentos de normas jurídicas que pode empregar ao espaço urbano. São elas:

⁹ In: DURAND-LASSERVE, Alain, org. La croissance peripherique des villes du Tiers Monde. Le rôle de la promotion foncière et immobilière. Travaux et Documents de Géographie Tropicale, 40, Ceget, 1980.

- (a) direito de desapropriação e precedência na compra de terras;
- (b) regulamentação do uso do solo;
- (c) controle e limitação dos preços de terras;
- (d) limitação da superfície da terra de que cada um pode se apropriar;
- (e) impostos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização;
- (f) taxação de terrenos livres, levando a uma utilização mais completa do espaço urbano;
- (g) mobilização de reservas fundiárias públicas, afetando o preço da terra e orientando espacialmente a ocupação do espaço;
- (h) investimento público na produção do espaço, através de obras de drenagem, desmontes, aterros e implementação da infra-estrutura;
- (i) organização de mecanismos de crédito à habitação; e
- (j) pesquisas, operações-teste sobre materiais e procedimentos de construção, bem como o controle de produção e do mercado deste material (CORRÊA, 2005, p. 25).

Ao saber dos instrumentos de uso do Estado na organização espacial da cidade, temos em vista a crítica aos sujeitos que gerenciam a máquina do Estado, políticos que defendem seus próprios interesses e de seus partidos políticos para a produção do capital e acumulação de renda.

Seguiremos a linha de pensamento de Santos (2008) para abordar a produção do espaço em Itaquera na perspectiva do Estado como organizador espacial, citando que “todas as obras governamentais relacionadas com os serviços públicos da cidade nela estimulam, indiretamente, novas criações (SANTOS, 2008, p. 112)”. Em Itaquera as novas criações que aparecem em destaque no cenário atual são os setores: comercial, de serviços e imobiliário. São esses setores que geram mais empregos na região.

Para fechar a linha de pensamento de Corrêa (2005) sobre quem produz o espaço urbano, temos como último agente de produção espacial *os grupos sociais excluídos*, que por sua vez aparecem em maior escala nas margens das periferias e também como uma “rugosidade” (SANTOS, 2008c) nas áreas com uma determinada centralidade regional.

Para os grupos sociais excluídos, a questão da habitação, juntamente com o baixo poder econômico dos sujeitos, são as questões mais perceptíveis dentro do contexto urbano. Esses grupos, na grande maioria, não tem capital para pagar um aluguel ou comprar uma casa. Kowarick (1993) reforça a questão dos problemas habitacionais das favelas:

Os assim chamados problemas habitacionais, entre os quais a própria favela, devem ser entendidos no âmbito de processos sócio-

econômicos e políticos abrangentes, que determinam a produção do espaço de uma cidade e refletem sobre a terra urbana a segregação que caracteriza a excludente dinâmica das classes sociais (KOWARICK, 1993, p.83).

Esses grupos sociais excluídos são ao mesmo tempo uma resistência que luta pela sua sobrevivência. São nas favelas que esses grupos se consolidam quanto à demarcação do território (SOUZA, 2006). A evolução da favela e a progressiva urbanização, com o passar dos anos e com uma melhoria na infraestrutura como calçamento, asfalto, água e esgoto encanado, coleta de lixo, dentre outras coisas, resultam na formação de um bairro popular. A divisão econômica de classes no contexto urbano está ligada à exclusão social de indivíduos em determinados espaços da cidade. No caso de Itaquera, historicamente, trata-se de uma periferia excluída no contexto urbano, e ao longo dos anos acabou se tornando uma centralidade para a produção e reprodução do capital.

Neste contexto, iremos atribuir nossa discussão a partir de agora ao conceito de *valor de uso e valor de troca do solo urbano*. Partiremos para essa discussão para entender melhor a divisão econômica de classes no contexto urbano. Desta forma, conseguiremos abranger o processo que gera a segregação socioespacial na cidade, ao modo da especulação imobiliária.

Partindo para uma análise da estrutura interna da cidade, seguiremos as ideias do autor David Clark (1985) nas quais ele trabalha a análise marxista da cidade, com o fundamento teórico baseado no materialismo histórico nas áreas de pesquisa da teoria do uso do solo urbano, mais especificamente os mecanismos de alocação de moradores. Clark (1985) faz uma análise do principal contribuinte desses estudos, David Harvey, na obra *A Justiça Social e a Cidade*. Vamos citar os pensamentos de Clark (1985) e em seguida iremos direto à fonte de seus estudos.

Clark (1985) diz sobre o valor de uso e valor de troca, aplicadas ao solo urbano.

[...] Duas características indicam que o valor de uso e o valor de troca têm significância especial quando são aplicadas ao solo. Uma é que o solo troca de mãos com frequência muito pequena e sua compra num dado momento do tempo permite que o solo seja desfrutado, ou ser arrendado ou alugado a outros, por longos períodos de tempo. A outra é que o solo é fixo e imóvel, sendo que a compra do solo confere direitos de monopólio ao proprietário. O solo (e melhorias no solo na forma de construções) é uma mercadoria indispensável ao indivíduo. Segue-se, portanto, que aqueles que possuem solo estão colocados em

uma posição econômica de poder sobre todas os que não o têm (CLARK, 1985, pp.220-221).

Partindo agora para as análises do valor de uso do solo, segundo Harvey (1980), “Os valores de uso refletem um misto de necessidade e reivindicações sociais, idiossincrasias, hábitos culturais, estilos de vida e similares, que deve dizer-se, não são arbitrariamente estabelecidos pela ‘pura’ soberania do consumidor (HARVEY, 1980, p.137)”. O que Harvey (1980) nos deixa claro é que o valor do uso do solo depende de diversos fatores que o indivíduo busca para se instaurar no espaço. “Mas, os valores de uso são basicamente formados relativamente ao que deveria ser chamado de ‘sistema de sustentação de vida’ do indivíduo (HARVEY, 1980, p.137)”.

Harvey (1980) faz uma análise dos diversos atores no mercado de moradia que determinam o valor de uso e troca de solo. São eles: 1) *Os usuários de moradia*; 2) *Corretores de imóveis*; 3) *Proprietários*; 4) *Os incorporadores e a indústria da construção*; 5) *Instituições financeiras*; 6) *Instituições governamentais*. Agora iremos desmembrar as ideias do autor sobre esses diversos atores (HARVEY, 1980, pp.139-142).

Os usuários de moradia consomem os diversos aspectos da habitação de acordo com seus anseios e necessidades. O valor de uso da casa é determinado pela importância da pessoa ou família que reside. O proprietário pode atribuir seu valor de troca pela importância sentimental, pelos seus atributos físicos, pela localização. Para aumentar o valor de troca do imóvel o proprietário pode reformar o seu bem particular. Os locatários estão em condições diferentes do proprietário, eles, por sua vez, desfrutam do valor de uso do imóvel, quanto o valor de troca é designado para o proprietário. “Todos os usuários de moradia, têm como objetivo similar – obter valores de uso através do arranjo do valor de troca (HARVEY, 1980, pp.139-140)”.

Os corretores de imóveis atuam no mercado de moradia para obter o valor de troca. Eles obtêm lucro por meio de compra e venda ou através de custos de transação para seus serviços como intermediários. Os intermediários não costumam contribuir para o valor de uso do imóvel. “[...] O valor de uso da moradia reside no volume de transações, porque é destas que eles obtêm o valor de troca”. Os corretores de imóveis atuam como empresários no mercado de moradia, trabalham sob pressão corporativa e necessitam obter certa porção de lucro em suas transações (HARVEY, 1980, p.140).

Os *proprietários* em sua grande maioria operam com o objetivo no valor de troca do imóvel. Proprietários usuários que alugam parte de sua casa podem ter um duplo objetivo, obter o lucro alugando parte do seu imóvel e, ao mesmo tempo, por diversos motivos usufruir do imóvel. Os proprietários rentistas veem o imóvel como meio de troca – os serviços de moradia são trocados por dinheiro. Os proprietários têm duas estratégias, a primeira é comprar o imóvel e aluga-lo para obter renda do capital investido nela, a segunda é comprar o imóvel através de financiamentos bancários e aluga-los a um preço maior do que as parcelas do financiamento, obtendo, assim, o lucro pelo valor de troca. Os proprietários rentistas profissionais, independente da estratégia, cuidarão do imóvel como meio de troca e não como valor de uso para si próprio (HARVEY, 1980, pp.140-141).

“Os *incorporadores e a indústria da construção* de moradias estão envolvidos no processo de criar novos valores de uso para os outros, a fim de realizar valores de troca para si próprios (HARVEY, 1980, p.141)”. A compra do solo, a preparação e a construção de moradia necessitam de um desembolso de capital muito grande em adiantamento à troca. Neste processo, as firmas envolvidas têm uma pressão competitiva do mercado para obterem grandes lucros. Por isso, elas têm o interesse em empregar e proporcionar valores de uso necessários para obter benefícios em valor de troca, fazendo-as de diversas maneiras, legais e ilegais. “Esses dois grupos estão interessados em valores de uso para os outros, somente na medida em que criam valores de troca para si próprios (HARVEY, 1980, p.141)”.

Instituições financeiras exercem um papel importante no mercado de moradia em relação às características particulares da habitação. Os financiamentos dos imóveis recaem fortemente sobre os recursos dos bancos, companhias de seguros, sociedades de construção e outras instituições de financiamento. “Fundamentalmente as instituições financeiras estão interessadas em obter valores de troca por meio de financiamentos de oportunidades para criação ou aquisição de valores de uso (HARVEY, 1980, p.141)”.

“*Instituições governamentais* usualmente surgidas de processos políticos, apoiadas na carência de valores de uso disponíveis para os consumidores de moradia, frequentemente, interferem no mercado de moradia (HARVEY, 1980, p.142)”. São as instituições governamentais que através de suas ações públicas produzem e interferem no valor do uso do solo, mas a intervenção é frequentemente indireta. As instituições governamentais podem assumir a forma de auxílio às instituições financeiras, aos

incorporadores e à indústria da construção para obterem valores de troca, na medida em que o governo os isenta de impostos, para garantir-lhes lucros ou para eliminar riscos. Esse governo impõe e administra uma disparidade de restrições institucionais na operação do mercado de moradia, ele impõe e administra o zoneamento e os controles de planejamento do uso do solo. “O governo aloca serviços, facilidades e vias de acesso, ele contribui indiretamente para o valor de uso da moradia modificando o meio circundante (HARVEY, 1980, p.142)”.

São esses os atores a que David Harvey (1980) se refere como os principais mediadores do valor de uso e troca do solo. O valor do solo está ligado à ação desses atores sobre o espaço habitado, e são eles os responsáveis pela segregação socioespacial no espaço urbano. Eles controlam o valor de uso e troca, gerenciam e administram o espaço habitado, operam de forma a se beneficiar sempre visando o lucro ou poder político. Nesse sentido deixamos claro que são esses os agentes modeladores do espaço habitado, tanto na produção quanto na reprodução do espaço urbano.

Partiremos agora para as ideias de Corrêa (2005), que nos faz uma abordagem do uso do solo urbano com as atribuições aplicadas pelo Estado. Assim reforçaremos mais esse quesito.

[...] A elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo, entre outras as normas do zoneamento e o código de obras, constituem outro atributo do Estado no que se refere ao espaço urbano. E é decorrente de seu desempenho espacialmente desigual enquanto provedor de serviços públicos, especialmente aqueles que servem à população, que o Estado se torna o alvo de certas reivindicações de segmentos da população urbana (CORRÊA, 2005, p.24-25).

Percebesse que o papel do Estado no contexto urbano está ligado diretamente ao direcionamento do uso do solo urbano, no que se refere à produção do espaço. É o Estado que tem o poder de controlar a transformação do espaço. As aplicações de leis, taxas, impostos e normas de zoneamento no contexto urbano, remetidas pelo Estado, é o que vai configurar a produção e reprodução de determinado lugar. O Estado na atual conjuntura política brasileira hoje tem o controle e o poder de interferir em qualquer área urbana, seja para beneficiar tanto as classes sociais mais elevadas, quanto às classes sociais menos favorecidas.

Os fatores que determinam a formação do valor do uso do solo estão vinculados a uma parcela do espaço urbano global, à localização (no bairro), à infraestrutura (saneamento básico, ruas pavimentadas, transporte, redes elétricas,

telefônicas), à privacidade, ao acesso aos lugares privilegiados (escolas, hospitais, serviços públicos, áreas de lazer, áreas verdes, centros comerciais, dentre outros); secundariamente, aos fatores vinculados ao relevo do lugar, que reflete nos custos da construção. Por fim, o fator mais importante é o processo de valorização espacial (CARLOS, 2011, p.48).

A valorização espacial interrelaciona-se com as condições de reprodução do espaço urbano, resultantes da produção das condições gerais da reprodução do sistema e dos custos gerados pela aglomeração, pela utilização do solo, pelas políticas de zoneamento, pelo grau de crescimento demográfico ou de reserva territorial e pelas modificações do poder aquisitivo dos habitantes (CARLOS, 2011, p.48).

Carlos (2008) faz uma referência sobre o uso do solo urbano e nos aborda sobre como é o funcionamento da transformação do espaço.

O uso do solo será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre os indivíduos e usos. Esse pleito será, por sua vez, orientado pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem na sociedade capitalista, produzindo um conjunto limitado de escolhas e condições de vida. Portanto, a localização de uma atividade só poderá ser entendida no contexto do espaço urbano como um todo, na articulação da situação relativa dos lugares. Tal articulação se expressará na desigualdade e heterogeneidade da paisagem urbana (CARLOS, 2008, pp.86-87).

Ao analisar a citação da autora, podemos entender que a disputa e o conflito do uso do solo fazem parte do movimento de transformação do espaço, que por sua vez se configura de forma interligada entre diversos atores. Estado, especuladores imobiliários, movimentos de luta por moradia e ao direito à cidade, classes sociais mais favorecidas e conservadoras que prezam pela “limpeza social de sua região” em prol do mercado capitalista de forma geral, são os principais atores responsáveis pela transformação e reforma urbana.

Ao pensar o valor de uso e de troca do solo urbano, visando nosso estudo de caso em Itaquera, temos os principais atores das transformações espaciais se dissolvendo pela mancha territorial, buscando seu espaço tanto para uso, quanto para troca. O conflito está ligado desde às resistências dos excluídos pelo sistema capitalista até os grandes especuladores do capital que tem o poder de transformar o espaço habitado.

Percebemos na região de Itaquera a transformação do espaço acelerada pelo processo de desenvolvimento regional que está ligado aos planos urbanísticos de

desenvolvimento da ZL e também em função do megaevento Copa do Mundo. Essa transformação está modificando aos poucos a originalidade do bairro, trazendo consigo a produção e reprodução do capital no espaço urbano. O valor de troca, no que diz respeito à moradia e aos imóveis comerciais, está hiperinflacionado, o custo de vida básico para sobrevivência humana também aumentou.

O valor de uso e o valor de troca do solo também estão ligados à produção e reprodução do capital no espaço urbano e se dão na forma da mais valia da mão-de-obra assalariada e não assalariada. É na exploração dos serviços de operação com menor grau de instrução intelectual que os grandes capitalistas ganham exorbitantemente seu lucro (MARX, 1988, pp.101-108), e em Itaquera não é diferente. Os moradores residentes da região sofrem com essa exploração, porém, as políticas assistencialistas implantadas pelo Estado na última década (neste caso em todas as instâncias) e a facilitação do crédito pelas instituições financeiras de grande porte são os principais fatores que dão o sustento para as famílias com uma aquisição financeira menos privilegiada.

1. 3. A formação socioespacial

Neste subcapítulo pretendesse desenvolver o conceito de formação socioespacial com base nas análises Milton Santos (2012a e 2008c). Este conceito é a chave para entender a relação entre o local e o global. Na qual será mostrado a dialética e o desenvolvimento dessa relação ao longo deste trabalho.

Para entender o processo que nos leva ao conceito de formação socioespacial, Santos (2012a) aborda o papel do espaço em relação à sociedade, que, na sua visão, é minimizado pela Geografia. “Esta disciplina considerava o espaço mais como teatro das ações humanas (SANTOS, 2012a, p.21)”. Santos cita Lucien Febvre (1932, p.37) e diz que o encaminhamento dos geógrafos parte em geral do solo e não da sociedade. Portanto, seria essa a explicação da Geografia Social ter se desenvolvido tão lentamente (SANTOS, 2012a, p.21).

Pode-se dizer que a Geografia se interessou mais pela forma das coisas do que pela sua *formação*. Seu domínio não era o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a História. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social (SANTOS, 2012a, p.22).

Para Santos (2012a), a categoria de Formação Econômica Social (FES) elaborada por Marx e Engels¹⁰ é a mais apropriada à formação de uma teoria adequada do espaço. Posteriormente Lênin retoma esta discussão para analisar a realidade russa, no começo do século XX.

[...] Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso. A própria base da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta. Deveríamos até perguntar se é possível falar de Formação Econômica e Social sem incluir a categoria espaço. Trata-se, de fato, de uma categoria de Formação Econômica, Social e

¹⁰ A categoria de Formação Econômica e Social elaborada por Marx e Engels se encontra nas obras: Marx, “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”, “O Capital”; Marx e Engels, “A ideologia alemã”; Engels, “As relações sociais na Rússia”, “Anti-Dühring”. Lênin depois retoma o tema utilizando-o para fins científicos e políticos em “Dinheiro de impostos”, “O que são os amigos do povo” e “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”.

Espacial mais do que de uma simples Formação Econômica e Social, tal qual foi interpretada até hoje. Aceitá-la sem levar em conta o espaço levaria a aceitar o erro da interpretação dualista das relações Homem-Natureza. Natureza e Espaço são sinônimos, desde que se considere a Natureza como uma natureza transformada, uma Segunda Natureza, como Marx a chamou (SANTOS, 2012a, p.22).

O autor compreende que no modo de produção, o trabalho e a formação social não se inter-relacionam sem o fator espaço. O espaço está na forma e na função da formação econômica e social. A economia está entrelaçada com as formas e função de produção da sociedade e todas essas se relacionam espacialmente.

A sociedade evolui sistematicamente, a totalidade espacial na qual essa evolução se insere é a produção de um novo modo de vida. O avanço tecnológico e a globalização estão ligados à produção espacial da cidade, do campo e da sociedade em si. Contudo, podemos dizer que o meio técnico-científico-informacional e as redes são as formas que moldam e interagem com a sociedade, para uma evolução dos modos de produção, tanto na formação quanto na função (SANTOS, 2006, pp.238-273).

Ao definir a FES é fazer uma “[...] definição sintética da natureza exata da diversidade e da natureza específica das relações econômicas e sociais que caracterizam uma sociedade numa época determinada (M. GODELIER, 1971, p.701; 1972, p.81 apud SANTOS, 2012a, p.27)”. Uma FES é “um objeto real que existe independentemente de seu conhecimento, mas que não pode ser definido a não ser por seu conhecimento (ALTHUSSER, 1965, p. 205 apud SANTOS, 2012a, p.27)”.

O modo de produção, formação social e espaço são categorias interdependentes. Todos esses processos (circulação, consumo, distribuição e produção propriamente dita) formam o modo de produção. Essas categorias interdependentes e o movimento espacialmente em conjunto se dão através de uma formação social. Esta compreende uma estrutura técnico-produtiva expressa geograficamente por certa organização das atividades de produção (SANTOS, 2012a, pp.27-28).

A formação social deve ser referenciada sempre à noção de espaço, pois ela não é a-espacial. As diferenças dos lugares são a decorrência do arranjo espacial dos modos de produção particulares. É na organização local da sociedade e do espaço que as atividades se reproduzem condicionalmente ao lugar, mas visando uma ordem internacional. As relações que designam o espaço e formação social são de uma ordem em que se arranjam num espaço particular e não num espaço geral, tal qual para os

modos de produção. Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço (SANTOS, 2012a, p.28-29).

Santos (2008c) retoma os estudos de Lênin para fazer uma análise geográfica da categoria de formação social.

Uma formação social não pode ser estudada sem que sejam considerados aqueles dois conjuntos de relações definidos, há tempos, por Lênin: as relações horizontais e as relações verticais. As relações horizontais nos dão a estrutura interna da sociedade, as relações verticais nos indicam as relações de uma sociedade com as outras sociedades. Em última análise, esses dois conjuntos de relações são interdependentes e, cada vez que tomamos esse dado em consideração, somos obrigados a admitir que a evolução de um país interessa não apenas a ele próprio mas igualmente aos outros. O grau de interdependência é dado pelo nível e pela natureza das relações que entretêm (SANTOS, 2008c, p.245)

Neste exemplo em que Santos (2008c) discute a teoria de Lênin sobre as relações horizontais e relações verticais, conseguimos apreender que a formação social está atribuída à evolução econômica, tecnológica e social dos Estados/Províncias e também entre os países que se relacionam. A dependência de um Estado/Província e/ou de país com quem se relaciona está ligada intrinsecamente à evolução dos modos de produção e consumo da sociedade, no âmbito da produção e reprodução do capital. Há uma ligação e interdependência do Global com o Local. Um exemplo claro: se os Estados Unidos das Américas e a China, que são os maiores consumidores dos produtos brasileiros, pararem de consumir nossos produtos, haverá uma crise em diversos setores da economia, acarretando em um alto desemprego em diversos locais. A influência do Global no Local é muito rápida, isso devido ao avanço da técnica e da globalização.

As formas espaciais e o avanço da técnica constituem-se nos atributos do espaço, na sua virtualidade. “A função da forma espacial da redistribuição – a cada momento histórico, sobre o espaço total – da totalidade das funções que a formação social é chamada a realizar (SANTOS, 2012a, p.31)”. No entanto, o pensar sobre as formas está diretamente ligado ao movimento da natureza e do homem com o espaço, redistribuindo as transformações impostas pelo homem – “representado pela ação do modo de produção ou de um dos seus movimentos” – ou colocadas pela natureza num dado período do tempo, herdadas como herança do passado (SANTOS, 2012a, p.31).

O movimento do espaço, isto é, sua evolução, é ao mesmo tempo um efeito e uma condição do movimento de uma sociedade global. Se não podem criar formas novas ou renovar as antigas, as determinações

sociais têm de se adaptar. São as formas que atribuem ao conteúdo novo *provável*, ainda abstrato, a possibilidade de tornar-se conteúdo novo e real (SANTOS, 2012a, p.31).

Na Geografia, o papel das formas está ligado aos atributos de cada lugar. Santos (2012a) diz que “[...] é preciso levar em conta os atributos não-naturais que são destinados a permanecer e que transformam o trabalho do homem em espécie de atributo natural do lugar (SANTOS, 2012a, p.30)”. Neste sentido, entendemos que as formas do lugar construídas pelo homem, por exemplo, um monumento arquitetônico, construções históricas, dentre outras coisas, estão ligadas diretamente às funções do lugar, o que se insere numa realidade dimensional de espaço e tempo, com o passado, presente e futuro.

O movimento do espaço, isto é, sua evolução, é ao mesmo tempo um efeito e uma condição do movimento de uma sociedade global. Se não podem criar formas novas ou renovar as antigas, as determinações sociais têm de se adaptar. São as formas que atribuem ao conteúdo novo *provável*, ainda abstrato, a possibilidade de tornar-se conteúdo novo e real (Santos, 2012a, p.31).

Ao pensar nas modificações do papel das “formas-conteúdo” (Santos, 2012a), estas são submissas e até causadas pelo modo de produção, tal como ele se concretiza “*na e pela* formação social” (Santos, 2012a, p.31). Neste contexto, o movimento do espaço comprime a História e estrutura do lugar que liga o passado ao presente e o presente ao futuro, ocasionando uma simultaneidade no movimento global das relações. “Daí a unidade dos processos sincrônicos e diacrônicos (Santos, 2012a, p.31)”.

A unidade de ligação entre a continuidade e a descontinuidade do processo histórico da formação social é evidenciada na formação espacial. A defasagem com a qual modos de produção estabelecem seus diferentes vetores sobre as múltiplas partes do espaço é responsável pelas diferentes idades dos vários elementos ou variáveis do espaço. “De resto, a assincronia está na base da evolução espacial, mas o fato de variáveis atuarem sincronicamente, isto é, em ordem combinada no interior de uma verdadeira organização, assegura a continuidade do espaço (Santos, 2012a, p.32)”. Assim sendo, notamos que o desenvolvimento da formação social está condicionada pela organização do espaço, que por sua vez depende da formação social atual e também das FES permanentes do lugar (Santos, 2012a, pp.31-32).

A FES está ligada diretamente à totalidade da unidade da vida social das pessoas. Os modos de produção não abrangem somente as relações sociais que assumem ou tornam-se uma forma material, eles assumem também aspectos imateriais, como elementos políticos e ideológicos. Todos os modos de produção influenciam no lugar e “tornam-se assim um fator de produção, uma força produtiva, com os mesmos direitos que qualquer outro fator (SANTOS, p.32, 2012a)”. Desta forma, percebe-se a função que cada localidade atribui à FES e os modos de produção que a alimenta (SANTOS, p.32, 2012a).

Santos (2012a) explica a conjuntura de espaço e totalidade fazendo uma análise com o global.

O dado global, que é o conjunto de relações que caracterizam uma dada sociedade, tem um significado particular para cada lugar, mas este significado não pode ser aprendido senão no nível da totalidade. De fato, a redistribuição dos papéis realizados a cada novo momento do modo de produção e da formação social depende da distribuição quantitativa e qualitativa das infra-estruturas e de outros atributos do espaço. O espaço construído e a distribuição da população, por exemplo, não têm um papel neutro na vida e na evolução das formações econômicas e sociais (SANTOS, 2012a, pp.32-33).

Seguindo os pensamentos do autor, o espaço reproduz a totalidade social no alcance em que essas transformações são produzidas por necessidades econômicas, políticas e sociais. Desta forma, o espaço se reproduz, dentro da totalidade, em função do modo de produção e de seus movimentos. O espaço influencia a evolução de outras estruturas, assim ele se torna elemento essencial da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 2012a, p.33).

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado socioeconômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais (SANTOS, 2012a, p.34).

Fazendo uma recapitulação dos assuntos trabalhados até aqui, percebemos que não há como trabalhar o conhecimento sobre as noções de sociedade somente com as teorias e métodos dos conceitos da FES e de Formação Social. O conceito de Formação Espacial se agrupa aos conceitos da FES e de Formação Social, assim

evoluindo o conhecimento sobre as noções de sociedade. Na evolução destas três categorias, chegamos à categoria de uma Formação Socioespacial.

A categoria de Formação Socioespacial é a fusão das categorias da FES, de Formação Social e Formação Espacial. Neste sentido, a categoria de Formação Socioespacial se constitui em um conceito único e apresenta o conhecimento a ser adquirido para trabalhar as noções de sociedade junto ao conceito de espaço ao mesmo tempo. Assim, podemos chegar a um melhor entendimento das estruturas da sociedade e do espaço.

CAPÍTULO 2

2. AS TRANSFORMAÇÕES DE FIXOS E FLUXOS NO PERÍODO PRÉ-COPA EM ITAQUERA

Não existe amor em SP

Criolo Doido

2. 1. Os fixos e fluxos

Este capítulo irá abordar o conceito de Milton Santos sobre *fixos* e *fluxos*, que posteriormente será aplicado em nosso objeto de estudo, a região de Itaquera. Será mostrado que as estruturas técnicas e as formas espaciais existentes – dadas pela força de trabalho – ou em vias de concretização nessa região influenciam os fluxos de pessoas, de comportamentos, consumo, capital, dentre outros. Para tanto, buscamos a princípio essa ideia na obra “Metamorfoses do Espaço Habitado” que nos dá a luz para começar a discussão.

Os fixos nos dão o processo imediato do trabalho. Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. Não é por outra razão que os diversos lugares, criados para exercitar o trabalho, não são idênticos e o rendimento por eles obtido está em relação com a adequação dos objetos ao processo imediato de trabalho. Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão também a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo. Desse modo, as categorias clássicas – isto é, a produção propriamente dita, a circulação, a distribuição e o consumo – podem ser estudadas através desses dois elementos: fixos e fluxos (SANTOS, 2008a, p. 86).

Ao refletir sobre esta citação de Santos (2008a), percebe-se que, ao se falar de fixos, estamos discutindo que tudo pertence ao lugar, e que cada lugar tem suas características físicas de fixos diferente dos outros – às vezes algum ponto ou outro parecido –, contudo, o processo que desencadeia os fixos, a força de trabalho e a técnica, está ligado ao meio operacional e funcional de cada lugar. Os fixos de ordem da natureza é outro fator que influencia os rumos de ocupação e circulação no espaço.

Os fluxos são os movimentos e a circulação que acontece para transformar o lugar. São os fluxos que dão o ritmo para o consumo e, conseqüentemente, para a circulação do capital. Os fluxos estão na ordem da transformação do espaço, contínuos, promovendo a alteração na estrutura urbana, refletindo também na formação socioespacial do lugar.

Os fixos estão ligados à paisagem do lugar, são eles que dão as características específicas do lugar. A paisagem urbana está ligada à transformação do espaço pelo homem, contudo, é a força de trabalho do homem e o saber da técnica que estabelecem a construção dos monumentos urbanos, e são eles que marcam visualmente o lugar e/ou um território.

Santos (2012b) nos deixa bem definido o que são os fixos, e nos faz refletir sobre os fluxos.

Os fixos são econômicos, sociais, culturais, religiosos etc. Eles são, entre outros, pontos de serviço, pontos produtivos, casas de negócio, hospitais, casas de saúde, ambulatorios, escolas, estádios, piscinas e outros lugares de lazer. Mas se queremos entender a cidade não apenas como um grande objeto, mas como um modo de vida, há que distinguir entre fixos públicos e os fixos privados. Estes são localizados segundo a lei da oferta e da procura, que regula também os preços a cobrar. Já os fixos públicos se instalam segundo princípios sociais, e funcionam independentemente das exigências do lucro (SANTOS, 2012b, p.142).

Os fixos sociais provindos da natureza privada obedecem à lei do mercado. Se a população é demograficamente rarefeita ou economicamente frágil, amiúde não é atingido o limiar imprescindível à sua operação rentável, assim, os serviços deixam de se alojar. Nas grandes cidades o número avantajado e a extensão de movimentos diários se instituem na anarquia – no movimento – da produção capitalista, conforme a qual a localização de fixos de ordem econômica e social está submissa à lei do lucro, muito mais que a eficácia social. O poder público contribui para a supervalorização de algumas áreas, “[...] para o melhor êxito da especulação, para a maior anarquia das localizações e dos fluxos, para o empobrecimento cumulativo das populações (SANTOS, 2012b, p.143)”. A má gestão e organização do território pelo poder público acarretam no empobrecimento da economia, bem como no empobrecimento da população (SANTOS, 2012b, p.143).

“Morar na periferia é condenar-se duas vezes à pobreza (SANTOS, 2012b, p.143)”. A pobreza gerada pelo sistema econômico capitalista nada mais é do que a

segregação dos fixos sociais privados e muitas vezes públicos em alguns setores. O deslocar-se cotidianamente para o trabalho, num dado fluxo que leva o percurso periferia-centro é desgastar-se fisicamente e mentalmente, fato que não acontece com quem mora perto do trabalho, o que leva o cidadão a ganhar tempo e qualidade de vida (SANTOS, 2012b, p.143).

Os fixos sociais privados estão na periferia para cumprir as necessidades dos pobres e explorar visando sempre o lucro. Os bens sociais privados estão na periferia de forma mercantil, a minoria tem acesso, mas estes muitas vezes ficam mais pobres por terem de pagar. Em condições democráticas normais, teria de lhe serem oferecidos serviços gratuitos pelo poder público (SANTOS, 2012b, pp.143-144).

Fazer uma análise dos fluxos não é um trabalho fácil, muitas vezes pela falta de informações e dados. Contudo, a análise dos fixos é a abordagem que proporciona o levantamento dos objetos localizados, com suas especialidades que são técnicas e organizacionais, assim sendo, “[...] cada tipo de fixo corresponde a uma tipologia de fluxos. Fixos e fluxos interagem e alteram-se mutuamente” (SANTOS, 2008a, p.86).

Os fixos sociais de Itaquera hoje passam por uma transformação física e estrutural, a importância significativa desses fixos mudou com o passar do tempo e atualmente visa uma nova reestruturação da região. No entanto, esta reestruturação mudou algumas direções de fluxos da região, sobretudo o de consumo e serviços.

A região de Itaquera é alavancada economicamente com seus fixos na função dos setores que correspondem ao transporte, comércio, serviços públicos – CDHU, DETRAN, Secretaria da Fazenda, PROCON, Receita Federal, SABESP, dentre outros – e também correspondem às atividades que são atribuídas pelo circuito inferior da economia (SANTOS, 2008b).

O Polo Institucional de Itaquera tem duas linhas férreas de transporte de massa populacional, a Linha 3 Vermelha do Metrô – Estação Corinthians Itaquera do Metrô – que tem uma entrada de passageiros em dias úteis por média de 91 mil pessoas e a Linha 11 Coral da CPTM – Estação Corinthians Itaquera da CPTM que tem uma entrada de passageiros em dias úteis por média de 25,5 mil pessoas¹¹. O Shopping

¹¹ Metrô SP: Média diária de entrada de passageiros na Estação Corinthians-Itaquera, 91 mil pessoas. Disponível em: <http://www.metro.sp.gov.br/metro/numeros-pesquisa/demanda.aspx>. Acessado em 01/outubro/2013.

CPTM: Média diária de entrada de passageiros na Estação Corinthians-Itaquera, 25,5 mil pessoas. Dados disponíveis pelo Departamento de Marketing, através da manifestação 2013/33213.

Metrô Itaquera tem uma média diária de consumidores de 65 mil pessoas¹². O Poupatempo tem uma média diária de 15 mil atendimentos por dia¹³. Esses dados mostram o quanto esses fixos geográficos influenciam nos fluxos da região. Contudo, esta circulação de pessoas na região de Itaquera foi tornando-a uma centralidade para a ZL, no que diz respeito ao setor de serviços públicos. Apesar de ser considerada periferia, Itaquera se encontra geograficamente no centro da ZL, o que acaba levando a população dos outros distritos mais periféricos a consumir nesta região.

O estudo sobre os fixos e fluxos no contexto urbano está demasiadamente longe de ser algo simples de ser compreendido. Tanto os fixos de natureza social quanto natural estão a par dos fluxos da cidade. Os fixos que não tem uma dinâmica articulada para suprir as necessidades da sociedade acabam por “inchar” os fluxos, um exemplo que se encontra na ordem de quase toda sociedade são as vias públicas e privadas congestionadas cotidianamente, ocasionando supercongestionamentos nas grandes cidades. Neste caso, não importa se o indivíduo é pobre ou rico, o trânsito é enfrentado por todos que se dispõem a andar de transporte público ou privado (automóvel). O pobre acaba sofrendo mais com o congestionamento por ter sempre que percorrer uma distância maior da sua casa até o trabalho e vice-versa. Um exemplo de fixo natural que rege as características dos fluxos são os morros, rios, lagoas, etc. Normalmente, as favelas - onde se encontram uma densidade demográfica alta - costumam se localizar nos morros e nas margens dos rios e a dinâmica de locomoção das pessoas para chegar ao alto de um morro, ou do outro lado do rio/lagoa está ligada com a técnica do homem, como o uso de teleféricos, motos, barcos, canoas, bicicletas, etc. Estas são algumas das maneiras que o ser encontra para se locomover e ultrapassar a barreira natural que ele tem em seu caminho.

O fixo habitacional dentro da conjuntura urbana é o mais importante para o cidadão, pois é neste lugar que o ser repousa para no outro dia começar as atividades novamente. Atualmente, o mercado da construção desses fixos está em alta, porém a crise habitacional em São Paulo também está. O preço elevado dos aluguéis e o alto valor dos imóveis fez com que houvesse uma periferização maior na malha urbana, e com que os movimentos dos moradores sem-teto aumentassem ainda mais sua força, no sentido de ocupar os prédios vazios que estão abandonados esperando a valorização da

¹² Shopping Metrô Itaquera: Disponível em: <http://www.shoppingitaquera.com.br/site/sobreshopping.asp>. Acessado em 20/setembro/2013.

¹³ Poupatempo: Disponível em: <http://www.poupatempo.sp.gov.br/noticias/noticia.asp?id=1473>. Acessado em 20/setembro/2013.

área – uma especulação imobiliária em plena crise habitacional por falta de moradia para os cidadãos da cidade. Houve um crescimento habitacional e demográfico também nas cidades subjacentes à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)¹⁴, onde o valor do imóvel para habitação é mais barato do que na capital.

Os fixos culturais e de lazer estão espalhados por toda cidade, mas as periferias concentram uma maior densidade demográfica e os fixos que estão instalados nessas periferias não suprem as necessidades dessa população. Consideramos também que a cultura não é apenas expressada por fixos culturais, mas também por expressões artísticas simbólicas, de práticas, de relações, a exemplo dos artistas de rua. No ano de 2013 em Itaquera, foram marcados encontros de jovens pelas redes sociais para se reunir em Shoppings Centers ou em pontos específicos ao ar livre da cidade, os denominados “rolezinhos”. Esses encontros causaram uma repercussão negativa pela mídia brasileira, pois a cultura de periferia, as músicas de funk e rap que são as mais ouvidas por esse público, não agradaram a classe conservadora da sociedade, que bateu de frente, criticando esses encontros. Colocamos como hipótese que devido à falta de equipamentos culturais na periferia e à lógica do mercado que promove a criação de uma falsa necessidade de símbolos de consumo, nos espaços de consumo como os Shoppings Centers, cria um novo modelo de cultura, produzida pelo público da periferia na lógica do mercado. Deste modo, acreditamos que esses encontros significam a luta pelo direito ao lazer e à cultura na periferia, que passa a ter novas características, diferentes do passado, onde não havia, ou quase havia, essa lógica de consumo implantada nesses públicos.

A repressão do Estado contra estes movimentos culturais da periferia nos mostra o quanto o Estado e a Polícia Militar estão despreparados para manter a ordem e inclusão social de todos no espaço urbano¹⁵, o pobre e o negro ainda são os alvos da alta repressão do Estado, é o apartheid brasileiro.

¹⁴ “O Estado de São Paulo no Censo 2010”. Trabalho realizado pelo Observatório das Metrópoles, elaboração de Suzana Pasternak. Neste trabalho é analisado os dados do Censo 2010 da RMSP. Disponível em: http://web.observatoriodasmetrolopes.net/download/Censo_2010_Sao_Paulo.pdf. Acessado em: 31/janeiro/2014.

¹⁵ Reportagem realizada pelo G1 São Paulo: “PM apura 'possíveis excessos' durante rolezinho em shopping”. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/pm-apurapossiveis-excessosdurante-rolezinho-em-shopping.html>. Acessado em 31/janeiro/2014.

Figura 4: Polícia Militar atacam jovens com balas de borracha e bomba de gás lacrimogêneo durante “rolezinho” no Shopping Metrô Itaquera¹⁶

A escassez de equipamentos culturais e de áreas de lazer na periferia faz com que os fluxos e a massa popular oprimida se movam em busca de melhorias nestes setores. A cultura na periferia se manifesta muito fortemente através de seus símbolos e representações, a música, a culinária, as expressões artísticas, as artes visuais, dentre outras. Entretanto, a cultura de periferia expressa atualmente pela lógica do consumo é diferente do “habitual”, isto é, da cultura expressa nos bairros centrais e de classe média e alta. Deste modo, produz-se um discurso conservador em relação aos “rolezinhos”. Esse discurso negativo tange no seguinte argumento: o que se consome atualmente como cultura na periferia não é cultura, e sim baderna. Esse discurso conservador não preza pelas raízes históricas e culturais que as classes oprimidas tiveram durante toda sua trajetória de vida e não reconhece essa manifestação popular de lazer e sociabilidade como cultura. Entretanto, sabemos que a cultura periférica da cidade está além desse discurso conservador. Ela está na representação do ser, a partir do seu meio e do seu modo de vida, manifestando-se independentemente do discurso.

A seguir mostraremos alguns dados comparando o baixo índice de equipamentos culturais de Itaquera em relação ao Município de São Paulo (MSP) e

¹⁶ Foto de Diógenes Muniz, tirada em 11/janeiro/2014 no Shopping Metrô Itaquera. Disponível em: <http://vejasp.abril.com.br/materia/rolezinho-no-shopping>. Acessado em: 31/janeiro/2014.

outras Subprefeituras que têm mais equipamentos culturais de acordo com cada segmento cultural. Essa comparação será sempre entre Itaquera e as Subprefeituras que apresentam maior oferta de equipamentos culturais. Comprova-se, então, o raciocínio de que Itaquera sofre uma escassez de investimentos em cultura, tanto na rede mantenedora pública, quanto na privada.

Figura 5: Centros Culturais, Espaços Culturais e Casas de Cultura - Comparação entre as Subprefeituras de Itaquera e Pinheiros

Centros Culturais, Espaços Culturais e Casas de Cultura					
Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais					
2010					
Unidades Territoriais	Total MSP	Rede			
		Municipal	Estadual	Federal	Particular
MSP	90	25	18	1	46
Itaquera	2	1	1	-	-
Cidade Líder	-	-	-	-	-
Itaquera	1	-	1	-	-
José Bonifácio	1	1	-	-	-
Parque do Carmo	-	-	-	-	-
Pinheiros	14	-	-	-	14
Alto de Pinheiros	-	-	-	-	-
Itaim Bibi	-	-	-	-	-
Jardim Paulista	5	-	-	-	5
Pinheiros	9	-	-	-	9

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura / Guia da Folha de São Paulo

Figura 6: Galerias de Arte - Comparação entre as Subprefeituras de Itaquera e Pinheiros

Galerias de Arte				
Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais				
2012				
Unidades Territoriais	Total MSP	Rede		
		Municipal	Estadual	Particular
MSP	185	5	5	175
Itaquera	-	-	-	-
Cidade Líder	-	-	-	-
Itaquera	-	-	-	-
José Bonifácio	-	-	-	-
Parque do Carmo	-	-	-	-
Pinheiros	114	-	-	114
Alto de Pinheiros	2	-	-	2
Itaim Bibi	15	-	-	15
Jardim Paulista	52	-	-	52
Pinheiros	45	-	-	45

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura / Guia da Folha de São Paulo

Figura 7: Salas de Shows e Concertos - Comparação entre as Subprefeituras de Itaquera e Pinheiros

Salas de Shows e Concertos								
Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais								
2012								
Unidades Territoriais	Total MSP		Rede					
			Municipal		Estadual		Particular	
	Nº	Assentos	Nº	Assentos	Nº	Assentos	Nº	Assentos
MSP	270	165583	8	2580	7	980	255	162023
Itaquera	-	-	-	-	-	-	-	-
Cidade Líder	-	-	-	-	-	-	-	-
Itaquera	-	-	-	-	-	-	-	-
José Bonifácio	-	-	-	-	-	-	-	-
Parque do Carmo	-	-	-	-	-	-	-	-
Pinheiros	117	53821	1	250	1	120	115	53451
Alto de Pinheiros	1	110	-	-	-	-	1	110
Itaim Bibi	38	22658	-	-	-	-	38	22658
Jardim Paulista	21	9647	-	-	-	-	21	9647
Pinheiros	57	21406	1	250	1	120	55	21036

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura / Guia da Folha de São Paulo

Figura 8: Salas de Teatro - Comparação das Subprefeituras de Itaquera e Sé

Salas de Teatro								
Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais								
2012								
Unidades Territoriais	Total MSP		Rede					
			Municipal		Estadual		Particular	
	Nº	Assentos	Nº	Assentos	Nº	Assentos	Nº	Assentos
MSP	254	52731	18	3909	18	4395	218	44427
Itaquera	1	100	-	-	-	-	1	100
Cidade Líder	-	-	-	-	-	-	-	-
Itaquera	-	-	-	-	-	-	-	-
José Bonifácio	-	-	-	-	-	-	-	-
Parque do Carmo	1	100	-	-	-	-	1	100
Sé	136	26369	8	944	13	3510	115	21915
Bela Vista	40	9858	-	-	6	1882	34	7976
Bom Retiro	4	860	-	-	1	328	3	532
Cambuci	1	40	-	-	-	-	1	40
Consolação	22	3493	1	200	1	140	20	3153
Liberdade	10	2264	6	744	-	-	4	1520
República	34	7272	-	-	2	850	32	6422
Santa Cecília	21	2332	-	-	3	310	18	2022
Sé	4	250	1	-	-	-	3	250

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura / Guia da Folha de São Paulo

Figura 9: Salas de Cinema - Comparação entre as Subprefeituras de Itaquera e Sé

Salas de Cinema														
Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais														
2012														
Unidades Territoriais	Total MSP		Rede Pública						Rede Particular					
			Municipal		Estadual		Federal		Total		Em Shoppings Centers		Cinemas de Rua	
	Salas	Assentos	Salas	Assentos	Salas	Assentos	Salas	Assentos	Salas	Assentos	Salas	Assentos	Salas	Assentos
MSP	332	70997	3	1	1	100	1	104	327	70342	299	64185		6157
Itaquera	24	5133	-	-	-	-	-	-	24	5133	24	5133	-	-
Cidade Líder	14	2473	-	-	-	-	-	-	14	2473	14	2473	-	-
Itaquera	10	2660	-	-	-	-	-	-	10	2660	10	2660	-	-
José Bonifácio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parque do Carmo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sé	53	9039	2	350	-	-	-	-	51	8689	41	7000	10	1689
Bela Vista	17	2745	-	-	-	-	-	-	17	2745	17	2745	-	-
Bom Retiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cambuci	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Consolação	26	4559	-	-	-	-	-	-	26	4559	24	4255	2	304
Liberdade	1	110	1	110			-	-	-	-	-	-	-	-
República	8	1538	1	240			-	-	7	1298	-	-	7	1298
Santa Cecília	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sé	1	87					-	-	1	87	-	-	1	87

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura / Guia da Folha de São Paulo

Ao fazer uma leitura sobre os dados dos equipamentos culturais de Itaquera, comprovamos a penúria na infraestrutura cultural da região. Existem apenas 2 Centros Culturais / Casa de Cultura na região, na qual o suporte dessas não supre a necessidade da população local. Não existem Galerias de Arte e tampouco Salas de Shows e Concertos na região. A região toda de Itaquera conta apenas com uma Sala de Teatro privada, com 100 assentos. O ponto mais positivo no que refere à infraestrutura de equipamentos culturais, se encontra nas Salas de Cinema – todas da iniciativa privada –, a região conta com 24 salas, juntas somam 5133 assentos. O Shopping Metrô Itaquera é o maior responsável pelas salas de cinema.

Os dados mostram que o contingente populacional da região de Itaquera e dos outros distritos da ZL que consomem algum tipo de equipamento cultural em Itaquera, por ser uma centralidade, sofrem pela baixa infraestrutura do setor. A superlotação dos espaços, as filas gigantes para conseguir entrar ou comprar um bilhete de ingresso, tudo isso acaba se tornando algo comum e simultaneamente banal para quem quer consumir algum desses tipos de equipamentos culturais.

No geral, para os moradores de Itaquera consumir qualquer tipo de atração cultural, ele procura outra região da cidade que possui uma melhor infraestrutura no setor, em principal o Centro e a Zona Oeste da cidade de São Paulo. Não podemos negligenciar de maneira alguma as atividades culturais que são desenvolvidas pelas organizações de bairros, igrejas, comércios, dentre outras. Durante todo ano, em datas pontuais, como carnaval, festas juninas, feriados religiosos, dentre outras datas, são marcados por atividades festivas na região. Movimentando a circulação do comércio, de pessoas nas ruas e firmando ao mesmo tempo a identidade do bairro. São atividades que firmam os fixos e fluxos que região possui no que se refere à cultura local.

2. 2. A situação de Itaquera dentro da formação socioespacial

Primeiramente traremos o mapa de localização dos Distritos que compõem a Subprefeitura de Itaquera. Este mapa servirá para dar a noção espacial dos dados da PMSP que é usado como base deste subcapítulo. Em seguida, será feita análise geográfica dos dados de Itaquera, os dados que serão apresentados foram extraídos do site Infocidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da PMSP. Começaremos com a caracterização da região que aborda a Subprefeitura de Itaquera (Cidade Líder, Itaquera, José Bonifácio e Parque do Carmo), abordando dados populacionais, dados educacionais, dados de faixa de rendimentos, dados dos ramos econômicos e dados empregatícios, em seguida será feita a descrição da região analisando sua evolução geográfica na formação socioespacial. Será analisada a conjuntura da formação socioespacial da região, ligando as ações do capitalismo hegemônico imposto pelas grandes corporações com a Copa do Mundo, e até mesmo com o Estado na relação local–global.

As Subprefeituras do município de São Paulo possuem uma autonomia financeira e de gestão em relação à PMSP. São elas as responsáveis pelos serviços de manutenção infraestrutural de cada local, mas sempre ficando mercê da PMSP, principalmente quando abrange projetos de grande porte, por diversas Secretarias da PMSP, como transportes, educação, obras, etc.

Figura 10: Localização dos Distritos que compõe a Sub-Prefeitura de Itaquera

A evolução populacional da região de Itaquera dos anos 2000 até 2010 foi de mais de 30 mil pessoas – um crescimento considerável –, a maioria dessas pessoas se encontram no Jardim José Bonifácio, um bairro de COHABs. Praticamente quase toda a região que engloba a Subprefeitura de Itaquera é de casas e prédios populares. Esta região se caracteriza como uma região de bairros dormitórios, onde a maioria de sua população não exerce suas atividades principais de trabalho e estudos na região. Existe atualmente um movimento político para a requalificação da região, melhorando a infraestrutura dela para a população local, mas ao mesmo tempo em que existe esse movimento de requalificação, há um movimento de gentrificação e segregação desta mesma população, e que já está acontecendo.

No ano de 2010 a população da região de Itaquera marcava cerca de um pouco mais que 520 mil habitantes. Os dados que a PMSP fornece sobre a educação por grau de instrução da população são de 2007, os dados que dizem respeito a população que mora na região de Itaquera são alarmantes, do ponto de vista da metrópole de São Paulo. No ano de 2007, um pouco mais de 5% (cinco por cento) da população tinha concluído o Ensino Superior, um pouco mais de 65% (sessenta e cinco por cento) da população não tinha o Ensino Médio completo. Esses dados nos mostram a realidade da educação em Itaquera no ano em que a Copa do Mundo foi anunciada no Brasil. Em trabalhos de campo realizados na PMSP atrás de dados mais recentes sobre educação, à PMSP informou que não disponibiliza nenhuma informação além do que está publicado em seu site na internet.

Dados da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de São Paulo - Infocidade¹⁷

Figura 11: Dados da População Recenseada Município de São Paulo, Subprefeitura de Itaquera e seus Distritos Municipais 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Município de São Paulo, Subprefeitura de Itaquera e seus Distritos Municipais 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010							
Unidades Territoriais	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
São Paulo	2.151.313	3.667.899	5.924.615	8.493.226	9.646.185	10.434.252	11.253.503
Itaquera	15.246	36.965	129.314	256.383	431.191	489.502	523.848
Cidade Líder	7.254	15.064	38.420	70.508	97.370	116.841	126.597
Itaquera	5.070	15.245	63.070	126.727	175.366	201.512	204.871
José Bonifácio	1.188	2.706	11.313	24.049	103.712	107.082	124.122
Parque do Carmo	1.733	3.949	16.511	35.099	54.743	64.067	68.258

¹⁷ Todas as tabelas foram extraídas da plataforma – Infocid@de – Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/index.php>. Acessado em 06/março/2014.

Figura 12: Dados da População Total por Grau de Instrução Município de São Paulo, Subprefeitura de Itaquera e seus Distritos Municipais 2007

População Total por Grau de Instrução Município de São Paulo, Subprefeitura de Itaquera e seus Distritos Municipais 2007						
Unidades Territoriais	Total	Não alfabetizado	Ens. fundamental incompleto	Ens. fundamental completo	Ensino médio completo	Superior completo
		Até 3ª série ensino fundamental	(4ª a 7ª séries)	Ensino médio incompleto	Superior incompleto	
São Paulo	10.896.639	2.386.780	2.336.606	1.813.075	3.048.922	1.311.255
Itaquera	522.604	123.947	125.687	91.378	153.253	28.339
Cidade Líder	127.951	29.408	27.744	22.090	41.645	7.064
Itaquera	217.239	50.043	54.296	36.978	63.105	12.816
José Bonifácio	108.662	23.749	29.656	20.746	30.689	3.822
Parque do Carmo	68.752	20.747	13.991	11.563	17.814	4.637

Figura 13: Dados dos Domicílios por Faixa de Rendimento, em salários mínimos Município de São Paulo, Subprefeitura de Itaquera e seus Distritos Municipais 2000

Município de São Paulo, Subprefeitura de Itaquera e seus Distritos Municipais 2000						
Unidades Territoriais	Domicílios particulares permanentes					
	Domicílios (*)	Classes de rendimento nominal mensal domiciliar (salário mínimo) ⁽²⁾				
		Até 3	>3 a 5	>5 a 10	>10 a 20	>20
São Paulo	2.995.258	656.517	472.989	778.395	555.038	532.319
Itaquera	130.424	33.172	23.518	39.695	24.810	9.229
Cidade Líder	31.293	7.106	5.649	9.621	6.275	2.643
Itaquera	53.603	14.894	10.167	15.686	9.079	3.777
José Bonifácio	28.638	6.536	4.712	9.186	6.617	1.587
Parque do Carmo	16.890	4.636	2.989	5.202	2.839	1.223

(*)Total de domicílios MSP : Base Amostra do Censo 2000, excluídos 41422 domicílios sem resposta para este dado. Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00.

Figura 14: Dados dos Domicílios por Faixa de Rendimento, em salários mínimos Município de São Paulo, Subprefeitura de Itaquera e seus Distritos Municipais 2010

Município de São Paulo, Subprefeitura de Itaquera e seus Distritos Municipais 2010									
Unidades Territoriais	Domicílios particulares permanentes								
	Total ⁽¹⁾	Classes de rendimento nominal mensal domiciliar (salário mínimo) ⁽²⁾							
		>1/2	>1/2 a 1	>1 a 2	>2 a 5	>5 a 10	>10 a 20	>20	Sem rendimento ⁽³⁾
São Paulo	3.574.286	20.129	225.166	588.778	1.212.485	714.900	380.801	224.798	202.016
Itaquera	155.863	868	11.362	30.452	62.533	31.882	8.714	1.206	8.819
Cidade Líder	37.561	171	2.574	6.953	14.550	8.466	2.769	374	1.693
Itaquera	60.185	375	4.382	11.792	23.823	12.367	3.394	428	3.615
José Bonifácio	37.832	230	2.982	7.707	16.589	7.066	1.232	81	1.939
Parque do Carmo	20.285	92	1.424	4.000	7.571	3.983	1.319	323	1.572

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento nominal mensal domiciliar. (2) Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00. (3) Inclusive os domicílios com rendimento mensal domiciliar somente em benefícios.

Figura 15: Dados dos Estabelecimentos e Empregos Formais no Setor do Comércio, Serviços, Indústria de Transformação e Construção Civil Município de São Paulo, Subprefeitura de Itaquera e seus Distritos Municipais 2007

Município de São Paulo, Subprefeitura de Itaquera e seus Distritos Municipais 2007								
Unidades Territoriais	Comércio		Serviços		Indústria de Transformação		Construção Civil	
	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos
São Paulo	92.048	735.408	106.968	1.834.337	27.597	546.814	7.837	189.543
Itaquera	2193	18.994	1286	17.197	708	13.089	115	2.989
Cidade Líder	792	8.581	353	3.438	232	2.421	27	156
Itaquera	907	6.480	642	10.916	256	3.858	57	1.875
José Bonifácio	214	2.234	141	1.211	84	3.122	15	473
Parque do Carmo	280	1.699	150	1.632	136	3.688	16	485

Figura 16: Estabelecimentos e Empregos Formais no Setor do Comércio, Serviços, Indústria de Transformação e Construção Civil Município de São Paulo, Subprefeitura de Itaquera e seus Distritos Municipais 2011

Município de São Paulo, Subprefeitura de Itaquera e seus Distritos Municipais 2011								
Unidades Territoriais	Comércio		Serviços		Indústria de Transformação		Construção Civil	
	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos
São Paulo	107.016	892.880	130.838	2.378.309	29.632	573.732	12.023	310.667
Itaquera	2.722	22.273	1.615	34.216	834	14.447	277	4.476
Cidade Líder	856	8.732	410	4.026	286	2.918	69	508
Itaquera	1.149	7.948	790	16.562	285	2.921	109	2.473
José Bonifácio	322	2.947	195	4.991	107	4.341	39	523
Parque do Carmo	395	2.646	220	8.637	156	4.267	60	972

A formação social que encontramos em Itaquera é de forte relação com o seu espaço. A formação socioespacial de Itaquera é atribuída às características de sua população e ao espaço físico em que se habita. Itaquera, na história, passou de subúrbio para periferia¹⁸, na passagem das décadas de 1970 para 1980 houve um *boom* populacional. Isso se reflete até os dias de hoje. Sua população naquela época, na grande maioria, nordestinos e sem qualificação profissional, não deixou de exercer as atividades trabalhistas e econômicas, trabalhando em empregos que não necessitam de um alto grau de instrução escolar para sustentar a família. Essa população evoluiu e as crianças que nasceram nas décadas de 1970 e 1980 cresceram, assim, muitas delas procuraram estudar e se qualificar profissionalmente para o mercado, não necessariamente todos se qualificaram com o Ensino Superior, mas com Cursos Técnicos e Profissionalizantes também. A partir de meados da década 2000, o ensino superior foi se popularizando com alguns programas educacionais do Governo Federal, como o ProUni e FIES, desta forma, se iniciou a inserção das pessoas mais pobres no ensino superior, não necessariamente garantindo qualidade de ensino em todos os cursos, porque muitas Faculdades e Universidades acabaram tornando o ensino uma espécie de mercadoria, seria como o “*fast-food*” da formação profissional.

Na conjuntura capitalista periférica que o Brasil se encontra, onde a exploração do trabalhador pelo empregador ainda é subversiva e aos moldes exploratórios trabalhistas que as políticas nacionais nos determinam, a qualificação profissional do indivíduo através de uma educação de qualidade, independente do seu ramo de atividade, é o principal fator que controla o seu salário e em alguns casos sua carga horária de trabalho. A exploração do trabalho no Brasil ainda é concomitantemente abusiva, a carga horária de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais imposta pelas leis trabalhistas é o fator principal desta exploração. O trabalhador no contexto metropolitano enfrenta em média 3 (três) horas diárias de locomoção de sua casa para o trabalho e vice-versa e ainda encontramos muitas exceções neste contexto de trabalhadores que gastam 6 (seis) horas diárias no

¹⁸ José de Souza Martins relata a diferenciação de subúrbio e periferia em um depoimento na revista Espaço & Debates nº 42, Periferia Revisitada - “Há uma distinção espacial importante entre subúrbio e periferia. No subúrbio, mesmo na fase já alcançada pela industrialização e pelos loteamentos de terrenos para moradias operárias, os lotes eram grandes, as casas tinham espaço para o grande quintal, um remanescente do rural que permanecia no urbano: fruteiras, hortas, galinheiros, fornos de pão e broa, jardins, muitas flores e um certo suave perfume suburbano. A periferia já é o produto da especulação imobiliária, ruas estreitas, calçadas estreitas, falta de praças, terrenos minúsculos, casas ocupando na precariedade de seus cômodos todo o reduzido espaço disponível para construção, falta de plantas,[...]” (ESPAÇO & DEBATES, 2001, p.78).

transporte. O preço do transporte é alto, a qualidade é péssima e a negligência do Estado é alarmante. O tempo de lazer e de estudo que o cidadão deve ter por direito não é respeitado pelas políticas capitalistas do mercado de trabalho e muito menos pelo Estado.

O *boom* populacional derivado de uma especulação imobiliária mórbida das décadas de 1970 e 1980, o baixo nível educacional das pessoas que ocuparam a região, a cultura trabalhista imposta pelas empresas na época, juntamente com o discurso abusivo vindo da Ditadura Militar, é o reflexo nesta sociedade até hoje. A formação socioespacial de Itaquera está intrinsecamente ligada à fusão e às misturas culturais pelas quais a região passou durante a segunda metade do século XX, em que as pessoas desta região passaram por diversas crises econômicas juntas, em muitos casos uma família ajudando a outra para sua sobrevivência. Através dos trabalhos de campo, constatamos que a maioria da população de Itaquera são migrantes ou filhos de migrantes da região nordeste do Brasil, uma territorialidade consolidada por esses povos.

No século XXI, com o crescimento econômico, algumas políticas de assistencialismo e justiça social (Bolsa Família, Renda Mínima, Renda Cidadã, etc.), o investimento no setor educacional (Cursos técnicos, tecnólogos, graduação e pós-graduação) e a abertura de crédito para os pobres, foram primordiais para reconfigurar a formação socioespacial da região. A classe pobre que é menos inserida na dinâmica do mercado capitalista também se inclui minimamente no sistema. Os programas de expansão do ensino superior do Governo Federal desencadeou a formação profissional de muitas pessoas, aumentando a renda das famílias e, conseqüentemente, o poder aquisitivo de compra. Deste modo, as junções de diversas políticas econômicas e sociais modificaram a estrutura urbana de Itaquera e a sua formação socioespacial ao longo do tempo.

A formação social que se configura no espaço de Itaquera hoje está ligada principalmente às atividades dos setores de comércio e serviços. Os empregos que são oferecidos na região não são necessariamente usufruídos por todos os moradores locais, e sim de diversos locais, em principal dos extremos periféricos da ZL (Cidade Tiradentes, Guaianases, Itaim Paulista, São Miguel, São Mateus, etc.) e dos municípios da subregião Leste da RMSP (Ferrás de Vasconcelos, Suzano, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, etc.). Os empregos oferecidos hoje na região não necessariamente precisam de uma mão-de-obra qualificada com Ensino Superior e, sim, de uma formação básica de Ensino Médio e de cursos técnicos. Assim, as atividades econômicas empregatícias

de Itaquera atraem trabalhadores de diversos locais da metrópole, mas sua faixa salarial fica entre 1 (um) a 2 (dois) salários mínimos.

O setor da Indústria da Transformação e o setor da Construção Civil não são o ponto forte do setor empregatício em Itaquera. Porém, atualmente vem crescendo significativamente o número de empregados no setor da Construção Civil. A construção do estádio de futebol do SCCP trouxe uma especulação imobiliária muito grande para a região de Itaquera e, com isso, houve um aumento significativo neste setor nos últimos 6 (seis) anos. Constatamos através dos dados que o número de empresas deste setor ainda é pequeno em Itaquera, mas se duplicou no período de 2007 até 2011. Vide a Figura 15.

Na cidade de São Paulo, o setor da Construção Civil de 2007 até 2011 cresceu em números de estabelecimentos 34%, em seguida o setor de Serviços com 19%, o Comércio 14% e o setor da Indústria da Transformação 7%. Em Itaquera, o setor que mais cresceu em números de estabelecimentos foi o da Construção Civil com 58%, em seguida o setor de Serviços com 20%, o Comércio com 19% e o setor da Indústria da Transformação 15%. Os números mostram que o desenvolvimento que a região de Itaquera vem passando nos últimos anos está acima da média do crescimento da cidade. Porém, os valores dos salários dos trabalhadores da região não acompanharam este mesmo crescimento.

Continuando as comparações entre os dados da cidade de São Paulo e Itaquera, partiremos para os dados de empregos. Na cidade de São Paulo, entre os anos de 2007 e 2011, houve um crescimento empregatício no setor da Construção Civil de 39%, no setor de Serviços 22%, no Comércio 17% e no setor da Indústria da Transformação 4%. Em Itaquera, no mesmo período, entre 2007 e 2011, o crescimento empregatício no setor da Construção Civil foi de 33%, no setor de Serviços 49%, no Comércio 14% e no setor da Indústria da Transformação 9%. Conseguimos perceber através dos dados que a região de Itaquera, em números de crescimento empregatícios, está acima da média da cidade de São Paulo em quase todos os setores analisados. O setor de Serviços é o que mais emprega em Itaquera, este setor em números proporcionais está 100% acima da média da cidade de São Paulo.

Através dos dados anunciados percebemos que atualmente a região de Itaquera está se desenvolvendo aceleradamente acima das médias municipais em alguns aspectos. Desde o anúncio da construção do estádio o processo de desenvolvimento da região se deu de forma intensiva e especulativa. O valor do espaço habitado e de seu uso

saiu da “normalidade” vivida até aquele momento. As pessoas que habitam a região passaram a “ver com outros olhos” a sua própria região (começou a valorizar mais o seu próprio espaço), a valorização do espaço ficou ligada primeiramente à construção do estádio, por sediar o megaevento Copa do Mundo e, logo em seguida, pelos investimentos que o Estado e a PMSP se propuseram a fazer na região, entre eles, a implantação do Polo Institucional Itaquera (na qual veremos seus atributos no próximo subcapítulo 2.3.).

Diante do exposto até o momento, iremos fazer uma conexão da conjuntura socioespacial de Itaquera com o movimento global que está atuando em seu território, para isso usaremos como eixo central o artigo de Milton Santos, “O Espaço: Sistemas de Objetos, Sistemas de Ações”, juntamente com outras teorias que competem a essa discussão. Para Santos,

[...] o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Os sistemas de objetos não funcionam e não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem conhecimentos, se os vemos separados dos sistemas de ações (SANTOS, p.86, 2008d).

Contudo, os sistemas de ações não acontecem sem os sistemas de objetos também, um está intrinsecamente ligado ao outro. Santos (2008d) nos explica o que são os objetos e ações.

Os objetos não são as coisas, dados naturais; eles são fabricados pelo homem para serem, a fábrica da ação. Hoje, esses sistemas de objetos tendem, em primeiro lugar, a ser um sistema de objetos concretos, isto é, objetos que se aproximam cada vez mais da natureza e buscam imitar a natureza. São também objetos cujo valor vem de sua eficácia, de sua contribuição para a produtividade da ação econômica e das outras ações. São objetos que tendem à unicidade, um sistema de objetos que, pela primeira vez na história do homem, tende a ser o mesmo em toda parte. Refiro-me, sobretudo, aos objetos novos, àqueles que formam os sistemas hegemônicos, surgidos para atender às necessidades das ações hegemônicas. Os objetos contemporâneos não são coleções, mas sistemas, já surgem debaixo de um comando único e já aparecem dotados de intencionalidade, como jamais no passado (intencionalidade mercantil ou intencionalidade simbólica), o que faz cada um claramente distinto dos outros, numa fase da história em que o seu número se multiplicou exponencialmente: os últimos quarenta anos viram nascer sobre a face da terra mais objetos que nos anteriores quarenta mil anos. São objetos técnicos, que representam sistemas técnicos, dotados de uma força capaz de invadir qualquer outro sistema já instalado, estabelecendo sobre a face da terra uma área de combate que é, ao mesmo tempo, a base da dinâmica e o substrato da dialética do espaço (SANTOS, 2008d, pp.86-87).

Os objetos no caso de Itaquera são as obras que estão sendo implantadas pelas corporações e pelo Estado. O estádio Itaquerão é por sua vez um objeto construído pelo homem que procura trazer o estigma de lazer e prazer para a sociedade, porém, tudo tem seu preço e seu uso não será designado necessariamente para a população local usufruir, mas seus malefícios sim, já que é a população local que irá arcar com as consequências de trânsito, tumulto no transporte público, violência e demais agravos da vida urbana.

Os demais objetos do espaço que estão ou que estarão no futuro em torno do estádio são objetos de ações hegemônicas do Estado, PMSP e iniciativa privada, visando atender parte da sociedade e a produção do capital na região.

Santos (2008d) nos refere sobre os sistemas de ações que estão indissociáveis aos sistemas de objetos.

As ações, por sua vez, aparecem como ações racionais, movidas por uma racionalidade conforme aos fins ou aos meios, obedientes à razão do instrumento, à razão formalizada, ação deliberada por outros, informada por outros. É uma ação inflada, e que por isso mesmo recusa o debate; e, ao mesmo tempo, uma ação não-explicada todos e apenas ensinada aos agentes. É uma ação pragmática, na qual a inteligência prática substitui a meditação, espantando toda forma de espontaneidade; e também ação não-isolada e que arrasta, que se dá, também ela, em sistemas (SANTOS, 2008d, p.87).

Os grandes atores hegemônicos da produção do capital que estão envolvidos com a Copa do Mundo estão com o “cartão verde” dado pelo Estado Brasileiro através da Lei Geral da Copa (Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012). Esta lei abre precedente de um Estado de Exceção dentro do Território Brasileiro, atropelando até mesmo a Constituição Brasileira de 1988. A FIFA é o principal ator hegemônico e em seguida são seus patrocinadores, os grandes beneficiadores desse Estado de Exceção, tendo o poder hegemônico para usufruir parte do território brasileiro como bem entender e ainda tem o aparato do Estado sustentando essa grande hegemonia. Este aparato vai de leis que dão aos agentes a isenção de impostos – beneficiando as grandes corporações a terem mais lucro – até o alto policiamento nas ruas para assegurar sua atuação no território, contra qualquer tipo de manifestação.

O conjunto que liga os sistemas de objetos e os sistemas de ações em Itaquera está sendo realizado na política de Estado – neste caso, em todas as instâncias. O volume de capital que este megaevento move dentro do sistema econômico é de uma proporção gigantesca, na casa dos bilhões, grande parte desse dinheiro vem de impostos

do cidadão brasileiro, que ao invés do Governo investir em educação, saúde, saneamento básico, infraestrutura urbana, programas assistencialistas e etc., ele financia os objetos e as ações dos agentes hegemônicos.

A Copa do Mundo nada mais é do que um grande negócio e este negócio não é para a maioria do povo brasileiro, muito menos para o povo de Itaquera. Este negócio é para os grandes agentes econômicos ganharem muito dinheiro com uma seleta parcela da sociedade brasileira – que tem um poder aquisitivo alto – e para os estrangeiros – na grande maioria europeus e norte-americanos – que gastam seu dinheiro consumindo o megaevento e as outras atrações naturais e culturais brasileiras. A maioria do povo de Itaquera sequer passou perto do estádio nos dias de jogos da Copa do Mundo, por ter um isolamento de “segurança nacional”, quem dirá tenha assistido a um jogo.

2. 3. A reforma urbana e o plano de requalificação

Ao debater sobre reforma urbana, não direcionaremos nossa discussão apenas à remodelação do espaço físico, pois a reforma urbana vai além dessa abordagem. A reforma urbana é uma reforma social e estrutural, com uma evidente dimensão espacial e que tem como objetivo principal melhorar a qualidade de vida da população, em especial a parcela mais pobre e menos favorecida no sistema capitalista, elevando-a ao nível de justiça social (SOUZA , 2005, pp.112-113).

De acordo com Souza (2005), os objetivos específicos da reforma urbana são diversificados. Os principais são:

- 1) coibir a especulação imobiliária, a qual, tipicamente, corre desenfreada em cidades de países periféricos e semiperiféricos; 2) reduzir o nível de disparidade sócio-econômico-espacial intra-urbana, assim reduzindo o nível de segregação residencial; 3) democratizar o mais possível o planejamento e gestão do espaço urbano. (SOUZA, p.113, 2005)

Souza (2005) aponta dois objetivos auxiliares que fazem parte do objetivo específico relativo à redução do nível de disparidade sócio-econômico-espacial intra-urbana: “1) garantir segurança jurídica para as populações residentes em espaços carentes de regularização fundiária, tais como favelas e loteamentos irregulares; 2) gerar emprego e renda para os pobres urbanos (SOUZA, 2005, p.113)”.

Tendo em vista a discussão social da reforma urbana na conjuntura em que a cidade de São Paulo viveu sob efeitos do megaevento Copa do Mundo, a reforma urbana pela qual a região de Itaquera passa é de fato o oposto do que se preza para a população de menor renda. O que se constata são as transformações físicas na região e não a transformação social em prol do morador local de baixa renda.

A reforma urbana deve acontecer de forma límpida pelo Estado, de maneira que haja justiça social para todos que vivem na cidade. É o Estado o principal agente de desenvolvimento desta reforma, ele tem o conhecimento de todas as desigualdades sociais na cidade em todas as escalas, portanto, a negligência de não se fazer uma reforma urbana social para beneficiar as classes menos favorecidas é de certa forma uma forma de exclusão social urbana. Porém, deixemos claro que para uma reforma urbana acontecer, o peso não pode e nem deve ficar somente nas costas do Estado, apesar dele ser o principal ator das transformações espaciais urbanas, nas quais tem o poder de legislar mudanças nos marcos legais e institucionais. Mas, a reforma urbana

deve ir além do aparelho do Estado, ela deve ter a participação popular da massa trabalhadora através da organização da sociedade civil, podendo, assim, pressionar o Estado para melhorar a economia, as condições de trabalho, os setores de saneamento, educação, saúde, transporte, dentre outros. Em um país com tanta desigualdade social e uma burocracia Estatal enorme como o Brasil, a sociedade não pode se desmobilizar e deixar de lutar pelos seus direitos que estão na Constituição Brasileira de 1988 (SOUZA, 2005, pp.111-122).

Souza (2005) relata que a ementa original sobre políticas urbanas que tramitava no Congresso Nacional durante o período de elaboração da Constituição Brasileira de 1988 eram duas dezenas de artigos, no entanto, foi diminuída e apenas dois Artigos foram promulgados, 182 e 183 da Carta Magna (SOUZA, 2005, p.119).

POLÍTICA URBANA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - ART 182/183

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA URBANA

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º - É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

- II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;
- III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º - Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º - Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

(CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

Diante do exposto pela legislação federal, fica a cargo do Plano Diretor Estratégico de cada município, uma legislação e um plano de desenvolvimento urbano para cada cidade. Em média, os planos diretores são realizados entre um período de 20 anos cada, podendo ocorrer uma reformulação dentro deste período. O Plano Diretor Estratégico é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

O Plano Diretor Estratégico deveria ser o grande articulador das gestões municipais para uma requalificação do espaço, levando em conta os investimentos públicos em cada setor (transporte, saúde, educação, saneamento, etc.), mas não é isso que acontece de fato na maioria das cidades brasileiras. O Plano Diretor Estratégico, em muitos casos, é deixado de lado nas gestões seguintes de sua implantação, geralmente, quando assumem partidos de oposição aos criadores do Plano, e o dinheiro público é usado em projetos de escala temporal menor, contudo, essas gestões posteriores, que usam o dinheiro público para projetos temporais de no máximo 4 (quatro) anos, argumentam nas eleições que foram realizados muitos projetos em sua gestão, mas dificilmente com planejamento estrutural de longa escala.

Na atual política brasileira, a luta nas eleições e no cotidiano, não é para saber quem irá administrar melhor o dinheiro público e, sim, é uma luta de poder pelo poder entre os grandes partidos; quem está no poder pode beneficiar quem o apoia e é por isso que os grandes partidos políticos “devem moralmente” às grandes corporações, porque são elas que financiam suas campanhas eleitorais, de modo que, após o partido vencer a eleição, essas corporações serão beneficiadas em contratos com o Governo. Sendo assim, no geral, percebemos que, em muitos casos, o aparelho administrativo estatal não trabalha para melhorar a qualidade de vida da população, mas, sim, para beneficiar as corporações que lhes apoiam. Enquanto o poder político estiver nas mãos de quem detêm o poder econômico, as políticas sociais para as classes menos favorecidas sempre ficarão com as “migalhas” dos investimentos do setor público, talvez nem isso.

O Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo foi realizado no ano de 2002, na gestão da Prefeita Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores (PT). Nos anos entre 2005 e 2012, a PMSP foi administrada pelos partidos de oposição ao PT, estiveram na administração do município os ex-prefeitos José Serra (PSDB) e Gilberto Kassab (DEM e posteriormente PSD). Nessas duas gestões, a do PSDB e DEM/PSD, não foram seguidos e desenvolvidos assiduamente os projetos de desenvolvimento urbano de acordo com Plano Diretor, no qual alguns projetos de Operações Urbanas foram congelados pela Justiça por não seguir as diretrizes básicas. Exemplo disso são os projetos Bairro Novo na Operação Urbana Água Branca¹⁹ e Operação Urbana Centro/Projeto Nova Luz²⁰.

Em 2013, o PT volta à administração da PMSP com o prefeito Fernando Haddad, na qual começa a rever alguns pontos do Plano Diretor Estratégico da cidade. A revisão foi dividida em 4 (quatro) etapas: Avaliação Temática Participativa, Oficinas Públicas para Levantamento de Propostas e Contribuições, Sistematização das Propostas e Contribuições Recebidas e Devolutiva e Discussões Públicas da Minuta do Projeto de Lei²¹. Essa revisão foi aprovada no dia 30 de junho de 2014, na Câmara

¹⁹ Artigo de Gustavo Pires de Andrade Neto. “Discurso, projeto e mercado na realização do Concurso Bairro Novo em São Paulo, 2004”. Disponível em: <http://www.lares.org.br/2006/artigo%20gustavo%20neto%20discurso%20vfinal.pdf>. Acessado em 27/março/2014.

²⁰ Reportagem de Bruno Ribeiro. “TJ decide que nova luz deve ser refeito”. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,tj-decide-que-nova-luz-deve-ser-refeito,987607,0.htm>. Acessado em: 27/março/2014.

²¹ Prefeitura Municipal de São Paulo: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Disponível em:

Municipal de São Paulo, em meio a interesses financeiros e manifestações populares que solicitavam uma maior justiça social na cidade, principalmente no setor de moradia.

É através do Plano Diretor Estratégico que o município obtém os zoneamentos de uso do solo e densidade, zoneamentos de prioridades, os instrumentos de regularização e desenvolvimento urbano, e as leis que regulamentam os projetos para a cidade. Deixamos claro que não basta ter um bom Plano Diretor para a cidade, cheio de instrumentos “progressistas”, para desenvolver melhor as relações da cidade, é preciso de “condições políticas, sociopolíticas e políticas-culturais para que eles sejam aplicados, e bem aplicados (SOUZA, 2005, pp.123-132)”.

Os obstáculos para implementar a reforma urbana são de tão grandes proporções que a própria população desconhece, esse conhecimento está contido no campo de especialistas da área e deve ser difundido para todos. Não é a segregação do conhecimento e sim a complexidade de difundi-lo para toda a sociedade, que faz com que a opinião pública não dê importância para a reforma urbana (SOUZA, 2005, p.133).

Os obstáculos principais são: *os políticos, culturais/de mentalidade, econômicos, jurídicos-institucionais*. Dentre esses obstáculos podem ser adicionados às *dificuldades gerenciais e técnicas*. Por fim, temos um obstáculo de natureza sociopolítica, especialmente em grandes cidades, como é o caso de São Paulo (SOUZA, 2005, p.133-138).

Os *obstáculos políticos* envolvem interesses contrários a uma genuína reforma urbana, sua capacidade de pressão sob o Estado é muito grande.

[...] Instrumentos como o IPTU progressivo no tempo, o “solo criado” e outros contrariam os interesses dos agentes modeladores do espaço urbano que ganham com a especulação imobiliária, com a densificação excessiva em certas áreas nobres da cidade, com a destruição do patrimônio natural e histórico arquitetônico. Muitas vezes, argumentos “técnicos” contrários à utilização desses instrumentos têm por trás de si interesses muito bem articulados de defesa do direito de se fazer o que quiser com as propriedades e o espaço da cidade, em nome da “liberdade individual”, da “modernização”, do “progresso” ou coisas que tais (SOUZA, 2005, p.134).

Os obstáculos políticos são reforçados e, em larga escala, possibilitados graças à técnica que os grupos e as classes dominantes têm por meio de propagandas, utilizando a mídia elitista, “fazem a cabeça” da opinião pública e, em muitas ocasiões,

dos próprios técnicos e estudiosos, a reprodução do capital dita às regras do jogo. São os *obstáculos culturais/de mentalidade*. Logo, ao mesmo tempo em que o senso comum costuma acreditar que o problema das cidades brasileiras é a “falta de planejamento”, os grupos dominantes costumam boicotar de diversas maneiras a regulamentação do “crescimento urbano e o uso do solo, tentando fazer que o planejamento, mesmo quando é até relativamente tímido em matéria de combate a especulação imobiliária e ao superadensamento, pode ser nocivo (SOUZA, 2005, p.134)”.

Os *obstáculos econômicos* variados estão ligados aos obstáculos políticos. À escassez de recursos para alcançar certos objetivos está aliado ao endividamento do Poder Público Municipal, a desatualização cadastral dos imóveis, de gastos governamentais insensatos, da fraqueza econômica de muitos municípios, entre outros aspectos. “Sem recursos suficientes para investir, a adoção de um orçamento participativo, para exemplificar, pode acabar gerando frustração, por criar expectativas que não poderão ser satisfeitas (SOUZA, 2005, p.136)”. A solução para isso é cuidar melhor das finanças municipais e tentar promover objetivos que busquem uma melhor justiça social (SOUZA, 2005, pp.135-136).

Os *obstáculos jurídicos-institucionais* são derivados dos obstáculos até agora mencionados. “Mesmo com o Estatuto da Cidade, não se fez, ainda, tudo o que se pode fazer para respaldar adequadamente os esforços em prol de uma reforma urbana em nível federal, mediante a legislação adequada (SOUZA, 2005, p.136)”. O Brasil necessita de uma estrutura institucional mais apropriada, na esfera do governo federal, “[...] para auxiliar no suporte técnico, econômico e mesmo jurídico a um eventual esforço concertado de impulsionamento na reforma urbana em escala nacional, na base da cooperação entre União, estados e municípios (SOUZA, 2005, p.136)”.

Todos esses *obstáculos* que citamos até o momento podem ser adicionados às *dificuldades gerenciais e técnicas*. Elas compreendem desde a falta de profissionais qualificados no quadro técnico do gerenciamento das prefeituras, passando pelas dificuldades de implementação de recursos e administração dos gastos públicos, chegando até a ineficiência burocrática, corrupção, etc. (SOUZA, 2005, p.136).

Por fim, e não menos importante que os outros *obstáculos* que comentamos até o momento, temos um obstáculo de natureza *sociopolítica*, na qual este, em especial, tem suas representatividades territoriais demarcadas no espaço urbano. A formação de enclaves territoriais por grupos e facções criminosas, as associações de moradores sem teto, associações de bairros periféricos irregulares, de certo modo, são uma própria

gestão da cidade. O Poder Público, ao intervir no território desses grupos, sempre “negocia” antes de agir e obter sua anuência. Na maioria dos casos, ele interveem, porém não resolve o problema estrutural que ali se reside, ocasionando uma “guerra urbana”, onde milhares de pessoas no Brasil e no mundo já morrem lutando por uma justiça social para todos (SOUZA, 2005, pp.136-137).

Percebemos que não são poucos os obstáculos para se chegar a uma reforma urbana para todos, são muitas barreiras e empecilhos que travam o desenvolvimento desta reforma, e o que está sempre por trás de tudo isso é a obtenção de lucro por parte dos grandes agentes capitalistas da sociedade, tanto na esfera do mercado quanto na esfera política (onde esses agentes capitalistas se auto promovem para defender seus interesses).

A região de Itaquera passa atualmente por uma reforma urbanística que trás muitos benefícios, porém, no que diz respeito a algumas estruturas urbanas, as estruturas sociais da região ainda sofrem com a falta de uma justiça social mais plana (HARVEY, 1980), comparando com outras áreas da cidade. O que não pode acontecer é a população local deixar de lutar por seus direitos de cidadão, passando tanto pelos excluídos moradores de favelas quanto pelas classes com uma ascensão social mais alta. A luta pelos direitos diante do Estado é a única forma de mostrar que a população não está satisfeita com o que acontece hoje na região.

A discussão geográfica do plano de requalificação da área estudada visa uma série de aspectos que se inserem neste meio. Como vimos, a definição de espaço geográfico e espaço urbano nos traz as bases para esse estudo. A partir deste momento, trabalharemos o plano de requalificação do espaço em Itaquera. A escala temporal que será analisada está ligada à construção do estádio de futebol do SCCP, desde o anúncio da construção, no ano de 2010.

Para fazer um debate de ideias sobre o plano de requalificação do espaço, faremos primeiro uma breve análise sobre a produção e reprodução do espaço urbano. Deixemos claro que esta passa primeiramente pela discussão do espaço geográfico, que por sua vez tem uma margem de discussões muito ampla na esfera do urbano. Podemos discernir a produção e reprodução do espaço geográfico em inúmeros segmentos: produção e reprodução da paisagem, do capital, do lugar, da obra, dentre outras. A cidade possui uma escala de produção e reprodução espacial indescritível em uma análise da totalidade (LEFEBVRE, 1991), que passa do extremo periférico da cidade até os bairros de mais alto padrão, e está ligada intrinsecamente à produção e reprodução do

capital, nos mais diversos segmentos da economia, advindo do circuito inferior ao circuito superior da economia (SANTOS,2008b).

O espaço urbano de São Paulo se produz e reproduz ao mesmo tempo, de forma que diversas áreas da cidade vão se consolidando e em muitos casos tornando-se uma gentrificação²² (SMITH, 2006). A região de Itaquera está começando a desenvolver um processo de gentrificação, onde moradores que viviam na região estão saindo por conta do preço alto dos aluguéis (em principal). Famílias que tinham uma história na região estão buscando bairros com aluguéis mais baratos. Por isso, a região começa a configurar um novo espaço de identidade.

A produção do espaço acontece de forma mais intensa nas periferias da cidade, onde encontramos áreas de menor valor econômico e não ocupadas (vazios urbanos). Assim, o tecido urbano se dilui a cada dia, de forma horizontal e vertical, nos vazios urbanos do município (BONDUKI, 2011). Neste contexto, os usos dos vazios urbanos começam a dar uma nova forma e característica para a malha urbana, sendo usados por diversos setores: habitacional, educacional, industrial, comercial, dentre outros.

A criação do Polo Institucional de Itaquera está sendo concluído nos vazios urbanos que a região tem. Esse Polo Institucional já marca desde 2007, com a inauguração do Shopping Metrô Itaquera e do Poupatempo, uma nova centralidade (D'ANDREA, 2012), tanto nos setores de serviços – lojas de vestimenta, lojas de departamentos, hipermercado, etc. – quanto nos setores públicos do Poupatempo – Detran, Receita Federal, Sabesp, Procon, etc. Se encontra no projeto futuro deste Polo instituições educacionais de ensino profissionalizante, técnico e tecnológico, fórum, ampliação do terminal de ônibus, edifício comercial, nova rodoviária, centro de convenções, parque tecnológico, parque linear de área verde.

Esses investimentos públicos e privados que marcam uma produção do espaço na região começam a requalificar a área e a beneficiar a qualidade de vida dos moradores. Porém, há uma série de processos para a institucionalização das obras que deixam de lado um dos setores mais defasados atualmente na cidade, o setor

²² Gentrificação é o fenômeno que afeta uma região ou localidade da cidade alterando as dinâmicas de sua composição do local. Os exemplos desse processo são novos pontos comerciais, construções de novos edifícios, vias, monumentos, parques, dentre outros aspectos de transformação urbana que afeta diretamente a população local de baixa renda. Essa transformação urbana valoriza a área e é seguida de um aumento de custos dos bens consumíveis e de serviços, dificultando a permanência dos moradores antigos de renda insuficiente para sua sustentação no local cuja realidade foi modificada.

habitacional. O setor habitacional foi tomado pela iniciativa privada, causando uma bolha imobiliária (esse tema será abordado mais especificadamente no Capítulo 3).

Bonduki (2011) sugere “dar um melhor aproveitamento aos espaços urbanizados, de modo a propiciar melhor qualidade tanto para os usos já existentes como as necessidades futuras (BONDUKI, 2011, p.31)”. Seguindo a ideia do autor, o processo de verticalização do espaço seria a melhor solução para as questões da habitação e do terceiro setor. Bonduki (2011) acredita que dando melhor uso dos espaços ocupados hoje na cidade de São Paulo, teríamos uma menor segregação espacial, no que se refere à localização das classes baixas no espaço urbano e melhor uso dos aparelhos públicos.

Partindo para a análise de uma requalificação do espaço urbano, pensando em todas as classes sociais, é preciso pensar em um planejamento urbano que tenha uma escala temporal de no mínimo 20 anos. Pensar a requalificação do espaço é raciocinar como mudar o cenário atual de desenvolvimento do Brasil. A burocracia, má gestão (política e técnica) e a corrupção, são as faces de um país subdesenvolvido que se amarra ao capitalismo visando à segregação de muitos e a elitização de poucos.

A renovação urbana em Itaquera veio diante do discurso de “declínio” (TRINDADE JR., 2010) da região, por ser uma região pouco desenvolvida no que se refere à geração de empregos. Itaquera é uma centralidade na ZL, porém não está entre as principais, porque não gera a quantidade de empregos necessários para suprir a sua própria demanda. Itaquera também está começando recentemente a implantar instituições educacionais públicas de ensino superior e técnico, tendo, assim, em vista a qualificação profissional de sua população local.

A população da região de Itaquera necessita do direito à cidade. O lazer próximo às residências, hospitais e escolas com fácil acesso, transporte de qualidade, mais empregos na região, etc., tudo isso é necessário para a reprodução da vida cotidiana (CARLOS, 2011). O direito à vida é, no mínimo, o direito que a Constituição Brasileira de 1988 nos coloca, mas que não é cumprido devidamente pelos três poderes: executivo, legislativo e judiciário. Sabendo que, quem tem o poder do capital, tem o poder de corromper todas essas esferas no Brasil, com algumas exceções contrárias.

Pensando as transformações da estrutura urbana e seguindo a ideia do direito à vida, faremos uma ligação com as ideias de Carlos (2007). Ela trabalha o assunto explicando a produção e reprodução da vida no espaço urbano.

[...] a produção da vida não envolve apenas a reprodução de bens para satisfação das necessidades materiais; é também a produção da humanidade do homem. Assim, o plano da produção articula o desenvolvimento das relações de produção de mercadorias e da produção da vida e de suas possibilidades, num sentido mais amplo e profundo – esse é o fundamento da desigualdade que explicita o conflito. Refere-se a modos de apropriação que constroem o ser humano e criam a identidade que se realiza pela mediação do outro. Identidade que está construída a partir da escala do habitar sustentando a construção/estabelecimento da memória (CARLOS, 2007, p.54).

Sobre a reprodução da vida, Carlos (2007) nos expõe:

[...] a reprodução da vida realiza-se na relação contraditória entre necessidade e desejo; uso e troca; identidade e não-identidade; estranhamento e reconhecimento que permeiam a prática socioespacial. O entendimento da produção do espaço se revela, portanto, na necessidade do desvendamento do modo como se realiza, concretamente, o processo de reprodução da sociedade em sua totalidade, onde o mundial aparece como tendência inexorável e se realiza, hoje, enquanto processo de reprodução da sociedade a partir da reprodução do espaço, onde ganha sentido uma nova relação espaço-tempo (CARLOS, 2007, pp.55-56).

Para analisar a posição de Carlos (2007) no que se refere à produção e reprodução da vida, temos que fazer a ressalva de que esta análise compõe-se de diversas escalas, a escala mundial, a nacional, a regional e a local. Estas escalas se comunicam entre si, todavia, em cada localidade do espaço ela tem uma ação e reação diferente da outra. O processo de produção e reprodução da vida dentro da escala local é respectivamente auxiliado e demandado através do meio técnico-científico-informacional que se insere no respectivo espaço através da globalização (SANTOS, 2006, p.271).

Fazendo uma análise na conjuntura do direito à vida, o morar na periferia da cidade é, “[...] na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres, eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou utiliza-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos (SANTOS, 2012b, p.63)”. Os serviços públicos por sua vez ficam a desejar nas periferias da cidade, os serviços de educação, lazer, saúde, segurança, transporte, dentre outros, são caros, ruins e demorados na maioria das vezes.

Agora, como conciliar o direito à vida ao cotidiano das famílias pobres que sofrem o desprezo do Estado e da iniciativa privada? O planejamento das cidades fica a desejar para uma boa parcela da sociedade. O setor de transporte, o qual a maioria da população usufrui cotidianamente, é estimulado pela iniciativa privada e pelo Estado ao

uso do automóvel individual. Isso deixa de lado o transporte público, que seria a melhor opção para resolver o caos do trânsito nas cidades, na escala de metrópole. Outros setores não ficam longe do descaso do Estado com o bem de uso público, como o lazer, a saúde, o saneamento e a educação, que são setores primordiais do direito à vida, esses também são estimulados pela iniciativa privada, com o apoio do Estado (SANTOS, 2012b, p.63).

O direito à vida também está ligado aos espaços hegemônicos e aos espaços hegemonizados (SANTOS, 2008d). Atrelando o direito ao entorno a isso (SANTOS, 2012b, pp.63-65), percebemos que os espaços públicos (praias, montanhas, parques, calçadas, praças, etc.) estão sendo impunemente privatizados. Santos (2012b) nos expõe seu ponto de vista sobre o assunto.

Temos que comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os *playgrounds* ou, ainda mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessários à sua proteção. O lazer na cidade torna-se igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais (SANTOS, 2012b, p.64).

O direito à privacidade também está ligado ao direito ao entorno. As construções debruçadas umas às outras fazem com que a privacidade do ser seja exposta face ao meio de sua habitação e trabalho. Os condomínios de casas e prédios das grandes cidades não produzem uma privacidade ao indivíduo, tanto no ponto de vista particular quanto no coletivo, e ainda em muitos casos levam a feiura de suas construções ao espaço habitado. Traz consigo o hábito de conviver com os abusos impostos na cidade através de propagandas, de perdas de paisagem natural com o levantamento de altos prédios, etc. Isso acontece por conta das leis e políticas municipais de cada cidade (SANTOS, 2012b, p.64).

A poluição sonora, visual e do ar nas cidades já está incorporada ao espaço urbano, de fato, não gostaríamos que fosse dessa forma, mas o organismo público que seria responsável em proteger a população dessa poluição acaba que desnortando “[...] com as suas classificações incompletas e incompreensíveis, e a falta deliberada de ação protetora da saúde dos cidadãos (SANTOS, 2012b, p.64)”.

“O resultado de todos esses agravos é um espaço empobrecido e que também se empobrece: material, social, política, cultural e moralmente (SANTOS,

2012b, p.65)”. O autor diz que diante de tantos abusos o cidadão acaba por tornar-se impotente perante tanta desordem, a começar pelas distorções da representação política. A desordem na política e o não cumprimento das leis, decretos e regulamentos são um dos pontos chave no empobrecimento do espaço, é quando os cidadãos não creem em uma perspectiva melhor de vida para a sociedade. “A própria existência vivida mostra a cada qual que espaço em que vivemos é, na realidade, um espaço sem cidadãos (SANTOS, 2012b, p.65)”.

Neste momento, partiremos para uma caracterização da requalificação do bairro de Itaquera, o que nos permite fazer uma análise geográfica em escala local. Traz consigo transformações que ferem o espaço físico e uma mudança no também espaço social, passando pela reprodução espacial, pelo direito à vida e pelas transformações socioespaciais do bairro. Descreveremos aqui essas mudanças na estrutura urbana que aconteceram nos anos que antecederam a Copa do Mundo de 2014 em São Paulo, com isso será exposto também o movimento de transformação da paisagem em Itaquera.

Para descrever as transformações no espaço de Itaquera, será mostrada uma sequência de imagens de satélites da região de Itaquera extraída do Google Earth. O período das imagens vai do ano de 2001 até 2014. Fizemos um recorte deste período para mostrar o avanço em que as transformações ocorreram na região entre os anos de 2001 a 2009 e os avanços de 2009 até 2014.

Figura 17: Imagem de satélite da Região de Itaquera em 2001

Fonte: Google Earth. Acessado em 02/dezembro/2013.

Figura 18: Imagem de satélite da Região de Itaquera em 2009

Fonte: Google Earth. Acessado em 02/dezembro/2013.

A percepção da mudança na paisagem em Itaquera pela imagem de satélite no período de 2001 a 2009 é muito baixa. Na imagem de 2001, percebemos que a Pedreira Itaquera ainda mantinha suas atividades em funcionamento, não havia o Shopping Itaquera ao lado da estação de metrô e já havia sido inaugurado o Poupatempo para agilizar a burocracia em diversos setores dos serviços públicos. A região onde se localiza o Polo Institucional hoje era de vazios urbanos, a única centralidade que esta área tinha em 2001 era no setor de transporte público, com a estação de trem, metrô e terminal de ônibus, e nos serviços burocráticos do Estado.

A região de Itaquera é estigmatizada pela sociedade paulistana de classe média e alta como periferia, mas não apenas com o sinônimo geográfico de localização, mas sim como área de excluídos. Com uma caracterização física de casas de baixo padrão e de conjuntos habitacionais populares, Itaquera e suas redondezas eram e ainda continuam sendo vistas por muitos como uma área de pouco interesse, no que diz respeito a diversos segmentos, por exemplo, no setor econômico, de lazer, dentre outros. Itaquera, no ano de 2001, era praticamente apenas um bairro dormitório, com pouquíssimos empregos, sua centralidade principal era dentro do próprio bairro, onde a maioria da sua população consumia neste comércio local, ou, parte dela saía para consumir em outros bairros com maior infraestrutura e fetiche.

Com o passar do tempo e a ascensão econômica da denominada Classe C, Itaquera passou a ter mais reconhecimento perante a sociedade paulistana, essa periferia acabou se tornando uma centralidade muito forte na ZL da cidade e o sinônimo pejorativo de periferia foi se desfazendo aos poucos, apesar de ainda persistir no discurso de uma certa classe elitista da sociedade.

Dentre os anos de 2009/2010 até 2014, ano do megaevento Copa do Mundo em Itaquera, foram previstos investimentos milionários na região. A finalidade do projeto para o Polo Institucional de Itaquera é reforçar essa centralidade e criar um setor de desenvolvimento no sentido da ZL da cidade de São Paulo. Fizemos um recorte do projeto que a empresa privada Accenture fez para a Prefeitura Municipal de São Paulo²³, no que diz respeito ao evento Copa do Mundo na cidade de São Paulo. Neste recorte do projeto mostraremos as implantações futuras no Polo Institucional de

²³ Projeto da empresa Accenture – Estádio da abertura da Copa 2014 como dinamizador do desenvolvimento da Zona Leste e da Cidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/trabalho/arquivos/itaquera.pdf>. Acessado em 05/dezembro/2013.

Itaquera e a sua argumentação para implantação. Neste projeto da Accenture não há informações sobre desapropriações e especulação imobiliária.

Mostraremos parte do projeto Accenture “Estádio da abertura da Copa 2014 como dinamizador do desenvolvimento da ZL e da Cidade de São Paulo” para realçar o visual de transformação que foi planejado para a Copa do Mundo e o que se constata através da imagem de satélite de 2014. As transformações na paisagem implicam fortemente nas transformações do espaço.

Figura 19: Obras no Polo Institucional Itaquera - 2013

Fonte: Foto de Antonio Miotto.

Figura 20: Projeto da área da nova centralidade de Itaquerá - Polo Institucional Itaquerá²⁴

²⁴ Projeto desenvolvido empresa Accenture para PMSP – “Estádio da abertura da Copa 2014 como dinamizador do desenvolvimento da Zona Leste e da Cidade e São Paulo”, p.13, 2010.

Figura 21: Imagem de satélite da Região de Itaquera em 2014

Fonte: Imagem do Google Earth. Acessado em 20/outubro/2014.

No ano de 2010, quando começou a corrida do desenvolvimento local à curto prazo em Itaquera, uma série de projetos de implantação física (um parque linear, transformação das vias e prédios destinados aos serviços públicos e privados) no Polo Institucional Itaquera foram levantados pela PMSP para desenvolver a ZL da capital até o início da Copa do Mundo, entretanto, muitos desses projetos não saíram até o início do Mundial de Seleções, por conta da falta de planejamento da PMSP. O Parque Linear Rio Verde que está no projeto do Polo Institucional de Itaquera consta atualmente com uma favela – Comunidade da Paz – em sua localização, este está sendo o empecilho para a PMSP implantar o parque. Contudo, os moradores da Comunidade da Paz lutaram fortemente durante os anos pré-Copa para terem o direito à moradia e o direito à cidade. Muitos residem nesta favela há anos – desde 1991 – e têm suas raízes culturais muito fortes com aquele espaço.

Os moradores da favela, auxiliados pela força dos movimentos sociais, fizeram um Plano Popular Alternativo para a Comunidade da Paz²⁵, onde apresentam junto a PMSP o projeto de urbanização e revitalização da área da favela, também com o histórico da região e os direitos e deveres do Estado. Mostraremos um recorte do Plano Alternativo da Comunidade da Paz, neste visualizaremos a alternativa de uma reurbanização que os próprios moradores da favela – Comunidade da Paz – propuseram para a PMSP.

²⁵ Plano Popular Alternativo para a Comunidade da Paz apresentado junto a Secretaria de Habitação da PMSP. Disponível em: <http://vuzit.com/view/6mz96/?oid=3&key=Vuzit>. Acessado em: 05/dezembro/2013.

Figura 22: Plano Alternativo da Comunidade da Paz – Cenário atual da localidade da Comunidade da Paz e proposta de reurbanização²⁶

	REMOÇÃO de 155 casas nas faixas não edificantes, relativas à APP do Rio Verde e ao Viaduto [15m].		REMOÇÃO de casas para abertura de viário		CONSOLIDAÇÃO de 145 famílias através de urbanização: infraestrutura, novas habitações e regularização fundiária.
			terrenos vazios		

²⁶ Fonte: Plano Popular Alternativo para a Comunidade da Paz.

Figura 23: Plano Alternativo da Comunidade da Paz – Proposta final do projeto de reurbanização da área da favela²⁷

²⁷ Fonte: Plano Popular Alternativo para a Comunidade da Paz.

Se a proposta feita pelos moradores fosse concretizada pela PMSP, o espaço atual seria mais otimizado preservando o Rio Verde com uma mata ciliar, haveria os blocos habitacionais novos que supririam a demanda habitacional da favela, dando uma cara nova para o local e o principal, as pessoas não seriam removidas de sua área de identidade. Deste modo, esses moradores continuariam a viver no mesmo bairro e não perderiam suas raízes culturais e espaciais que os identificam com a região. O Plano Alternativo da Comunidade da Paz foi a solução que os moradores encontraram para lutar pelo seu espaço já habitado, uma vez que a PMSP tem como objetivo remover as famílias do seu local para construção do Parque Linear Rio Verde, o que deve ocorrer nos próximos anos.

Agora vamos fazer uma caracterização da favela segundo o Plano Alternativo da Comunidade da Paz. A área em que a favela se encontra pertence à COHAB e residem 377 famílias no local. A infraestrutura de água, esgoto e energia elétrica são irregulares. Os moradores também se deparam com episódios de violência no local devido à disputa por território entre traficantes de drogas. Desde o surgimento da favela já houve incêndios com casos de mortes ocasionados por ligações clandestinas de energia. Atualmente existem barracos de madeira e casas de alvenaria na favela. Os dados de renda per-capta são: 61% dos residentes na favela vivem com 339 reais mensais, e 34% das pessoas que trabalham vivem com menos de 1 salário mínimo. Na favela 68% das famílias são chefiadas por mulheres. No âmbito da assistência social direta 57% das famílias não têm acesso a nenhum programa e 43% tem acesso à algum tipo de assistencialismo, como o Bolsa Família (140 reais), Renda Mínima (175 reais) e Renda Cidadã (339 reais). Foram constatados que 78% das famílias recorrem aos serviços de saúde pelos SUS – Sistema Único de Saúde –, os atendimentos são feitos na UBS – Unidade Básica de Saúde – e no AMA – Assistência Médica Ambulatorial. Com relação ao setor educacional, 46% dos adolescentes e jovens não têm acesso a nenhuma unidade escolar devido à ausência de vagas, a Figura 24 mostra a situação do acesso aos equipamentos de educação e nas Figuras 25 e 26 temos as imagens mostrando a favela para ressaltar suas características.

Figura 24: Acesso aos equipamentos de educação – Comunidade da Paz²⁸

Figura 25: Panorâmica – Comunidade da Paz²⁹

²⁸ Fonte: Plano Popular Alternativo para a Comunidade da Paz.

²⁹ Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/pue_itaquera_cades_lete_set_2012.pdf. Acessado em: 19/setembro/2013.

Figura 26: Favela – Comunidade da Paz³⁰

Percebe-se através da Figura 26 que as condições de saneamento da Comunidade da Paz estão muito precárias e que este cenário degradante, além de poder trazer doenças para a população da favela, também está marcado na história de todas essas pessoas. A falta de infraestrutura de saneamento para a favela está atrelada ao discurso e as leis de preservação ao meio ambiente. Contudo, desde 1991, quando a favela surgiu, a PMSP e o GESP não se preocuparam com as condições de saneamento desta população, alegando que a área era irregular. A PMSP buscou a remoção da favela através do discurso da preservação ambiental e da criação do Parque Linear, argumentando, assim, que irá “higienizar a área”, tirando as famílias dessa situação precária, em outras palavras, “tirando os pobres do seu espaço”. Sabendo que as instâncias estatais só agem nesse tipo de espaço quando há algum interesse por fora, tanto na esfera política quanto na esfera econômica, esse interesse está atrelado a valorização da área para ação da especulação imobiliária, em principal.

A imagem que se têm da favela através da fotografia é a pobreza e a desigualdade social dentro do contexto urbano. A paisagem desse local é o fruto do processo de usurpação do Estado com esta respectiva população, no entanto, esta pouco

³⁰ Fonte: Foto de Lara Del’Arco, tirada em 24/julho/2012. Disponível em: <http://zonalesteestudosecidadania.blogspot.com.br/2012/07/uma-vela-se-apagou-na-comunidade-da-paz.html>. Acessado em: 13/dezembro/2013.

tem influência política para mudar este cenário, mas a luta de todos acontece cotidianamente para melhorias na infraestrutura e habitação de qualidade. Este cenário da fotografia é um dos piores lugares que um ser humano pode viver, a conviver com ratos, baratas, insetos e etc., trazendo consigo diversas doenças de contaminação. O processo de requalificação da área que deveria ter chegado para esta população ter uma melhor qualidade de vida não chegou, e esta população ficou muitos anos à mercê do aparelho do Estado para saber qual será o seu destino e sua situação social: se continua na região ou se terá que sair da área. Ao final desse processo, a notícia e o contrato firmado pela PMSP é de que essa população terá que sair da área atual e será alocada na própria região de Itaquera em conjuntos habitacionais nos próximos anos, previsto até 2017.

O bairro de Itaquera, onde se localiza a antiga centralidade e a maioria das habitações desta região, não teve grandes mudanças em si, o que aconteceu nessas localidades foram investimentos corriqueiros, como operação tapa buraco, troca de lâmpadas para melhorar a iluminação pública, limpeza de boca de lobo e córrego, operação cata entulho, manutenção nos jardins e áreas verdes, operação de podas de árvores, dentre outras. Contudo, os investidores privados de alta escala não veem ainda uma transformação de fato nessa área para aplicar seu capital com retorno de lucro alto e rápido. Os investimentos que acontecem hoje na região estão no ramo imobiliário, devido à especulação imobiliária estar em alta na região, assim o lucro é garantido através das agências financiadoras, principalmente no setor habitacional.

A requalificação de Itaquera será concretizada após a Copa do Mundo, este megaevento serviu para acelerar o processo de desenvolvimento da ZL, porém, este desenvolvimento que tanto o Estado (todas as esferas) quanto à iniciativa privada buscam alcançar na região não é para todos, é um desenvolvimento segregacionista dentro da própria periferia. A segregação desta requalificação começa com o valor de uso e troca do solo, além disso, está o valor do consumo para sobreviver que a região já sofre e sofrerá ainda mais devido ao aumento dos preços das mercadorias. O espaço público dos parques e corredores verdes será aberto para todos, mas será que todos usufruirão deste espaço no cotidiano ou nas horas de lazer? A falta de investimentos em lazer na periferia é muito grande, os poucos lugares que existem são sempre muito lotados e muitas pessoas não usufruem destes espaços por conta da superlotação. Ao invés de se tornarem lugares de lazer e descanso, acabam muitas vezes se tornando locais de desgaste físico e mental para as pessoas que consomem esses espaços.

A requalificação urbana é uma melhoria para uma parcela da sociedade e não para todos, assim sendo, a segregação pelo valor do consumo no espaço – segregação socioespacial – é o modo de desmembrar as classes sociais uma das outras no espaço urbano. No contexto urbano, ainda hoje encontramos, além da segregação social, a discriminação racial e regional, a qual ainda perdura pelo cotidiano da cidade, e esta discriminação não será resolvida com nenhum projeto de requalificação urbana, e sim com investimento em educação e cultura. Desta forma, podemos ter uma sociedade mais justa e com menor disparidade entre as classes sociais.

As classes excluídas pelo sistema não têm na prática o direito à cidade, e este direito não vem e nem surge sem a luta popular, é um dever de todos lutarem por seus direitos, pensando sempre no coletivo e não apenas individualmente, só assim poderemos ter uma cidade mais justa socialmente, que tenha educação e respeito pelo próximo independente de sua origem, sexo, etnia e religião, na qual conquiste mais direitos de igualdade, tanto sociais, quanto em relação aos equipamentos urbanos de qualidade para suprir as necessidades cotidianas de todos.

CAPÍTULO 3

3. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

*As grades do condomínio são pra trazer proteção,
Mas também trazem a dúvida se é você que está nessa prisão.*

Marcelo Yuca – (O Rappa)

3. 1. Da segregação socioespacial à produção imobiliária

Entendemos a segregação como processo de diferenciação socioespacial constituído historicamente e reconhecido como característica intrínseca das cidades contemporâneas, particularmente evidenciado nas metrópoles latino-americanas. A produção imobiliária diz respeito ao processo que abrange diferentes formas de produção³¹ que operam simultaneamente com dinâmicas internas peculiares e entrelaçamentos entre elas responsáveis por um resultado global (Jaramillo, 1982: 150). Dentre essa diversidade de formas deter-nos-emos, principalmente sobre a forma de produção para mercado, reconhecendo seu papel determinante na lógica de produção das cidades contemporâneas (RUFINO & PEREIRA, 2011, pp.65-66).

A intensa fixação de São Paulo no processo de globalização, o grau de coordenação dos agentes envolvidos na produção do espaço e a veemência das dinâmicas imobiliárias fazem da cidade um objeto excepcional para o debate, no alcance em que propicia de forma clara a análise de manifestação do predomínio da produção imobiliária sobre a transformação do espaço urbano, como produto das transformações das relações sociais na indústria da construção que já começam a ser compreendidas na generalidade das metrópoles latino-americanas (RUFINO & PEREIRA, 2011, p.66).

Com o avanço dos sistemas de informação através das redes (CASTELLS, 1983), o fenômeno da globalização (SANTOS, 2003) atingiu os espaços ocupados,

³¹ Grifos dos autores: “As formas de produção de construção da cidade corresponderiam a diferentes relações sociais de produção de espaço. Numa classificação das diferentes formas de produção, conforme Pereira (2004: p.19), teríamos: produção doméstica, produção por encomenda, produção para o mercado e produção estatal. [...]”.

principalmente nas metrópoles. Este avanço liga diretamente o processo de reestruturação socioeconômica do território brasileiro, em que o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008d) ocasionou a difusão dos fluxos e das transformações do espaço.

Rufino & Pereira (2011) constroem a ideia de que sob o marco dos processos de privatização e concessão de diversos segmentos do Estado, entre eles a “[...] desregulação e abertura econômica [e] a reestruturação dos espaços metropolitanos passou a constituir um fenômeno onde fatores externos a metrópole e ao país tendem a avançar sobre fatores internos (RUFINO & PEREIRA, p.67, 2011)”, produzindo uma avaria de controle sobre os processos econômicos, sociais e territoriais que progride nestes espaços urbanos (CICCOLELLA, 1999 apud RUFINO & PEREIRA, 2011, p.67). A necessidade de novas dinâmicas urbanas indica, de certo modo, um princípio do envolvimento no processo de globalização, que irá eclodir da natureza e da amplitude da influência desse processo em cada realidade particular (MARCUSE E VAN KEMPEN, 2001 apud RUFINO & PEREIRA, 2011, p.67).

De Mattos (2004) faz a seguinte afirmação:

Sujeita a essas mudanças, a cidade da globalização é, acima de tudo, uma cidade polarizada e segregada. Isso porque a reestruturação e flexibilização de seus mercados de trabalho não foram capazes de atenuar as desigualdades sociais herdadas do período anterior e, em muitos casos, parecem aumentá-las. Assim, no cenário urbano emergente persiste – e na maior parte dos casos se acentua – uma polarização social associada à existência de amplos setores que não conseguem se inserir em mercados de trabalho estruturados em razão da competitividade, junto com outros grupos para os quais a acumulação de riqueza parece não ter limites; dessa maneira se impõe novas modalidades de segregação e exclusão socioterritorial e os conflitos sociais tendem a se agravar de forma imprevisível (DE MATTOS, 2004, p.190).

A simultaneidade entre a ampla mobilidade de capitais internacionais e o caráter liberal das políticas de planejamento e gestão urbana acarretou em um fortalecimento da produção imobiliária, processo que passa a surgir como um dos fatores decisórios na reestruturação destes espaços (RUFINO & PEREIRA, 2011, p.68). Poderíamos endossar que o que está se concretizando é um tipo de configuração urbana que corresponde à zênite de uma ordem precisamente capitalista de produção ou reprodução urbana, em que a maximização da mais-valia urbana tem se confirmado como base urbanística medular. Nessa conjuntura, a cidade da globalização tem de ser

entendida como produto que corresponde a esse caminho característico de modernização capitalista em que em uma progressão marcada pela continuidade e pela mudança o que é novo está arriscando se juntar de forma conflituosa e contraditória à construção histórica que modulou e modula a identidade da metrópole (DE MATTOS, 2004, p.191).

Após a mencionada introdução desse subcapítulo, iremos discorrer sobre a temática da “segregação”. Partiremos do conceito de segregação – classes sociais –, em seguida será desenvolvido o tema “produção imobiliária”, atribuindo a esta os temas da especulação e do financiamento imobiliário, e tentaremos levar essas discussões de segregação e produção imobiliária para a realidade de Itaquera, nosso objeto de estudo, a qual passa por um processo de transformação espacial acelerado.

A segregação residencial é um aparecimento espacial das classes sociais. Para entender melhor, é relevante saber como no capitalismo as classes sociais foram estruturadas. Corrêa (2005), de acordo com Marx, Paulantzas, Giddens e Harvey, argumenta que no capitalismo há três forças básicas que estruturam as classes sociais:

- (a) Uma força primária, básica, que vem das relações entre capital e trabalho, gerando uma estrutura dicotômica de classes: os detentores dos meios de produção e os que vendem sua força de trabalho.
- (b) Uma força residual, que é originada de formas pretéritas de organização social ou do contato de um modo de produção dominante e um subordinado. Traduz-se, por exemplo, na existência de uma aristocracia rural e de camponeses mais ou menos incorporados ao capitalismo.
- (c) Forças derivativas, que emergem devido às necessidades de preservar os processos de acumulação do capital através de inovações tecnológicas e controlar as mudanças na organização social. Tais forças geram: (1) Fragmentação da classe capitalista e proletária devido à divisão do trabalho e especialização funcional; (2) Classes distintas de consumo visando a uma demanda variável e contínua; (3) Aparecimento de uma classe média burocrata, trabalhando na esfera do Estado e grandes empresas, devido à necessidade de organizar produção, circulação, distribuição e consumo; (4) Desvios de consciência de classe e projeção ideológica. Que é a da classe dominante, visando desviar a atenção dos problemas das relações capital-trabalho; (5) Controle sobre a mobilidade social através da criação de barreiras, visando evitar instabilidade social que mudanças no processo de produção, troca, comunicações e consumo poderiam produzir (CORRÊA, 2005, pp.61-62).

No alcance em que estas forças atuam profundamente e durante um extenso período de tempo, causam uma acentuada fragmentação da estrutura social, ao mesmo tempo em que se constata um crescente agrupamento de atividades e população na

cidade. “Da localização diferenciada no espaço urbano destas classes sociais fragmentadas, emerge a segregação residencial da cidade capitalista (CORRÊA, 2005, p.62)”.

“Mas como se verifica o rebatimento no espaço das classes sociais fragmentadas? (CORRÊA, 2005, p.62)”. O autor averigua, sobretudo, o diferencial da envergadura que cada grupo social tem de pagar pela residência que ocupa na cidade, a qual proporciona particularidades diferentes no que alude ao tipo e à localização. Resumindo, as áreas sociais derivam das várias soluções que as classes sociais e suas frações acharam para extinguir os problemas de *como e onde morar*. Mas estas soluções não resultam de uma conduta autônoma por parte das classes sociais vistas enquanto consumidoras (CORRÊA, 2005, p.62).

Para compreender melhor o assunto do *como morar*, é preciso que se entenda o problema da produção da habitação. Refere-se a uma mercadoria especial, tendo valor de uso e valor de troca, o que faz dela uma mercadoria sujeita às estruturas de mercado e seu caráter especial surge no alcance em que depende de outra mercadoria especial – a terra urbana –, da qual a produção é lenta, artesanal e cara, excluindo uma parcela significativa, aliás, a maior parte, da população de seu acesso, acatando apenas a uma pequena demanda solvável (CORRÊA, 2005, pp.62-63).

“A intervenção do Estado, quer direta, quer indiretamente, se torna necessária (CORRÊA, 2005, p.63)”, indiretamente, por meio do financiamento aos consumidores e às empresas construtoras, expandindo a demanda solvável e proporcionando o processo de acumulação do capital; diretamente, por meio da construção, pelo próprio Estado, de habitações. A sublocação de residências deterioradas, pútridas ou arruinadas constitui-se em outra alternativa ao *como morar* por parte daqueles que não conseguem introduzir-se no mercado capitalista de habitação; outras alternativas fazem referência à autoconstrução na periferia urbana e outra, ainda, à construção de barracos – de madeira, lona, bambu e alguns casos até de alvenaria – em favelas pelos próprios moradores (CORRÊA, 2005, p.63).

No que concerne ao *onde morar*, é necessário lembrar que existe um diferencial espacial na localização de residências no que tange os termos de conforto e qualidade. A diferença está em primeiro lugar no que diz respeito ao preço da terra – que é função da renda esperada –, que diferencia em função da acessibilidade e das amenidades. Os terrenos de maior preço e com uma localização melhor em relação à infraestrutura da cidade serão utilizados para as melhores residências, atendendo à

demanda solvável, as classes sociais com maior poder aquisitivo. Os terrenos com menores preços, pior localizados e sem infraestrutura local serão utilizados na construção de residências inferiores – barracos, casas e apartamentos populares –, a serem habitadas pelos que dispõem de menor renda ou sem renda (CORRÊA, 2005, p.63).

Corrêa (2005) diz sobre a uniformidade social interna da cidade:

O *como* e o *onde* se fundem, dando origem a áreas que tendem a ser uniformes internamente em termos de renda, padrões culturais, valores e, sobretudo, tem termos dos papéis a serem cumpridos na sociedade pelos seus habitantes. Esta tendência se afirma de modo mais marcante nos extremos da sociedade, isto é, nos grupos mais elevados e mais baixos da sociedade (CORRÊA, 2005, p.63).

Lefebvre (1999b) relata que existem diversos tipos de urbanismo, no qual cada um vem com um propósito no espaço urbano:

[...] Existem diversos urbanismos, o dos humanistas, o dos promotores imobiliários, o do Estado e dos tecnocratas. Os primeiros propõem utopias abstratas; os segundos vendem o urbanismo, ou seja, felicidade, “estilo de vida”, “*status*”; quanto aos últimos, sua atividade, assim como a do Estado, dissocia-se em vontade e representação, em instituições e ideologias. As pressões simultaneamente exercidas pelos dois aspectos do urbanismo estatista em nada lhe conferem o caráter unitário e a organização coerente que ele próprio se atribui. Poder-se-á objetivar: “sem os urbanistas seria o caos”. Ora, exatamente, é o caos, sob uma ordem imposta. [...] (LEFEBVRE, 1999b, p.139).

Refletindo sobre a citação de Lefebvre (1999b), pensamos que o urbanismo imposto hoje nas cidades, tanto o promovido pelos promotores imobiliários quanto pelo Estado, é, de fato, não imposto para suprir as necessidades da falta de moradia, mas sim para gerar a especulação, a acumulação do capital – superlucro – e a segregação, indiretamente gerando a exploração da mão de obra e o endividamento da população, fazendo com que as pessoas se tornem “escravas” de sua moradia.

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Capítulo II dos direitos sociais, Art. 6º, está claro: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988)”, porém, o direito à moradia que a lei garante para o brasileiro não é colocada em prática pelo

Estado. A moradia é o principal setor de desenvolvimento social, sem a moradia o indivíduo fica à mercê da vida, jogado na rua, desamparado socialmente, enfrentando no seu cotidiano as condições climáticas atacando seu corpo assiduamente sem proteção, acarretando inúmeros tipos de doença, sem contar a violência urbana por parte de civis sobre os que vivem desamparados e precisando de ajuda social e por parte do Estado, com a Polícia Militar, Guardas Municipais e Metropolitanos, que usam sua “autoridade” para oprimir e reprimir através da violência o mais fraco. O Estado Brasileiro não garante os direitos do cidadão e ainda oprime o cidadão que luta por eles. O Estado garante o interesse da classe burguesa para a produção do capital, ferindo o direito de qualquer indivíduo, se for necessário.

Santos (2008c) reforça nossos pensamentos sobre a ação das sociedades no território.

A ação das sociedades territoriais é condicionada no interior de um dado território por: a) o modo de produção dominante à escala do sistema internacional, sejam quais forem as combinações concretas; b) o sistema político, responsável pelas formas particulares de impacto do modo de produção; c) mas também pelos impactos dos modos de produção precedentes e dos momentos precedentes ao modo de produção atual (SANTOS, 2008c, p.233).

Partiremos agora para outra discussão que está ligada diretamente à segregação: a produção imobiliária. A produção imobiliária na última década aumentou exorbitantemente devido à abertura de crédito imobiliário. Essa abertura se deu através dos bancos (financiadores), que por sua vez formam um dos setores que mais lucrou no Brasil neste período, juntamente com as construtoras. Para compreender melhor a produção imobiliária, iremos fazer uma análise sobre *a especulação*, segundo Santos (2009), e uma breve contextualização sobre o financiamento imobiliário e o endividamento, segundo Costa (2012). Em seguida, partiremos para abordagem da produção imobiliária atual e colocaremos nosso estudo de caso em *check*.

Para entender a especulação hoje, vamos fazer um breve histórico do modelo de urbanização da cidade de São Paulo, segundo Santos (2009). São Paulo teve a partir do ano de 1964 a presença do Banco Nacional de Habitação (BNH), que foi responsável pelo acesso da classe trabalhadora com baixos salários à propriedade e à terra. Mas houve muitas críticas a esse modelo de desenvolvimento urbano imposto pelo BNH, uma delas trazida pela arquiteta Miranda M. Magnoli que, em sua tese de 1982 (p.78), faz referência à sua total desarticulação:

As soluções por unidade plurifamiliares são sempre estereotipadas em blocos rígidos, desarticulados entre si, desarticulados com o entorno, desarticulados com o suporte. Esquemas repetitivos, despersonalizados, anônimos, sem qualquer justificativa sequer de sistema construtivo (MAGNOLI apud SANTOS, 2009, p.37).

Segundo Santos (2009), o modelo desenvolvido pelo BNH também foi desarticulador da cidade como um todo. *A posteriori*, a escolha das terras para edificação dos conjuntos habitacionais obteve um critério principal, que foi o distanciamento das moradias construídas em relação ao centro que praticamente se concebeu em quase todos os casos – a periferia. Como São Paulo tem um modelo de expansão radial, esses conjuntos habitacionais foram construídos nos extremos periféricos da cidade, deixando espaços vazios nos interstícios e abrindo campo à especulação fundiária. A posição periférica dos conjuntos residenciais convém como justificativa à instalação de serviços públicos ou a sua demanda. É desta forma que se criam na cidade as infraestruturas, Manoel Lemes chama de “extensores” urbanos, como a adução de água, os esgotos, o calçamento, o asfaltamento, a eletricidade, dentre outras coisas que, simultaneamente, revalorizam variavelmente os terrenos, impõem um crescimento maior à malha urbana e, mediante o papel da especulação, garantem a permanência de espaços vazios. Como estes ficaram à espera de novas valorizações, as extensões urbanas reclamadas pela força da demanda vão sempre se dar em áreas periféricas. O processo de crescimento urbano tornou-se, assim, um alimentador da especulação, a inversão pública colaborando para acelerar o processo (SANTOS, 2009, p.37).

Regina Célia dos Santos (1986) diz sobre as vítimas desse processo, os pobres, o que podemos chamar de processo da cidade como mercadoria.

Num determinado momento, para as classes trabalhadoras, as transformações revelando-se em melhoramentos, benfeitorias proporcionadoras de melhores condições de vida, são aceitas com euforia. Sempre há os que permanecem reticentes, preocupados em face da expectativa de aumento nos impostos e taxas a serem pagos. [...] Qualquer investimento realizado implica maior valorização do espaço, em geral muito acima do que a parcela mais explorada da classe trabalhadora pode pagar. Ela é então expulsa para as áreas menos valorizadas, as quais, mais cedo ou mais tarde, também serão alcançadas pelas versões capitalistas e daí nova expulsão... Assim, a cidade vai sempre expandindo, incorporando novas áreas e sempre segregando os seus moradores de acordo com a estratificação social (SANTOS, 1986, pp.71-72).

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1978) descreve o processo de urbanização em São Paulo:

Numa rápida visão do processo que envolve os loteamentos na cidade de São Paulo, observamos que, não é de todo comum os grandes investidores do mercado imobiliário (de terras) estarem à frente dos loteamentos. Via de regra, opta-se por uma empresa imobiliária que “administra o loteamento”. [O primeiro passo é superar os trâmites burocráticos], o segundo passo é colocar apenas parte da gleba loteada à venda (a oferta de lotes deve ser, sempre que possível, inferior à procura). [...] Instalados os serviços básicos (padaria, farmácia, botequins, mercearias, linha de ônibus, etc.), é chegada a hora de colocar novas áreas à venda, obviamente por um preço superior às primeiras, a “melhoria” da localização permitindo dessa vez, aumentar a renda diferencial e, conseqüentemente, aumentar a renda fundiária auferida pelo proprietário do solo. E assim vai até o final das últimas áreas ou lotes, levando à evolução dos preços das áreas melhor localizadas, numa espiral que sobe vertiginosamente (OLIVEIRA, 1978, pp.77-78).

Partiremos agora para uma análise do financiamento imobiliário e o endividamento das famílias. Costa (2012) cita Fernando Torres (Valor, 06/06/2012) sobre alguns dados do mercado imobiliário. A renda média do trabalho do brasileiro subiu 43% entre 2007 e 2011, porém o valor médio dos financiamentos de compra de imóveis feitos pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH) aumentou 83%. No ano de 2007, o empréstimo médio cedido pelo SFH era de R\$ 82 mil, pagando inicialmente na parcela 42% da renda de um casal de classe média, considerando o prazo de 30 anos. Em 2011, o financiamento médio pelo SFH atingiu R\$ 150 mil, com parcelas iniciais de 52% da renda do casal de classe média, considerando o prazo de 35 anos.

Costa (2012) diz que “na avaliação dos bancos, a parcela do financiamento não deve ultrapassar 30% da renda disponível do casal (ou das pessoas que compuserem a renda) (COSTA, 2012)”. Ele mostra alguns dados do setor imobiliário dizendo que, em 2007, o casal ou a família precisava ter uma renda disponível de R\$ 3.163 mensais para fazer um financiamento imobiliário, já no ano de 2011 esse valor subiu para R\$ 5.640 por mês. Esses dados mostram que o acesso ao financiamento imobiliário não é para todas as camadas sociais da sociedade e quem consegue este tipo de financiamento compromete mais de 50% da renda mensal em habitação. A Caixa Econômica Federal tenta amenizar esses valores para aquisição do imóvel com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com leve queda na taxa de juros, quase insignificante pelo valor que já está sendo ganho com o lucro do financiamento. Costa (2012) diz, “no

Brasil, com a má distribuição de renda, o preço médio do imóvel financiado pelo SFH equivalia a 10,5 vezes a renda média anual do brasileiro em 2007 (COSTA, 2012)”. Em 2011, esse índice subiu para 12,1 vezes.

Percebe-se que mesmo com a abertura do crédito imobiliário, o indivíduo – de classe média – que consegue fazer um financiamento de um imóvel passa dificuldades para conseguir pagar essa dívida imobiliária, pelo fato de haver outros gastos que são prioritários também para a sobrevivência do ser, como água, esgoto, luz, gás, transporte, saúde, vestimenta, alimentação, dentre outras coisas. A classe pobre ainda não tem condições de comprar um imóvel atualmente nas condições impostas pelo mercado e nas configurações metropolitanas de São Paulo, pelo alto valor da renda que se é necessário ter para fazer o financiamento e devido à supervalorização dos imóveis no mercado, ficando inacessível para a classe pobre e segregando cada vez mais a população. A saída de muitos para essa situação é ocupar áreas urbanas vazias, terrenos, prédios antigos, casas abandonadas etc. Mesmo assim, a maioria dessas pessoas acaba vivendo em condições sub-humanas, sendo excluídas do sistema, muitas vezes.

Lefebvre (1999) deixa clara a relação do setor imobiliário com o espaço:

[...] O setor imobiliário se torna tardiamente, mas de maneira cada vez mais nítida, um setor subordinado ao grande capitalismo, ocupado por suas empresas (industriais, comerciais, bancárias), com uma rentabilidade cuidadosamente organizada sob a cobertura da organização do território. O processo que subordina as forças produtivas ao capitalismo se reproduz aqui, visando à subordinação do espaço que entra no mercado para investimento dos capitais, isto é, simultaneamente o lucro e a reprodução das relações de produção capitalistas. Os lucros são imensos e a lei (tendencial) de queda da taxa de lucro médio é muito eficazmente bloqueada (LEFEBVRE, 1999, pp.163-164).

Pereira (2005) diz sobre o modelo de urbanização latino-americano, centro-periferia, que foi a marca registrada do processo de urbanização das metrópoles no século XX. Porém ele ressalta que este modelo está ultrapassado e que o novo modelo de urbanização está fragmentado pelo tecido urbano, de um modo mais intensivo, a verticalidade.

A cidade que na verdade é um resultado sócio-espacial de uma produção coletiva precisaria ser compreendida em sua totalidade. Se o modelo centro-periferia consagrou a interpretação dualista na análise da urbanização, as interpretações atuais sobre a metrópole entendem a diversidade da dinâmica imobiliária e da produção da cidade como

fragmentos. A antiga dualização do modelo centro-periferia se traveste em fragmentação produzindo múltiplos centros e periferias. Num caso e no outro, reitera-se ausência de unidade e falta de articulação entre as partes (PEREIRA, 2005, p.6).

Avaliamos que é o somado dessas transformações urbanas que explana a intensificação da ação das grandes incorporadoras nas áreas periféricas, trocando agentes clássicos da produção, acarretando o deslocamento das classes médias que não conseguem mais anuir à propriedade privada nas áreas mais centrais e “intensificando a ocupação do território através de produtos com novos formatos e novas estratégias de financiamento e marketing (RUFINO & PEREIRA, 2011, p.80)”.

Essa produção imobiliária tem uma função crucial na organização socioespacial da cidade, apropriando-se de um modelo histórico de segregação e inovando-se de acordo com o mercado para obter redução de custos e, simultaneamente, mais lucro por meio da intensificação de uso em terrenos baratos. Concomitantemente, a produção imobiliária atua de maneira conflitante na reversão, até mesmo simbólica, do ideário de periferia. Assim promove a valorização através do discurso do marketing imobiliário na ressignificação dos valores, dos bairros periféricos e das áreas desvalorizadas.

Os promotores tentam conceber o espaço e propagandas de vendas mostram ao comprador uma representação do espaço urbano que não se baseia no mundo real. Mapas com vias rápidas, serviços e amenidades são usados nestas propagandas, traduzindo uma alteração do espaço vivido. Eles desenvolvem condomínios fechados verticalizados, com muros grandes, cercas elétricas, segurança privada, aplicando o discurso da “segurança do lugar” em seu marketing, uma vez que o discurso da violência urbana é imposto pela grande mídia de rádio, televisão e internet, manejando o cidadão buscar um local privilegiado no quesito segurança da família. Padronizam o local – fisicamente e socialmente – e reduzem as áreas privativas a dadas áreas livres com equipamentos de lazer. Esses condomínios muitas vezes não têm relações com seu lugar e transformam esses espaços, na maioria das ocasiões, em um novo fragmento urbano. O resultado das estratégias do marketing imobiliário no mercado residencial é a intensificação da valorização imobiliária e a redefinição do crescimento urbano (RUFINO & PEREIRA, 2011, pp.80-81).

São Paulo, não está mais definindo o seu crescimento pela franja ou seja pela incorporação de áreas, cada vez, mais distantes e precárias. Isso, não que dizer que a dinâmica extensiva deixou de acontecer, mas

que essa dinâmica deixou de ser definidora do crescimento urbano. Agora esse crescimento é definido, de outra maneira, pela dinâmica da produção imobiliária intensiva que se manifesta como uma nova lógica de crescimento, que intimamente se subordina a metropolização dos espaços: um urbanismo sem urbanização (PEREIRA, 2005, p.8).

O crescimento urbano está sendo redefinido visivelmente a partir dos novos artefatos imobiliários que remodelam o *ver* da paisagem urbana e dos megaprojetos, que são os dominantes na definição de novas relações de apropriação do espaço (RUFINO & PEREIRA, 2011, p.81).

A propagação da lógica da produção imobiliária hegemônica encontrará uma estrutura marcada por contestações, que tende a se tornar ainda mais desigual e mais segregada no espaço urbano, porque “a ação da produção imobiliária de mercado ao subordinar o espaço não tende a uniformizar a organização socioespacial, mas a diferenciá-la ainda mais (RUFINO & PEREIRA, 2011, p.81)”.

Ao fazer uma análise crítica do sistema, percebemos que a desigualdade acontece porque parte da rentabilidade do setor imobiliário é alcançada a partir da “apropriação da estrutura de segregação historicamente herdada e da ampliação da valorização imobiliária dessa estrutura, que se dá pela redefinição da segregação com elevação do gradiente de preços (RUFINO & PEREIRA, 2011, p.81)”. As disparidades entre as áreas centrais e as áreas periféricas continuarão existindo, mas se multiplicarão e serão redefinidas proporcionando fragmentações no espaço urbano. Assim, adequando os grupos sociais a uma melhor aproximação das atividades urbanas, por vezes, pela falta de infraestrutura em alguns lugares, o distanciamento dessas atividades é inevitável (RUFINO & PEREIRA, 2011, p.81).

Partindo para o nosso estudo de caso, Itaquera não é diferente do restante da cidade, nesta região encontramos todas as características até aqui citadas no texto. É uma área onde se encontram *vazios urbanos* esperando o momento certo para se especular de forma mais devastadora. Alguns vazios urbanos já estão sendo ocupados para valorizar outras áreas ainda não ocupadas. Contudo, o processo segregacionista do mercado imobiliário mantém-se de forma a usurpar a renda das famílias e do cidadão que paga aluguel ou que paga a prestação de seu imóvel financiado.

O legado da Copa do Mundo, juntamente com a produção imobiliária em Itaquera, fez com que o processo de segregação no bairro aumentasse de forma exorbitante. Os moradores pobres da região, da qual parte são analfabetos funcionais, que tem empregos pouco valorizados no mercado de trabalho, tais como auxiliar de

serviços gerais, auxiliar de limpeza, auxiliar de cozinha, dentre outros, foram e estão sendo excluídos de seu território pelo capital, não apenas pelo alto valor de se habitar, mas também pelo aumento do custo de vida na região. A maioria dessas pessoas não tem forças para lutar contra o sistema capitalista que é imposto pelas grandes corporações e preferem migrar para áreas mais distantes e periféricas da metrópole onde o custo de vida é mais baixo.

Muitas pessoas que passam por esta segregação urbana imposta pelo mercado imobiliário e pelo Estado se engajam nos movimentos sociais de luta pela moradia e buscam o direito à cidade, através da luta pela moradia, com ocupações em áreas vazias, ocupação de prédios vazios, manifestações, organização social, dentre outras atividades. No Capítulo 4 será exposta com mais detalhes a atuação dos movimentos de resistência em Itaquera, assunto que será tratado como uma *rugosidade urbana* (SANTOS, 2006; 2008c) no sistema capitalista.

3. 2. A produção do espaço urbano: os novos projetos de capitalização do espaço e a nova configuração socioespacial de Itaquera

Nesta parte do capítulo, mostraremos os dados quantitativos dos novos projetos privados de capitalização do espaço. Esses dados expõem a configuração territorial que Itaquera vive atualmente. Durante a pesquisa, buscamos diretamente os dados na fonte primária, porém não obtivemos sucesso em alguns deles. Portanto alguns dados que serão expostos são de fontes secundárias.

Durante a amostra dos dados será feita uma análise geográfica espacial no sentido de mostrar o quanto a região de Itaquera se transformou nos últimos anos. Serão expostos dados imobiliários da soma de unidades verticais e horizontais lançadas ou que estão para ser lançadas no período de 2008 até 2014, empreendimentos que foram aprovados pela PMSP. Mostraremos um mapa da região de Itaquera com a localização dos novos projetos imobiliários. Em seguida, mostraremos os dados de valorização do metro quadrado dos imóveis residenciais em Itaquera, serão expostos dados de venda e aluguel de apartamentos e casas de Itaquera e da cidade de São Paulo, fazendo uma análise comparativa dos valores.

Vamos começar pelos dados dos imóveis lançados, ou que estão para ser lançados no período entre 2008 e 2013. Em seguida faremos uma análise geográfica sobre os dados.

Figura 27: Soma das unidades verticais e horizontais aprovadas pela PMSP³²

³² Os dados de lançamentos das unidades do ano de 2013 foram aprovados pela PMSP; nem todos foram lançados, as incorporadoras esperam por uma maior valorização. Fonte: Folha de São Paulo: Palco da Copa, Itaquera vira aposta das incorporadoras. Por Daniel Vasques, 17/março/2013. Consultado em: <http://classificados.folha.uol.com.br/imoveis/1247349-palco-da-copa-itaquera-vira-aposta-das-incorporadoras.shtml>. Acessado em: 03/junho/2014.

A Figura 27 da matéria jornalística intitulada “Palco da Copa, Itaquera vira aposta das incorporadoras”, realizada por Daniel Vasques (2013), nos traz o tamanho da proporção dos investimentos realizados nos últimos dois anos que antecederam a Copa do Mundo. Em outra matéria de Daniel Vasques (2013), intitulada “Construtoras seguram lançamentos em Itaquera para vender mais caro”, concluindo que houve uma jogada estratégica das construtoras em Itaquera ele releva por outras palavras que as construtoras estão segurando os lançamentos na região, esperando valorizar mais o solo urbano, no âmbito de lançar para a região apartamentos de alto padrão; desta forma percebemos que uma nova configuração do padrão econômico e social da região está em formação.

As áreas dos vazios urbanos em Itaquera atualmente são de grandes incorporadoras/construtoras, são elas os grandes agentes imobiliários que dominam e controlam em sua grande maioria o setor de moradia, tanto em Itaquera quanto na cidade de São Paulo. Essas grandes incorporadoras/construtoras possuem contratos e acordos com os Governo Federal, Estadual e Municipal, por conseguinte sua atuação na cidade é explorar o espaço da melhor forma possível visando ao lucro, ganhando isenção de impostos e benfeitorias para “desenvolver” a cidade, em que, na verdade, há uma aliança política por trás de tudo isso. A incorporadora/construtora financia campanhas eleitorais para diversos candidatos e, em contrapartida, esses candidatos beneficiam os seus financiadores de campanha. A formação política brasileira está atrelada ao poder econômico, desta forma sempre haverá políticas de desenvolvimento beneficiando os grandes agentes econômicos que atuam na cidade, em principal os bancos – financiadores das grandes obras – e as incorporadoras/construtoras.

Pensar a questão da habitação no espaço urbano, na perspectiva econômica capitalista, é algo que vai contra todas as políticas sociais, pelo fato de que os agentes imobiliários usurpam o espaço, supervalorizando o uso do solo urbano para o habitar, desta forma milhares de pessoas ficam à mercê do mercado imobiliário e acabam ficando sem uma habitação por não ter condições de comprar ou pagar um aluguel. O lucro para os agentes imobiliários está acima de tudo e não há uma política social desses agentes. Existem alguns planos governamentais que amenizam esse grande impacto do mercado no espaço urbano, porém essas políticas são apenas as migalhas que o sistema capitalista deixa para a população pobre.

O projeto do Programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal, foi um avanço nas políticas sociais para sanar a questão da habitação no Brasil. Por outro

lado, as incorporadoras/construtoras usam desse incentivo governamental para obter grandes lucros com a construção de imóveis. O controle dos preços dos imóveis no Brasil fica à mercê da oferta e da procura de cada lugar, é a lei do mercado. Respectivamente, percebemos que não houve avanços na questão do controle de mercado pelo Estado, a especulação imobiliária se apropria do espaço urbano de forma a reger o controle social de cada lugar.

A maioria dos imóveis em Itaquera do Programa Minha Casa, Minha Vida, não fica de fora desse contexto, são feitos com materiais de baixo valor, inferiores, assim o imóvel sai mais barato para a incorporadora/construtora e o lucro sempre será alto. Para as incorporadoras/construtoras não importa a qualidade do imóvel, se irá durar 10 ou 50 anos, o que importa é o lucro imediato com a venda do imóvel pronto. Para o mercado, a construção de casas com materiais de baixa resistência é melhor, porque assim os imóveis sempre precisarão de reformas e essas reformas alimentarão o mercado da construção civil, reproduzindo sempre o capital nesse ramo.

Daniel Vasques (2013) em sua reportagem traz os dados dos empreendimentos imobiliários já aprovados pela PMSP em 2013 e o mapa com a localização deles no bairro de Itaquera.

Figura 28: Mapa dos novos empreendimentos imobiliários em Itaquera

Legenda dos empreendimentos imobiliários de acordo com mapa:

1. **Ello Home Club**; 400 unidades de 44 m² e 45 m²; Lançado, abril/2013; M² a partir de R\$ 4.200.
2. **Viseu**; 95 unidades de 50 m²; Lançado, março/2013; M² a partir de R\$ 4.000.
3. **Camuri**; 63 unidades de 50 m²; Lançado, março/2013; M² a partir de R\$ 4.000.
4. **Zeus**; 56 unidades de 50 m²; Lançado, abril/2013; M² a partir de R\$ 4.000.
5. **Belvedere**; 54 unidades de 52 m²; Lançado, fevereiro/2013; M² de R\$ 4.000 a R\$ 5.000.
6. **Ônix**; 54 unidades de 52²; Lançado, abril/2013; M² de R\$ 4.000 a R\$ 5.000.

7. **Agrimensor Sugaya**; 552 unidades de 45 m² a 55 m²; Lançado, novembro/2013; M² de R\$ 4.500 a R\$ 5.000.
8. **Frimais**; 700 unidades de 44 m²; Preço e data de lançamento não definidos.
9. **Flores do Parque do Carmo**; 673 unidades de 45 m² a 94 m²; Lançado, março/2013; M² em torno de R\$ 4.400.
10. **Parque Saint Dimas**; 280 unidades de 45 m²; Preço e data de lançamento não definidos.
11. **Parque Saint John**; 280 unidades de 45 m²; Preço e data de lançamento não definidos.

Os imóveis construídos em Itaquera ainda não são de alto padrão, os que estão sendo lançados são de padrão classe média baixa, são eles os prédios com pouca infraestrutura no condomínio, construídos com materiais mais baratos; o tamanho dos apartamentos é pequeno. Na sua grande maioria, são apartamentos que têm em média 50 m², tamanho considerado médio para o mercado imobiliário, mas considerado pequeno para uma família que se compõe de 4 pessoas ou mais. As incorporadoras/construtoras aguardam ainda mais investimentos em infraestrutura no bairro por parte do Estado (neste caso em todas as esferas, em principal a Municipal), assim o preço da terra irá subir valorizando mais o espaço, consequentemente segregando ainda mais. Desta forma, vem na contramão dos nossos pensamentos o discurso do mercado capitalista da habitação que é implantado na sociedade e direciona que “haverá um espaço mais qualificado em Itaquera” para as pessoas que necessitam de um melhor padrão de vida. O poder do discurso, desta forma, fica relacionado diretamente à propaganda/marketing e ao valor da terra.

Não há ainda no Brasil uma lei que controle o mercado imobiliário de habitação, uma lei do inquilinato. A única regulação do mercado é a lei da oferta e da procura, o próprio mercado se regula, beneficiando sempre os proprietários, as agências financiadoras e seguradoras. Para alugar um imóvel hoje em São Paulo é enorme a burocracia das imobiliárias, as práticas mais usadas pelas imobiliárias para locação de imóveis são a locação através do seguro fiança e fiador com dois imóveis na cidade. Desta forma, o locatário na maioria dos casos não tem o fiador nos moldes em que a imobiliária solicita e acaba ficando à mercê da seguradora da imobiliária, em outras palavras, trata-se de um cartel imobiliário.

A partir de agora iremos fazer uma análise do preço do metro quadrado para habitação em São Paulo e em Itaquera. Dividimos esses dados em dois segmentos, preço de venda e preço de locação. Os dados contêm a variação do preço do metro quadrado, cuja fonte é o site ZAP – Imóveis (www.zap.com.br/imoveis). Esse site é na atualidade uma das referências nacionais do mercado imobiliário. Na primeira figura vamos trazer os dados dos imóveis à venda com o Índice FIPE-ZAP³³ e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no período de 2008 até 2014. Logo após, traremos os dados de locação com os respectivos índices, ambos da cidade de São Paulo.

Em seguida, traremos o Índice FIPE-ZAP para Itaquera no que tange o setor de vendas e de locação de imóveis para habitação, tanto para apartamento quanto para casas. Assim poderemos mostrar a variação dos preços nos últimos seis anos e fazer uma análise do mercado imobiliário para a região.

³³ “A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE – é uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 1973, que apoia o Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) nas áreas de pesquisa e ensino. O ZAP, uma empresa do Globo, é o mais completo portal de classificados da internet brasileira, líder no segmento de imóveis. A FIPE se associou ao ZAP, pela qualidade e dimensão de sua base de informações sobre imóveis no Brasil, como parceiro exclusivo na elaboração do 1º índice nacional de preços do setor imobiliário, o Índice FIPE-ZAP de Preços de Imóveis Anunciados”. Informações extraídas do site: www.zap.com.br.

Figura 29: Variação de preço dos imóveis residenciais à venda em São Paulo no período de Janeiro/2008 até Maio/2014 – Índice FIPE ZAP

Figura 30: Variação de preço dos imóveis residenciais para locação em São Paulo no período de Janeiro/2008 até Maio/2014 – Índice FIPE ZAP

Ao fazer uma análise das figuras, percebemos que houve um aumento do valor em mais de 200% para os imóveis residenciais à venda e um aumento de quase 100% do valor para locação dos imóveis residenciais, no período de 2008 a 2014, na cidade de São Paulo. Se comparados aos valores do IPCA, que foi de 42,9% no mesmo período, esses números mostram o tamanho do descompasso entre o mercado imobiliário e a inflação.

O valor do salário mínimo em 2008 era de R\$ 415,00; no ano de 2014 está em R\$ 724,00, um aumento de 74% no período. Ao fazer uma comparação entre o valor do salário mínimo brasileiro e o valor dos aluguéis em Itaquera, percebemos que há uma disparidade grande (ver nas figuras a seguir). O valor da habitação em Itaquera para locação está na média de 1 (um) mil reais por mês em uma casa ou apartamento de 50 metros quadrados, sem contar os encargos de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), condomínio, água, esgoto, taxa do lixo, luz, telefone e internet. O valor para se habitar e ter as necessidades mínimas para se viver em Itaquera está em torno de 3 salários mínimos atuais e nesta soma não se inclui a alimentação da família, a qual é muito variável porque este dado depende do número de pessoas que a compõe. O aumento do salário mínimo também não acompanhou o aumento dos valores dos imóveis para locação, tampouco para os imóveis à venda.

A habitação na cidade de São Paulo se transformou em um grande negócio, em que o mercado imobiliário cada vez mais usurpa do cidadão. Itaquera, por ser alvo de investimentos públicos, foi a bola da vez do mercado. A falta de habitação fez com que houvesse um aumento significativo nos preços dos imóveis, tanto para venda quanto para locação. A construção do estádio de futebol também foi o grande *merchandising* do mercado imobiliário.

A seguir serão mostradas as figuras que representam a variação de preço de apartamentos e casas para venda e locação em Itaquera, no período de Janeiro/2008 até Maio/2014.

Figura 31: Variação de preço dos apartamentos para venda em Itaquera no período de Janeiro/2008 até Maio/2014 – Índice FIPE ZAP

Figura 32: Variação de preço das casas para venda em Itaquerá no período de Janeiro/2008 até Maio/2014 – Índice FIPE ZAP

Figura 33: Variação de preço dos apartamentos para locação em Itaquera no período de Outubro/2010 até Maio/2014 – Índice FIPE ZAP

Figura 34: Variação de preço das casas para locação em Itaquera no período de Maio/2008 até Maio/2014 – Índice FIPE ZAP

Ao fazer uma análise do mercado imobiliário de Itaquera, constatamos através de trabalhos de campo que existem diversos tipos de consumidores e compradores na região, os principais são:

- 1) As incorporadoras/construtoras e as imobiliárias usando através do marketing o discurso de ter uma habitação perto do estádio Itaquerão e fazendo até uma ligação entre o amor do torcedor do S. C. Corinthians Paulista e a facilidade de ir aos jogos do time;
- 2) Investidores comprem os imóveis à espera de uma maior valorização do solo na região, assim podendo obter o lucro com a venda posterior, à especulação;
- 3) Pessoas que comprem e/ou alugam um imóvel para morar, acreditando em uma grande ascensão social do lugar e que no futuro ele proporcione uma melhor qualidade de vida;
- 4) Pessoas que comprem e/ou alugam um imóvel para morar, porque não têm condições de comprar e/ou alugar em um bairro de ascensão social mais alta.

Essas são as principais características de vendedores e compradores na região de Itaquera. Ao pensar nas características de locação e venda de imóveis para habitação, temos que levar em conta a seguinte ocasião: o déficit habitacional na cidade de São Paulo se encontra muito alto, a região de Itaquera (bairro dormitório) historicamente é composta por habitantes de classes sociais baixas, em suma, de migrantes nordestinos; contudo, ao fazer uma ligação do déficit habitacional paulistano com as classes sociais baixas de Itaquera e uma cultura popular nordestina em grande maioria, Itaquera está às margens de mudar a sua configuração social e cultural nos próximos anos. A ascensão social de muitas famílias de Itaquera não é necessariamente a afirmação do seu povo em seu território, a alta nos preços dos imóveis é superior ao crescimento econômico da população de Itaquera.

A transformação social e cultural que configura atualmente na região de Itaquera está ligada ao poder aquisitivo do cidadão. Através de trabalhos de campo realizados na região, percebeu-se que os filhos dos migrantes e dos moradores tradicionais que moram em Itaquera, com a qual tem uma identidade muito forte, por na maioria dos casos terem crescido na região, hoje se encontram na fase adulta da vida e não têm condições financeiras de comprar ou alugar um imóvel na região em que cresceram e/ou viveram toda sua vida. Assim, se afastam de seu local de identidade vivida, enquanto assistem à sua transformação socioterritorial.

O aumento populacional de Itaquera e o aumento dos novos serviços fez com que houvesse uma transformação nos fixos e fluxos da região, isso se vincula principalmente à dinâmica imobiliária. As novas configurações do espaço que tange a formação socioespacial e a estrutura urbana perpetuam no território de Itaquera, se impondo pela ação do mercado. Nesse sentido, as construtoras/incorporadoras acabam sendo os atores principais das transformações na estrutura urbana do bairro e a sua função gira em torno da especulação imobiliária, que atinge boa parte da população.

Ao fazer uma analogia entre os projetos que capitalizam o espaço para habitação e os que envolvem a sua reprodução percebemos que:

O momento da reprodução de espaços para a habitação produz a forma dos condomínios na metrópole, enquanto áreas fechadas, muradas, pretensamente homogêneas, como uma das formas da segregação no espaço - revelando uma estratégia imobiliária que se realiza sob o "discurso" da necessidade de um "outro modo de vida" capaz de fazer frente, ou melhor de isolar/ poupar e proteger os indivíduos numa metrópole que se torna congestionada e violenta e de outro, a necessidade de se morar em meio ou próximo ao verde, que a metrópole, em seu crescimento, destruiu (como aparece nos folhetos de venda de imóveis). Nesta direção, a estratégia imobiliária cria também um discurso "anti-cidade", para continuar reproduzindo a metrópole (CARLOS, 2003, p.6).

A produção do espaço que se configura em Itaquera não é diferente do restante da metrópole de São Paulo, o que a diferencia hoje é uma intensificação no processo de produção espacial e nas relações da produção por causa da construção do Polo Institucional e do estádio Itaquerão. A condição urbana imposta pelo sistema de reprodução do capital está atrelada ao sistema de reprodução de relações entre os seres nas grandes cidades, reforçadas pelo poder do discurso imposto pela mídia massificadora e elitista, que influencia o modo de vida das pessoas que consomem esses meios de comunicação e que “compram a ideia” desses formadores de opinião; assim, reproduzindo práticas individualistas e segregacionistas no espaço urbano.

A organização do sistema que reproduz as práticas de produção e reprodução do capital está vinculada à implantação de leis e normas no território através do sistema político. Deste modo, o sistema consegue moldar o pensamento do indivíduo pela falta de conhecimento crítico coletivo da sociedade, o que é nada mais e nada menos que uma desorganização do sistema de organização social produtiva. Os que tendem a ir contra esse sistema imposto são reprimidos pelo poder da iniciativa privada e pelo Estado, de forma a ser excluído socialmente, preso ou exterminado pelo sistema.

CAPÍTULO 4

4. RUGOSIDADES E RESISTÊNCIAS: TRANSFORMANDO OS PROCESSOS

*Mesmo não querendo, nós temos um inimigo,
em dias de tempestades nos negam abrigo,
esse é o sistema, nós armaremos nosso esquema,
lutando com nossas próprias armas pra anular o poder do inimigo,
e ajudar o povo a esquecer que um dia ficou sem abrigo.*

Lucas Kastrup / Hélio Bentes – (Ponto de Equilíbrio)

4. 1. Rugosidades e Resistência: A questão da habitação

Neste capítulo partiremos da discussão sobre as rugosidades e resistências em Itaquera de acordo com os conceitos de Santos (2006; 2008c). “[...] O processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas (SANTOS, 2006, p.140)”. Ao seguir esse raciocínio, pensamos que o processo de acumulação espacial histórico estabelecido é ao mesmo tempo uma rugosidade e resistência na condição de novas práticas de urbanização. Como exemplo uma estrada, uma favela, uma linha férrea, a densidade, a distribuição populacional etc.; todas essas heranças participam da categoria prático-inerte, a prática depositada nas coisas, uma acumulação desigual dos tempos (SANTOS, 2006, p.140).

Em cada qual dos seus momentos, o processo social abrange um remanejamento dos seus fatores e esse remanejamento não é apático às categorias preexistentes, deste modo as formas herdadas são derivadas de momentos anteriores. As formas naturais e o meio ambiente construído englobam-se entre essas formas herdadas (SANTOS, 2006, 140).

O que na paisagem atual, representa um tempo do passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. Chamemos *rugosidade* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho

já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho (SANTOS, 2006, 140).

A formação social do espaço e a acumulação das forças de trabalho estão ligadas à rugosidade do espaço. A transformação do espaço é fruto de um processo de produção e reprodução do capital, na qual o tempo age sobre o próprio espaço e sobre a paisagem, modificando as formas e se adaptando às já estabelecidas, as rugosidades. Para Santos (2008c) as rugosidades são:

[...] o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados. [...] Assim, o espaço, espaço-paisagem, é o testemunho de um momento de um modo de produção nestas suas manifestações concretas, o testemunho de um momento do mundo (SANTOS, 2008c, p.173).

Após passar pela abordagem de Santos (2006; 2008c) sobre as rugosidades, agora vamos discorrer sobre a questão da moradia como uma rugosidade no tecido urbano. As favelas que predominam nas cidades é a acumulação de um processo de exclusão social do Estado. A intensificação das massas na periferia, o aglomerado nas favelas, a precariedade dos serviços públicos, dentre outras coisas, são reflexos do processo histórico da cidade. A falta de moradia e a falta do direito à vida (CARLOS, 2007) atualmente estão relacionadas às injustiças sociais do Estado em relação ao pobre, nas quais o seu olhar direciona-se plenamente aos interesses da elite burguesa, cumprindo apenas o seu papel mínimo, sucateando os serviços públicos e aplicando o discurso de incapacidade estatal para privatizar os serviços e enriquecer ainda mais a elite que permanece no poder econômico e político.

A questão da moradia em Itaquera se tornou o principal motivo das lutas sociais da população excluída pelo sistema. Os movimentos sociais sem teto, especialmente o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), realizaram algumas ocupações em Itaquera nos anos pré-Copa do Mundo, terrenos e prédios vazios foram o alvo dessas ocupações que tiveram como objetivo sanar o problema da habitação para os excluídos, moradia digna e reforma urbana.

No ano de 2014, o MTST publicou um texto no livro “Brasil em Jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?”. Tal texto foi elaborado por Guilherme Boulos, Josué Rocha e Maria das Dores, membros da coordenação do MTST e da Frente de

Resistência Urbana. No texto “O que quer o MTST?” é exposta a luta da resistência por moradia, explicando todo o processo.

No final de 2013 e início de 2014, a luta do MTST por moradia digna e reforma urbana obteve maior destaque público. Mas essa luta é realizada há quase 20 anos pelo Movimento, apesar do silêncio da mídia e menosprezo de sucessivos governos (BOULOS; ROCHA; DORES, 2014, p.85).

O fortalecimento do MTST está unido, paradoxalmente, aos efeitos colaterais do crescimento econômico e à exclusão social das minorias. O governo ofereceu incentivos ao setor da construção civil, especialmente por meio do BNDES, e, compensatoriamente, foi favorecido com a concernede facilitação do crédito ao consumo. “Com isso, o mercado imobiliário se aqueceu, as empreiteiras engordaram seu patrimônio e a especulação imobiliária foi às alturas (BOULOS; ROCHA; DORES, 2014, p.85)”.

Ainda que esse ponto possa parecer afastado da vida prática, as decorrências foram percebidas diretamente pelos trabalhadores mais pobres. Grande parte dos moradores que vivem na periferia não tem casa própria e depende do aluguel. Com o *boom* imobiliário em São Paulo, o valor do aluguel cresceu brutalmente (vide Capítulo 3), segregando espacialmente e socialmente ainda mais esses moradores (BOULOS; ROCHA; DORES, 2014, p.85-86).

“Os bairros de periferia foram diretamente afetados por esse fenômeno. O resultado foi um aprofundamento da lógica de expulsão dos mais pobres para cada vez mais longe (BOULOS; ROCHA; DORES, 2014, p.86)”. Os moradores de Itaquera nos últimos anos foram expulsos para periferias extremas da cidade: Guaianazes, Cidade Tiradentes, São Miguel Paulista, ou mesmo para fora da capital e região metropolitana. Devido à especulação imobiliária em Itaquera e à expulsão dos moradores da região, o MTST se organizou e fez uma ocupação em um terreno baldio, a “Ocupação Copa do Povo”, com 4 (quatro) mil barracos. Este terreno estava sendo usado como vazio urbano, esperando apenas a valorização do lugar – uma especulação territorial de alta atuação das incorporadoras/construtoras. As ocupações “são resultados da falta de política urbana para regular o mercado imobiliário e priorizar os interesses sociais (BOULOS; ROCHA; DORES, 2014, p.86)”.

O aluguel passou a corroer boa parte da renda familiar e forçou as pessoas a viverem em lugares e condições piores. Ir para mais longe significa mais tempo no transporte para o trabalho, além de serviços

públicos e infraestruturas urbana mais precários. A especulação imobiliária deteriorou a qualidade de vida dos trabalhadores. O que o Bolsa Família e o aumento progressivo do salário mínimo deram com uma mão, o aluguel mais caro tirou com a outra. [...] A intensificação das ocupações de terrenos e prédios ociosos foi a forma de resistência popular a esse processo perverso de segregação social e territorial. Aqueles que não aceitaram ser jogados para buracos ainda mais distantes estão ocupando terras. Vale ressaltar: terras ociosas utilizadas para especulação imobiliária, em geral por agentes de mercado como empreiteiras e incorporadoras (BOULOS; ROCHA; DORES, 2014, p.86).

A Copa foi um agravante para o aumento da especulação imobiliária, a qual age no território de forma brutal quando acontece qualquer megaevento. A Copa serviu para enrijecer ainda mais os muros sociais da cidade e, antes de começar o torneio, já tinha definido seus perdedores e vencedores. Os perdedores como sempre foram os moradores da periferia, o povo pobre, que viu o aluguel abocanhar sua renda de forma avassaladora. Os vencedores foram as grandes corporações, empreiteiras e o capital privado de modo geral, que induziram dinheiro público para obras de desígnio social duvidoso. Como denúncia dessa disparidade, o MTST e o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) ocuparam a sede da Odebrecht no dia 08 de maio de 2014, lançando a Campanha “Copa Sem Povo, Tô na Rua de Novo” (BOULOS; ROCHA; DORES, 2014, p.86).

Através do texto “O que quer o MTST?”, o Movimento deixa sua nota explicando os objetivos do movimento social e as lutas cotidianas:

[...] o que quer o MTST com suas ocupações e mobilizações pelo país? Queremos derrubar os muros sociais que dividem a cidade. Dizer em alto e bom som que a cidade deve ser de todos e não usufruída por um pequeno grupo que pode se estabelecer nos melhores lugares e ter acesso a bens e serviços privados. A cidade privada para poucos é a cidade da privação para a maioria. Entendemos que essa mudança passa por uma profunda reforma urbana, que deve rediscutir a apropriação social do espaço, dos bens e dos serviços urbanos. [...] Entendemos ainda que uma mudança dessa natureza não virá do Congresso Nacional, com seus parlamentares financiados até o pescoço pelo capital imobiliário. Ela vem de baixo. A história dos povos ensina que as grandes transformações são resultado de movimentos populares de massa, que enfrentam as relações de poder constituídas. Chamamos isso de poder popular. É isso que quer o MTST (BOULOS; ROCHA; DORES, 2014, p.87).

Percebemos que os abusos realizados em prol do capital e de exclusão popular fortaleceram os movimentos sociais, não apenas o de moradia, mas também os

movimentos trabalhistas, de transporte, educação, culturais, dentre outros. Manifestações, greves e ocupações foram à tona em São Paulo e em outras cidades do Brasil, o descontentamento do povo com as políticas urbanas e trabalhistas enalteceu multidões.

Em Itaquera, duas ocupações marcaram a luta do movimento de moradia na região. A primeira foi a ocupação do Conjunto Habitacional Caraguatatuba (COHAB II, José Bonifácio, Itaquera), onde mais de 1.000 (mil) famílias ocuparam 31 (trinta e um) prédios – 940 apartamentos –, a ocupação durou cerca de 8 meses, a reintegração de posse realizada pela PM durou 3 dias, foram 3 dias de resistência pelo direito de morar (WILKSON, 2014). Pessoas foram presas pela resistência, tiros de bala de borracha, bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral foram lançadas em cima dos habitantes, crianças, idosos, deficientes físicos, mães e pais de família foram aniquilados pelo Poder do Estado, dezenas de feridos.

Os 31 (trinta e um) prédios pertenciam à CAIXA Econômica Federal, foi ela quem solicitou a reintegração de posse e em nota disse que não negociava com invasores. A reintegração de posse começou no dia 17 de fevereiro de 2014 e seu término foi dia 20 de fevereiro de 2014, meses antes de começar a Copa do Mundo. Os moradores que ocuparam os prédios em grande maioria eram do Jardim Pantanal, bairro que sofre com muitas enchentes durante o verão, por falta de políticas públicas e investimentos na estrutura urbana do local.

Figura 35: Resistência na reintegração de posse do Conjunto Habitacional Caraguatatuba³⁴

A segunda ocupação, conhecida como “Copa do Povo”, ocorreu em um terreno vazio, pertencente à Construtora Viver, que estava sem uso, esperando a valorização do solo para especulação imobiliária. Na madrugada do dia 03 de maio de 2014, o MTST ocupou com cerca de 1.500 (mil e quinhentas) famílias um terreno particular de 150 (cento e cinquenta) mil m², na Rua Malmequer do Campo, em Itaquera. Em menos de uma semana de ocupação, o número de barracos passou de cerca 1.500 (mil e quinhentas) famílias para 4 (quatro) mil (ITALIANI, 2014; ALVEZ, 2014). Essa ocupação foi uma das mais representativas do MTST. Foi a luta do povo sem teto contra o poder hegemônico do capital, mais especificamente, contra todos os agentes imobiliários, desde construtoras/incorporadoras às imobiliárias.

³⁴ Fonte: UOL Copa – “Vizinhos da Copa resistem por 3 dias, mas ficam sem casa em Itaquera”. Consultado em: <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/03/26/em-itaquera-vizinhos-da-copa-resistem-por-3-dias-mas-ficam-sem-casa.htm>. Acessado em 22/julho/2014.

Figura 36: Panorâmica geral da ocupação Copa do Povo - Itaquera³⁵

Figura 37: Ocupação Copa do Povo - Itaquera³⁶

³⁵ Fonte: Folha de São Paulo – Foto Cotidiano. “Ocupação do MTST em Itaquera”. Consultado em: <http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/24908-ocupacao-do-mtst-em-itaquera#foto-392818>. Acessado em 23/julho/2014.

³⁶ Fonte: Metro. “Justiça determina fim da ocupação Copa do Povo, perto do Itaquerao” (Essa liminar que determinava o fim da ocupação caiu antes da reintegração de posse, assim permanecendo a ocupação). Consultado em: <http://www.metrojornal.com.br/nacional/foco/geral-justica-determina-fim-da-ocupacao-copa-do-povo-perto-do-itaquerio-88909>. Acessado em 23/julho/2014.

A ocupação desse terreno teve um valor simbólico de luta muito grande para o movimento, pois o terreno se encontra dentro da área que foi reservada à FIFA, a qual passou pelo Congresso Nacional, a Lei Geral da Copa, que mostrou Estado de exceção permanente contra o seu povo (MAIOR, 2014). Como sempre, quem saiu perdendo com essas políticas foi o povo de Itaquera e da ZL, que não pode nem circular em alguns pontos do bairro, fechado exclusivamente para a FIFA, a qual retirou do cidadão o direito de ir e vir.

Em razão da ocupação “Copa do Povo” e das manifestações realizadas pelo movimento de moradia na cidade de São Paulo, o Governo Federal, Estadual e a PMSP fizeram um acordo com o Movimento. O Governo Federal se propôs a dar um subsídio de R\$ 76 (setenta e seis) mil por unidade, o Governo do Estado e a PMSP também subsidiarão os imóveis, porém não foi informado o valor. Serão subsidiadas 2 (dois) mil unidades habitacionais no terreno que foi ocupado pelo MTST (SOUZA, 2014).

Em relação às políticas de moradia pensadas após esse episódio, o programa Casa Paulista do GESP irá subsidiar em R\$ 20 (vinte) mil as habitações, o MTST reivindica um aumento para R\$ 30 (trinta) mil e pede que os empreendimentos habitacionais acresçam de um mínimo de 36 (trinta e seis) m² para 45 (quarenta e cinco) m². O Governo Federal alterou o salário limite das famílias da faixa 1 de benefício para o programa Minha Casa, Minha Vida, o salário limite de R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos) será alterado para 3 (três) salários mínimos, valor que corresponde a R\$ 2.172,00 (dois mil cento e setenta e dois). O Programa Entidades, do Minha Casa, Minha Vida, que corresponde à construção de moradias por cooperativas habitacionais, associações e entidades privadas, terá o limite de unidades construídas de 1 (um) mil para 4 (quatro) mil habitações (SOUZA, 2014).

No dia 03 de julho de 2014, em uma audiência de conciliação feita pela 3^a (terceira) Vara Cível de Itaquera, o MTST firmou um acordo de sair do terreno e acabar com a ocupação “Copa do Povo” voluntariamente, no período de 45 (quarenta e cinco) dias. “O Movimento chama o ato ‘saída provisória’, já que o acordo foi feito mediante o compromisso da dona do terreno em vender o local em 30 (trinta) dias e das três esferas governamentais transformarem o local em moradia popular (LOBEL, 2014)”. Esse passo é visto pelo MTST como uma grande conquista do movimento de moradia.

A população reprimida pelo poder do Estado e pela força da produção do capital não abaixou a cabeça para as ilegalidades que ambos vêm aplicando no espaço urbano. Ambos são designados a exercer a força do capital, doa a quem doer, quase tudo

que dá lucro de capital maior do que prejuízo político será aplicado pelo Estado, o prejuízo político depois é regulado pelas distorções de informações na mídia. O GESB, administrado pelo PSDB, tem suas políticas claramente neoliberais, suas ações são em prol do capital privado, assim sucateando os órgãos públicos, a matéria física (estradas, ferrovias, prédios etc.) e instituições do Estado para a aplicação de políticas de privatização e concessão público-privada. Quando o povo se revolta por suas políticas neoliberais, a repressão e ação da PM aniquilam a massa trabalhadora que luta por melhores condições de vida.

4. 2. Transformar os processos: A luta dos excluídos *versus* A atuação do Estado e do Capital

Como transformar os processos de produção e reprodução do espaço urbano? Esta é a pergunta que vamos tentar responder ao longo desse subcapítulo. A produção e reprodução do espaço urbano estão aliadas à produção e reprodução do capital, no qual se representa de forma determinista ao inferir tudo e todos para obtenção do lucro. As questões de transformação dos processos seguem a linha de que a maneira que estão sendo feitas essa produção e reprodução do espaço urbano não agrada a todos, somente uma pequena parcela da sociedade que detém o poder econômico e político para fazer o que quiser com a cidade e, da forma que bem entender, sempre visando à acumulação de renda e não à distribuição.

Acreditamos que para mudar os processos seja necessário nada mais e nada menos do que a luta popular, a luta dos excluídos do sistema. Essa luta tem como objetivo principal a conquista de melhores condições de vida, o direito à cidade, no que diz respeito à moradia, educação, saúde, saneamento, transporte, lazer, dentre outros serviços. Essa luta não vem com uma exigência de querer o melhor em tudo e, sim, de poder ter apenas o mínimo que não lhe é garantido, tendo, então, dignamente o necessário para a reprodução da vida (CARLOS, 2007).

Nos últimos anos, o Brasil se preparou para a Copa do Mundo, um dos megaeventos de maior repercussão mundial. Essa preparação “mexeu” com o povo brasileiro. Passou por cima da Constituição da República Federativa do Brasil, entrando num Estado de exceção (AGAMBEN, 2004; MAIOR, 2014), em que o primeiro eliminado foi o povo pobre, tanto para a preparação dos Jogos Pan-americanos em 2007, na cidade do Rio de Janeiro, quanto para a Copa do Mundo de 2014, em diversas capitais pelo Brasil, e para a preparação das Olimpíadas de 2016, novamente na cidade do Rio de Janeiro, que foi o principal alvo desse estado de sítio e, talvez, possamos dizer que foi a cidade na qual mais se rebelou contra esses processos de transformação socioespacial e de transformação do espaço urbano.

Além do Estado de exceção, tentaremos explicar a cidade de exceção, por Carlor Vainer (2011; 2011b). Em entrevista para o programa de televisão Juca Entrevista (com apresentador e sociólogo Juca Kfourì), o Prof. Carlos Vainer do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR/UFRJ - expõe seus pensamentos sobre o processo de transformação das

cidades, focando nos megaeventos esportivos. Vainer (2011b) diz que as cidades se tornaram cidades de exceção, porque seu planejamento se baseia no livre mercado e no neoliberalismo. A cidade de exceção não nasce com os megaeventos, ela surge a partir de meados da década de 1990 no Brasil, com o pensamento neoliberal. Esse pensamento vai colocar no “banco dos réus” o “Estado de Bem Estar Social”, planejador e interventor, posto como argumento:

[...] este Estado não gera eficiência, ele não é um bom gestor e a sua intervenção ao invés de ajudar atrapalha. O resultado da sua ação ao invés de melhorar as condições de vida, de aumentar a igualdade como muitas vezes ele pretendia, acaba gerando mais desigualdade, e que o melhor mesmo é deixar o livre funcionamento do mercado, porque o mercado vai gerar as eficiências, as empresas privadas são eficientes e, o funcionamento do mercado é melhor de que qualquer intervenção do Estado, mesmo quando ele tem problemas. [...] O mercado capitalista é a forma mais perfeita de organização social (VAINER, 2011b).

Vainer (2011b) diz que este pensamento se adequa ao novo pensamento dominante das elites brasileiras. “A forma como o Estado vai se relacionar com a sociedade tem haver com a forma de como o Estado vai se relacionar com a cidade (VAINER, 2011b)”. O Estado passa a tratar a cidade como uma empresa que está no mercado mundial, concorrendo com outras empresas (cidades), estas concorrendo entre si para atrair capitais, turistas, eventos, investimentos públicos e privados. As cidades, ao invés de se planejarem para os seus cidadãos que vivem e usufruem de seu espaço cotidianamente, fazem ao contrário, elas se vendem. A cidade se vende para o Grande Capital, as corporações, os grandes agentes econômicos, os especuladores, as organizações de eventos. No entanto, para a cidade se vender é necessário que se flexibilize a legislação da cidade, para que esta seja amigável ao mercado e, assim, se forma a “cidade de exceção”, que precisa estar pronta desta forma para o capital se reproduzir (VAINER, 2011b).

Os megaeventos se apropriam dessas cidades de exceção. “Nesta cidade, tudo passa ao largo dos mecanismos formais-institucionais (VAINER, 2011, p.11)”. A cidade de exceção caminha para o “desenvolvimento urbano espontâneo”, ou seja, do mercado, “[...] o urbanismo *ad hoc*³⁷ vai afirmar a primazia do mercado e operar a

³⁷ Vainer (2011) faz uma ressalva sobre o urbanismo *ad hoc*. “O que Ascher (2001) chamava de urbanismo *ad hoc*, o que pudicamente se designou de flexibilidade, o que outros saúdam como empreendedorismo urbano e cidade-empresa, se transfigura em permanente e sistemático processo de desqualificação da política (VAINER, 2011, p.5)”.

reconfiguração do modelo, definindo o negócio e a oportunidade de negócio, como fundamentos essenciais da nova cidade e do novo planejamento (VAINER, 2011, p.5)”.

A cidade de exceção nada mais é do que uma cidade mercadoria, a qual se vende para o capital e para o mercado, capitais fixos e capitais de fluxo. A cidade se tornou ao longo das últimas duas décadas o lugar da produção e reprodução do capital livre e flexibilizada a qualquer custo para execução dos projetos privados. A Parceria Público-Privado (PPP) fez com que o Estado desse todo o aval para o capital privado usufruir do espaço urbano como quiser, desimpedido. O GESP e a PMSP não planejam mais a cidade para os seus cidadãos, planejam a cidade para o mercado, em outras palavras, para o capital privado, representado pela elite burguesa que sempre governou essas esferas diretamente e indiretamente.

Eis que vem a pergunta: como modificar essa configuração de planejamento urbano? Se pensar na escala macro da cidade, isso é quase irreversível, mas se pensar em escala local, a luta popular é o meio de amenizar esse impacto de planejamento. A luta popular pelo direito à cidade é primordial para que o poder do capital e de sua transformação espacial não arrebente a corda sempre do lado mais fraco, ou seja, a unificação das massas populares para a luta por direitos é necessária para que não sejam sempre os mais pobres os excluídos do urbano. A cidade e o espaço urbano simbolicamente são para todos, mas nem todos têm o direito à cidade igualmente, uns com muitos benefícios da cidade e outros com quase nada, uma segregação socioespacial dividida territorialmente na malha urbana da cidade.

Pensar na transformação dos processos de produção e reprodução da cidade é pensar em como modificar o sistema de produção e reprodução do capital no espaço urbano. A cidade mercadoria ou a cidade de exceção funciona como um leilão, quem pagar mais leva, no caso da cidade quem pagar ou investir em algum setor terá toda a flexibilidade e benefícios que desejar para reproduzir seu capital. Desta forma, aplica-se o neoliberalismo da forma mais livre possível, isentando-se de seu papel com a sociedade – Estado mínimo – e deixando o capital usurpar os cidadãos, com a alta cobrança de taxas, tarifas e mensalidades para os equipamentos de utilidades que deveriam ser públicas e de qualidade, como as rodovias, hospitais, escolas, transporte coletivo, saneamento, energia elétrica, dentre outros setores.

Percebe-se de fato que o espaço da cidade se tornou uma mercadoria urbana, sua transformação espacial na maioria dos casos se dá de acordo com a reprodução do capital no local. Por exemplo, a falta de um centro comercial em um determinado bairro

de alta densidade demográfica é o local certo para o capital se reproduzir através do comércio e isso, consequentemente, aumenta o custo de vida das pessoas que vivem nesta determinada região.

Quando o Estado ou a Prefeitura anunciam a construção de escola, hospital, posto de saúde, área de lazer, asfalto, saneamento, dentre outras coisas, em alguma região periférica, os valores do solo imediatamente tendem a subir; no caso das capitais, esses valores sobem exorbitantemente. Os valores dos terrenos para construção nas capitais estão supervalorizados, as Prefeituras e os Estados usam esse discurso para justificar o porquê de não construírem moradias populares para os cidadãos pobres em uma escala maior. Esse argumento sobre o alto preço dos terrenos em Itaquera foi relatado em entrevista com os membros da assessoria de imprensa do Comitê Especial para a Copa do Mundo de 2014, da PMSP, em 14 de fevereiro de 2013.

O poder do Discurso está associado a inúmeros argumentos da produção e reprodução do capital, à alienação do povo em prol do capital através da mídia conservadora e direitista, que é a principal chave do sistema neoliberal. O filósofo Michel Foucault (1996) nos faz uma reflexão sobre o poder do discurso que se fixa na sociedade.

Eis a hipótese que gostaria de apresentar [...], [...] para fixar o lugar - ou talvez o teatro muito provisório - do trabalho que faço: suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, pp.5-6).

O discurso implantado pelos grandes agentes do capital e, consequentemente, pelo Estado atende aos interesses dessas classes dominantes. Nesse sentido, o oligopólio da mídia conservadora e reprodutora de informação nacional está ligado aos interesses do capital para o consumo e para a ordem que fazem juízo de valores. No caso do Brasil, o discurso desenvolvido e aplicado na sociedade pela igreja cristã (católica, evangélica, neopentecostal etc.) é de um juízo de valor muito significativo. Muitas leis se baseiam nos valores Cristãos e, em muitos casos, não chegam a avançar socialmente devido a esses valores, como as leis proibicionistas, que apenas fortalecem a indústria bélica, a corrupção no próprio Estado, dentre outros setores. Todavia, o poder mais forte do discurso e de alienação da massa ainda continua com os detentores do Capital, que têm como forte aliado o Estado.

A não democratização e regulamentação dos meios de comunicação fundamentam a manipulação da massa populacional. É uma cadeia de informação hegemônica brasileira dividida entre poucas famílias; a desinformação, a manipulação da informação e a omissão da informação são a “melhor informação” que a maioria desses veículos de comunicação serve para a sociedade, resumindo, a manipulação política do sistema capitalista.

O poder do discurso é, sobretudo, a arma mais valiosa que o Estado e a burguesia tem para controlar a massa. Para eles, nada melhor do que alienar a sociedade através de seus meios de comunicação e pela educação pública de péssima qualidade que o próprio Estado constrói. Desta forma, fazem acreditar que o discurso neoliberal aplicado seja uma verdade absoluta, mesmo existindo as crises. A aplicação do discurso neoliberal dos Estados Unidos da América (EUA) no Brasil durante décadas foi marcada por uma geração que ainda acredita que o mercado capitalista regula a distribuição do capital entre as pessoas, quando na verdade é o Estado que regula, embora de acordo com seus interesses, vide a crise urbana de 2008 nos EUA, a qual nos mostrou que o mercado livre gera crises e desigualdades, tendo que recorrer aos cofres públicos para amenizar o rombo financeiro do mercado.

Com uma massa populacional alienada e conformada com o discurso do medo (aplicado pela mídia direitista e pelo Estado) nas cidades, o cidadão não consegue enxergar a saída para a pobreza e para uma maior e melhor distribuição de renda, tanto no sentido do dinheiro quanto no sentido de benfeitorias públicas para a cidade. Além disso, existe uma repressão muito forte por parte do Estado para que as pessoas não se manifestem mais nas ruas, prisões arbitrárias, flagrantes forjados, justiça comprada, dentre outras inúmeras coisas. O Brasil voltou a ter presos políticos por causa das lutas sociais. No próximo subcapítulo será discorrido sobre o tema “As Manifestações Populares” e nele falaremos sobre a luta contra o processo de desencadeamento da Copa do Mundo no Brasil.

Se não bastasse alienar e reprimir, o Estado, ao lado da elite burguesa, extermina o pobre de diversas formas, como através da segregação socioespacial e do discurso do consumismo, fazendo com que as pessoas aceitem tudo o que o interesse do grande capital quer e deixando de lado as necessidades básicas de vida. O que fazer para resolver este problema? Acreditamos que transformar os processos de forma mais justa, sem acumulação de bens e de capital é a melhor forma. Como fazer? Através da luta popular, da grande massa, das multidões tomando conta das ruas, acabando com esse

modelo de mercado capitalista que está imposto através do neoliberalismo e gerando uma maior distribuição de renda.

Atualmente as políticas públicas impostas pelo Estado são políticas de curto prazo, são quase nulos os projetos e os pensamentos de políticas de longo prazo. Tudo é pensado em torno da eleição. Tanto na questão municipal quanto na questão Estatal, o planejamento urbano é feito com projetos que visam ao período das eleições, projetos de curto prazo com pouca eficiência urbana. Praticamente não existe um planejamento urbano com políticas de longo prazo que interpretem o espaço urbano como um bem coletivo e não como um bem privado. Alguns exemplos disso são o uso do automóvel particular inflando as ruas, a segurança pública realizada pela PM, cuidando dos interesses privados (comércios em geral, residências de alto padrão etc.), os sistemas de educação e de saúde privados sendo administrados por grandes corporações etc. Além disso, temos diversos ocorridos de usos dos espaços públicos para empresas privadas fazerem festas, gravações, eventos etc., utilizando a verba pública para apenas uma parcela seletiva da alta classe. Os equipamentos urbanos e o espaço público, que deveria ser de uso coletivo e público, são sucateados e planejados exclusivamente para o uso privado, desta forma firmando as políticas neoliberais e visando à reprodução do capital através das condições urbanas.

Planejar o espaço urbano para o uso coletivo da sociedade é fortalecer o planejamento urbano para todos e não apenas para uma parte da sociedade que pode pagar pelo seu uso privado. É preciso um planejamento horizontal, em que o pobre tenha os mesmos benefícios que o rico e que tenha as mesmas benfeitorias públicas na periferia.

O poder do Capital perante o planejamento urbano da cidade é extremamente rígido e maciço. O planejamento da cidade é realizado com o intuito de reproduzir o capital, tanto na esfera das classes sociais de baixa renda quanto das classes sociais de alta renda, nestas mais como um fetichismo da mercadoria, o espaço urbano. Quando a cidade passa a ser analisada como uma mercadoria, que de fato acontece atualmente, alguns bairros tradicionais e de boa localização em relação às áreas centrais passam a ser o fetiche espacial da cidade, nesses locais os valores do solo urbano se supervalorizam e o consumo local também. Ainda não é o caso de Itaquera ser tratado como um bairro tradicional ou onde seu espaço é considerado um fetiche urbano, mas com o decorrer do tempo tende-se a acontecer isso por conta da sua centralidade e localidade na ZL da cidade de São Paulo.

Fazendo uma análise sobre a superação deste modelo de desenvolvimento urbano imposto nas cidades até hoje, a Professora Raquel Rolnik (2014)³⁸ da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU – Universidade de São Paulo – USP – diz em um evento realizado pela Revista Carta Capital, “Diálogos Capitais”, que este modelo de desenvolvimento urbano que nos conduziu até hoje está absolutamente superado. Rolnik (2014) fala sobre a natureza dos obstáculos que precisam ser superados para poder superar este modelo imposto e construir um novo modelo de planejamento, ela refere esta natureza dos obstáculos em seis desafios bem complexos para superar a precariedade das cidades.

O primeiro desafio é o da Inclusão Territorial, podemos dizer que é o desafio estruturador da cidade. Temos que superar a ambiguidade da inclusão territorial dos pobres, da população de baixa renda, dos trabalhadores, isto é, ir além do modelo de urbanização que foi estabelecido e dirigiu a cidade nos anos de rápido crescimento urbano (êxodo rural). Priorizou, de um lado, o espaço da produção – aqueles que geram os empregos –, além disso priorizou também o espaço da residência, do consumo das elites e dos setores de maior renda. Desta forma, negligenciando totalmente a necessidade de produção de cidade para as maiorias. Essa negligência determinou as maiorias, a classe trabalhadora explorada, os que movimentaram essa máquina de produção, a construção num lugar ambíguo, chamado de forma genérica de periferia, a favela, a qual foi auto produzida pelos trabalhadores nas piores condições possíveis, constituindo, assim, uma natureza de transitoriedade permanente (ROLNIK, 2014).

A periferia, as favelas existem para ficar ou serão removidas? Irão permanecer e serem consolidadas ou vão desaparecer? No contexto urbano atual, são transitórias, porém existem há mais de cem anos. Não será um lugar definitivo, entretanto, se consolidou visivelmente como cidade. É uma espécie de fora e dentro das cidades permanentes (ROLNIK, 2014).

Fazendo uma ligação da classe trabalhadora explorada com o processo de democratização do país, pós Ditadura Militar, nas décadas de 1980 e 1990, percebemos que esse processo foi muito importante, a inclusão dos moradores da periferia como votantes, isto é, como sujeitos políticos, mas não como integrantes da cidade. O voto nessa conjuntura se transformou num dos mais relevantes elementos de permanente

³⁸ Debate aberto em comemoração aos 20 anos da Revista Carta Capital. Diálogos Capitais; Metrôpoles Brasileiras – O futuro planejado. Urbanismo e Cidades Inteligentes: As Metrôpoles Possíveis. Realizado no dia 21/julho/2014, local Hotel InterContinental, São Paulo/SP. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/dialogos-capitais>. Acessado em: 19/agosto/2014.

negociação, da estadia ou não, e de que aspecto esses lugares foram constituídos. Portanto, paradoxalmente, a democracia estabeleceu esse modelo de transitoriedade permanente e de ambiguidade permanente, um exemplo disso é a experiência das favelas. Urbanizadas ou removidas? Urbanizadas e removidas, mas tudo depende de qual será o projeto urbano que será imposto na conjuntura do momento, sem cogitar minimamente os direitos das pessoas que vivem ali nesses territórios (ROLNIK, 2014).

Ao pensar o ciclo econômico mais recente, referindo-se à era Lula, a qual incluiu os moradores desses territórios (periferias) – as grandes maiorias (os trabalhadores, os mais pobres, nas esferas do consumo) – o resultado foi de um lado o ingresso de novos usuários dos espaços originalmente designados para a circulação restrita das classes médias. Exemplo disso é a presença de muito mais carros e motocicletas compartilhando o espaço das ruas, o acesso ao consumo através do crédito fez com que a população de classe baixa consumisse os/nos espaços que eram destinados à classe média e classe alta. Mas não rompeu com o modelo de cidade. A inclusão via consumo exacerbou e tornou mais aparente a crise urbana, no alcance em que ela incluiu sem incluir. Esse novo modelo de estrutura incluiu dentro de uma estrutura excludente, em que os novos excluídos meramente não cabem (ROLNIK, 2014).

Fechando o pensamento sobre o primeiro desafio, Rolnik (2014) diz: “o primeiro grande desafio é o desafio de romper com o modelo da cidade excludente e achar que é possível, necessário e desejável construir cidades para todos (ROLNIK, 2014)”.

Rolnik (2014) coloca que “o segundo desafio para a política urbana é romper com a prática do controle da política urbana pelos negócios urbanos (ROLNIK, 2014)”. Os negócios urbanos dizem respeito às grandes concessionárias de serviços públicos, como ônibus, como o lixo, abastecimento de água, telecomunicações, energia, as empreiteiras de obras públicas e os titulados *wills starters*, às incorporadoras, construtoras, ao circuito imobiliário na cidade. Esses são, de longe, os grandes financiadores das campanhas dos políticos que são fundamentais no processo determinante sobre as políticas urbanas, são eles os grandes controladores da política urbana e do grande capital em todo país. Desta forma, isso está relacionado ao modelo político, modelo de financiamento de campanha e ainda que seja uma questão urbana está definitivamente atrelada à questão de como se organizam os partidos (ROLNIK, 2014).

O terceiro desafio é o do planejamento. Ao pensar em termos urbanísticos, temos que ser cientes de que nenhuma política urbana efetivamente transformadora e sustentável é capaz de ser implementada em um curto prazo de tempo, não existe. A transformação urbanística começa com 15 anos, 20 anos de implementação. Não existe nenhum milagre para resolver os problemas urbanos em políticas de curto prazo. Ao pensar as políticas atuais do planejamento urbano, isto é, a condução planejada da transformação urbanística, ela topa com um bloqueio definitivamente forte no curto prazo, imprescindível para que obras sejam inauguradas em menos de quatro anos, para marcar a administração de um prefeito, de um governador, o que evita as reformas mais complexas e que os temas mais complexos sejam enfrentados, porque eles demandariam um longo tempo de formulação e implementação. Desta forma, colocamos esse desafio como uma superação muito importante que se depara no campo político e na relação entre a política e a administração (ROLNIK, 2014).

O quarto desafio é o do financiamento do desenvolvimento urbano. O princípio atual de financiamento é um modelo em que basicamente os municípios são submetidos às transferências voluntárias do Governo Federal dentro desta área. De um lado, os municípios, ainda que sejam autônomos, não ampliam sua base fiscal, que de fato é a grande fonte de financiamento do desenvolvimento urbano em todos os países mais desenvolvidos, que têm uma política urbana mais desenvolvida. Temos o exemplo da crise do IPTU em São Paulo em 2014, quando o prefeito reformulou a cobrança do IPTU para aumentar os seus recursos próprios. Os moradores da periferia – com pouca infraestrutura urbana – iriam pagar menos ou nada e os moradores dos bairros mais consolidados com infraestrutura urbana melhor iriam pagar mais, levando em conta a espacialidade territorial e infraestrutura urbana de cada lugar.

O pensamento que fica por parte dos que conduzem as políticas urbanas é de que o município não deve fazer nenhum esforço fiscal porque perde a sua base de votantes. Do outro lado, o Governo Federal oferece como forma de financiamento a construção de casas, construção de vias, de redes, dentre outras, mas não financia uma máquina cidades, que não existe. A política urbana no campo do Governo Federal é setorializada, em setores categoricamente desconectados um do outro, e as políticas urbanas do Governo Federal são máquinas de produção de objetos inauguráveis e não de urbanidade, em que existe uma forma integrada entre os setores de desenvolvimento das cidades (ROLNIK, 2014).

O quinto desafio é o desafio federativo. O modelo que o Brasil tem de federação é basicamente Município, Estado e União e esse modelo não dá conta da complexidade do problema, da realidade sócio-política-territorial local, principalmente para metrópoles. Por um lado, temos regiões como as metrópoles que não são uma soma de municípios no papel, mas são geridas como se fosse. Neste caso, temos uma megacidade como São Paulo que não tem estrutura de gestão à altura da complexidade de uma gestão de megacidade. Para exemplificar a forma de gestão de megacidade nos países mais desenvolvidos temos Tóquio, a qual chega a ser um Estado no Japão, assim como Frankfurt é um Estado na Alemanha. Com esses exemplos podemos pensar a dimensão e a complexidade de gestão de uma metrópole. De outro lado, temos os municípios pequenos do interior, que tampouco são autônomos, necessitando também de outro tipo de gestão para apoiá-los no desenvolvimento urbano e regional. Isto é, o Brasil tem um pacto federativo subdesenvolvido, pensando na gestão administrativa e territorial das cidades e é fundamental superar e desenvolver esse pacto federativo, para que se possa ter uma nova gestão metropolitana no país, capaz de dar conta da diversidade territorial (ROLNIK, 2014).

O sexto desafio está no âmbito da cultura urbana e da cultura política do país. É o desafio da construção do lugar do público. Qual é o lugar do público? Deixamos claro que a cidade não deve ser uma soma de empreendimentos formais e informais, que no caso é o que acontece. O espaço público deve ser o elemento estruturador da cidade, o elemento que liga os diversos setores e classes, o que constrói a cidade. Temos que ter a ideia das dimensões públicas da vida urbana, no sentido de que existe o que chamamos de transporte público, de escolas, os equipamentos culturais, como algo que a cidade oferece independente da renda e de quem possa acessar, oferecendo para todos um alto grau de qualidade nos serviços e nos espaços. Isso é o que determina a dimensão pública da cidade. Mesmo sabendo disso, nós não fomos capazes de fazer até hoje um espaço público para todos (ROLNIK, 2014).

Rolnik (2014) faz uma conclusão da ordem dos seis desafios. Os desafios são do âmbito de uma reforma do Estado na área urbana. Uma reforma do Estado que não ocorreu, uma reforma do Estado que não realizamos durante o andamento da democratização e apresentamos uma estrutura de gestão do urbano que é definitivamente análoga à estrutura de gestão do urbano que tínhamos durante o período autoritário da Ditadura Militar. Inacreditavelmente, nós não renovamos o Estado nessa área, não fizemos uma reforma urbana (ROLNIK, 2014).

Uma reforma urbana é algo da natureza dos desafios complexos, envolvendo decisões no âmbito da estrutura política, da reforma política, da reforma das estruturas administrativas. Mas acreditamos que a nossa sociedade e as nossas cidades já estão maduras o suficiente para quererem enfrentar finalmente essa questão (ROLNIK, 2014).

Fazendo uma ligação dos desafios que a Professora Raquel Rolnik (2014) nos colocou com a problemática abordada neste subcapítulo – a transformação dos processos –, temos em mente que a reforma urbana virá com a luta popular, as massas exigindo melhores condições de vida nas cidades. As manifestações são um sinal bem claro desse processo. O veículo de luta popular tange uma transformação política das políticas urbanas implementadas nas cidades. Tanto Itaquera quanto qualquer outra periferia da cidade de São Paulo necessitam de mais investimentos no campo do espaço público e um maior e mais complexo planejamento urbano, que não seja de curto prazo e apenas com objetos inauguráveis, e sim um planejamento que seja de longo prazo visando suprir a necessidade – o direito à vida e o Estado de bem-estar social – dos povos que ali vivem.

As massas populares, a classe trabalhadora, os que vivem na periferia e são deixados de lado e/ou usurpados pelo Estado, devem manifestar-se por melhores condições de vida, devem lutar por seus direitos que são constitucionais e não são cumpridos pelo Estado. Só a luta por uma transformação social mais digna pode mudar esse modelo de urbano que nós temos hoje, segregacionista. O povo nas ruas é a representação do instrumento de luta para a classe trabalhadora excluída pelo sistema, esse movimento é necessário para alavancar a reforma urbana.

Mostraremos alguns depoimentos dos moradores de Itaquera para registrar e comprovar os fatos e a luta por moradia³⁹. O Comitê Popular da Copa em São Paulo teve papel primordial junto aos movimentos de moradia e de outros movimentos sociais para articular e organizar a luta dos que sofrem com o desprezo do Estado na questão da moradia e dos direitos humanos básicos.

Tita Reis, membro das “Comunidades Unidas de Itaquera” e do “Grupo Dolores Boca Aberta” diz um pouco sobre o processo de transformação do bairro, sobretudo da Comunidade da Paz.

³⁹ Entrevista na íntegra no vídeo “Debate Bola – Comunidade da Paz”, concedida no dia 20 de abril de 2013, organizado pelo Comitê Popular da Copa em São Paulo, na Comunidade da Paz em Itaquera. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kXnI0V9Ps1M&feature=share>. Acessada em: 23/outubro/2014.

A Copa do Mundo vai servir para quem? Pra que está sendo construído todas essas obras viárias? A especulação imobiliária tem ocorrido no bairro de Itaquera. Milhões e milhões gastos com estádio, enquanto a gente tem aqui uma comunidade do lado do estádio que está sendo ameaçada de remoção, não tem os direitos garantidos. A promessa de moradia de casa própria não chegou para essa comunidade. O pouco que a gente está tentando fazer aqui é, junto com a comunidade pressionar o poder público na luta pela moradia que é um direito de todo mundo da cidade (Tita Reis, informação verbal).

Valter de Almeida Costa, de Itaquera, diz um pouco sobre a luta dos moradores da Comunidade da Paz.

Então a gente espera que haja uma rápida reunião com a Secretaria de Habitação para saber a final de contas se há um projeto de moradia para essas famílias. Os moradores daqui estão fazendo um levantamento das moradias vazias (da região de Itaquera), dessas unidades que não estejam ocupadas. Por que estão sendo feitas essas pesquisas por moradores que estão aqui (Comunidade da Paz)? Porque não querem ganhar os trezentos reais do vale despejo, não querem tentar arrumar um aluguel sabe-se Deus lá onde para pagar trezentos reais. Querem uma casa por outra casa. Por isso, os próprios moradores estão se organizando, isso que é importante (Valter de Almeida Costa, informação verbal)⁴⁰.

Os depoimentos mostram a situação em que os moradores se encontravam no período que antecedia a Copa do Mundo, uma pressão muito grande para o despejo, falta de informação, uma situação de desespero por conta dos moradores que não sabiam o que poderia acontecer naquele período. Poderiam ser despejados a qualquer momento, iguais às outras comunidades das outras cidades sedes da Copa do Mundo, o exemplo mais escancarado foi a cidade do Rio de Janeiro. Mas a união dos movimentos sociais, juntamente com a união e organização dos moradores da Comunidade da Paz, por via da Associação dos Moradores, conquistou a vitória do direito pela moradia. A PMSP no dia 24 de abril de 2014, véspera da Copa do Mundo, incluiu as famílias da Comunidade no programa de habitação do município⁴¹, no qual todas as famílias serão realocadas para outros imóveis em Itaquera até o ano de 2017, pagando o imóvel de

⁴⁰ Discurso feito no período em que não havia nenhuma notícia ou informação sobre qual seria o futuro da Comunidade da Paz em Itaquera, sabendo apenas que a Comunidade seria desapropriada para construção do Parque Linear Rio Verde.

⁴¹ Famílias da Vila da Paz serão incluídas em programa de habitação - Primeiro grupo deve ser realocado em Itaquera ainda no primeiro semestre de 2015. Por Secretaria Executiva de Comunicação da Prefeitura Municipal de São Paulo, 24/abril/2014. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/porta1/noticia/2183/#ad-image-0>. Acessado em: 24/outubro/2014.

acordo com a renda de cada família. Mesmo com essa vitória dos moradores da Comunidade da Paz, a luta por moradia e pelo direito à cidade do povo de Itaquera não acabou. A luta pelo direito à cidade deve acontecer sempre que necessária pelos povos de Itaquera e da periferia em geral, e é isso que os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil nos mostram e devem continuar mostrando a cada dia, com conflitos ou não.

No próximo subcapítulo (4.3.), será abordado como o Estado reprime o direito de manifestar-se contra os atos que ele reproduz no e pelo sistema. Sabemos que a voz do povo nas ruas é exclusivamente um pedido de transformação do sistema. A repressão e violência realizadas pela PM contra o povo é a forma mais banal que o Estado encontra para tentar calar a boca do povo, muito sangue é derramado, muitas vidas são perdidas pela luta, tudo por uma justiça social que não olhe apenas para as classes ricas, os dominantes, e sim para todos, de forma igual e sem preconceitos, dando as mesmas condições de vida e sendo uniforme e horizontal, no sentido de não haver diferenciação entre ricos e pobres, homens e mulheres, brancos e negros. Um Estado de bem estar social para todos.

4. 3. As Manifestações Populares: Contra o processo de desencadeamento da Copa do Mundo - Pelo Direito à Cidade e à Vida

Esse subcapítulo diz respeito às manifestações populares que vieram à tona no Brasil em 2013 e 2014, principalmente na cidade de São Paulo. Não poderíamos deixar passar em branco essa discussão, esse assunto foi um dos mais repercutidos na mídia nacional e na sociedade como um todo. As manifestações que tomaram conta das ruas da cidade durante o período que antecedeu a Copa do Mundo foram de proporções significativas para que este subcapítulo viesse a compartilhar e descrever sobre esse processo de resistência.

A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas organizou-se politicamente para combater as irregularidades sociais e urbanas que o poder estatal usou frente aos megaeventos esportivos no Brasil, tais como Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016. Durante o período que antecedeu a Copa do Mundo e no período que antecede as Olimpíadas foram defendidas nove pautas, publicadas no site do Portal Popular da Copa e das Olimpíadas⁴². São elas:

1. **Participação / Consultas Públicas:** As ações e obras propostas no âmbito dos megaeventos devem ser objeto de amplas consultas e audiências públicas, e os posicionamentos e recomendações definidos nesses espaços devem orientar as ações, garantindo a efetiva participação popular.
2. **Transparência e acesso à informação:** Os planos, projetos, cronogramas, convênios, contratos e ações promovidas no âmbito da Copa e Olimpíada devem ser de domínio público.
3. **Orçamento:** Os orçamentos devem ser publicizados e sua execução acompanhada pela sociedade civil. Nenhuma política social, urbana e ambiental pode sofrer cortes em função da necessidade de direcionar recursos para as obras relacionados aos Jogos.
4. **Direitos trabalhistas:** A construção das infraestruturas e equipamentos, bem como todos os serviços relacionados aos jogos devem respeitar os direitos trabalhistas, possibilitar a

⁴² Portal Popular da Copa e das Olimpíadas: Articulação Nacional. Carta da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. Disponível em: http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=366&Itemid=279. Consultado em: 27/agosto/2014.

inclusão na formalidade do maior número possível de trabalhadores e não perseguir ou criminalizar ambulantes e trabalhadores/as informais, camelôs e artesãos.

5. **Despejo ZERO na realização da Copa e Olimpíada:** Para a realização das obras e dos eventos não devem ocorrer remoções e despejos forçados. Os megaeventos devem realizar obras que prioritariamente proporcionem melhoria na qualidade de vida das pessoas, principalmente, daquelas que se encontram em situação de desigualdade social, garantindo o direito à moradia e o direito à cidade a todos e todas, respeitando a legislação nacional e as recomendações e tratados internacionais.
6. **Não a outras violações de Direitos Humanos:** As ações de segurança e intervenção urbanística devem respeitar os direitos humanos, com a intenção de melhorar a realidade urbana e as condições de vida de populações vulneráveis como moradores/as de assentamentos informais e cortiços, mulheres, crianças e adolescentes, trabalhadores/as informais, comunidades indígenas e afrodescendentes, população em situação de rua, artistas populares, dentre outros.
7. **Legado social e Ampliação de direitos:** O saldo final dos investimentos e políticas de incentivos praticados para viabilizar os megaeventos deve ser de um legado sócio urbano e socioambiental positivo para toda a sociedade de modo que sejam ampliados os direitos humanos, civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais. Para tanto, deve ser construído um Plano de Compromisso em diálogo com as organizações não governamentais, movimentos sociais e comunidades afetadas.
8. **Repúdio à “cidade de exceção”:** A realização das obras deve observar e aplicar os princípios que constam no Estatuto da Cidade, na Constituição Federal e nos tratados e acordos internacionais, permitindo, assim, a construção de cidades justas, democráticas, sustentáveis e inclusivas e a garantia de direitos historicamente conquistados, além de evitar o endividamento externo e o subsídio às grandes empresas.
9. **Em Defesa de uma política esportiva e cultural:** Cultura e esporte são elementos essenciais na formação das pessoas. Toda cidade deve ter um amplo projeto de incentivo à cultura popular e ao esporte comunitário. Buscar a integração da saúde, educação e lazer. Defendemos projetos populares e de longo prazo, com investimentos na base em todas as áreas do esporte e da cultura.

(PORTAL POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2014)

Frente às pautas defendidas pela Articulação dos Comitês Populares da Copa e de outras organizações políticas, a população foi às ruas lutar por seus direitos.

Afinal, o Estado abre exceção para o Grande Capital e não cumpre o dever de casa em relação às políticas sociais que afetam as classes sociais mais baixas. A Copa do Mundo no Brasil foi a mais cara da história das Copas, gastaram-se R\$ 28 (vinte e oito) bilhões de reais, mais do que a soma das últimas duas Copas, para termos ideia de quanto foi abusivo esse megaevento (GARCIA, 2014, p.25).

Para articular melhor a questão das manifestações, vamos fazer uma análise geral do fortalecimento destas no Brasil. No ano de 2013, a maioria das capitais brasileiras aumentou o preço da passagem do transporte público, nesse contexto o Movimento Passe Livre (MPL) se organizou mais uma vez e foi às ruas protestar contra o aumento da passagem. Este momento era o período que antecedia à Copa das Confederações no Brasil. As manifestações chamadas pelo MPL tomaram grande repercussão nacional quando a repressão da PM foi extremamente abusiva do ponto de vista da força. A PM atirou bombas de gás, bombas de efeito moral, balas de borracha, a cavalaria e motocicletas atropelando civis. Nem a imprensa passou em branco nessas manifestações, com centenas de repórteres feridos. Desta forma, a imprensa conservadora e direitista que se colocava contra as manifestações até aquele momento presenciou o abuso da força pela PM, foi quando mudou o discurso da mídia. O alvo passou a ser o Estado pelo abuso da força. Mas o Estado não recuou em nenhum momento, manteve a repressão cada vez mais forte e gastou milhões de reais com a indústria armamentista. O GESP gastou o montante de “R\$ 35 milhões na compra de 14 veículos blindados com capacidade de atirar jatos d’água, gás lacrimogênio e tinta em pessoas até 60 metros de distância (GARCIA, 2014, p.25)”. Ao invés de investir nos equipamentos públicos e nas políticas sociais que eram reivindicadas, o Estado gastou dinheiro público com a guerra urbana, de modo a financiar a indústria armamentista, também financiador de campanhas eleitorais, sendo assim um ciclo vicioso de criminalização tanto de civis quanto de movimentos sociais.

As reivindicações nas ruas não eram somente pelo aumento da passagem ou para dizer que não queriam os megaeventos no Brasil. As manifestações eram pela questão urbana que sempre foi deixada de lado pelo Estado. A Professora Ermínia Maricato (2013) da FAU/USP nos traz seu posicionamento sobre essa realidade que vivemos no ano de 2013 quando o Brasil levou mais de 1 (um) milhão de pessoas nas ruas para protestar por melhorias urbanas e sociais.

Para os que acompanhavam e estudavam a veracidade das cidades brasileiras, não estranharam as manifestações que abalaram o Brasil em junho de 2013.

Porventura a classe de jovens, geralmente de classe média, que concebia a maioria dos manifestantes, demanda uma explicação um pouco mais elaborada, já que foi precedida dos movimentos fortemente apoiados nas redes sociais. Porém, no Brasil é impossível dissolver as principais razões objetivas e subjetivas desses protestos da condição das cidades. Tal cidade que é ofuscada por uma esquerda que não enxerga a luta de classes e por uma direita que pleiteia tudo na especulação imobiliária e no assalto ao orçamento público com os superfaturamentos. Para completar o pensamento, vale a pena lembrar que existe uma conexão e uma lógica estrutural já amarrada entre legislação urbana, serviços públicos urbanos (terceirizados ou não), obras de infraestrutura e financiamento de campanhas eleitorais, desta forma percebe-se que os problemas relacionados à cidade envolvem um campo de circulação do grande Capital e de uma governança interessada nessa circulação, seja politicamente, seja economicamente (MARICATO, 2013, p.19).

Seguindo Maricato (2013), refletimos que o principal local da reprodução da força de trabalho é nas cidades. Entretanto a melhoria da qualidade de vida do trabalhador não é necessariamente uma melhoria nos salários ou uma melhor distribuição de renda. Uma melhor qualidade e melhores condições de vida dependem, amiúde, de políticas públicas urbanas – coleta de lixo, educação, iluminação pública, lazer, moradia, saneamento, segurança, saúde, transporte, dentre outras coisas. Isto é, a cidade não é apenas um lugar, o suporte ou o chão para fornecer a reprodução social da população. “Suas características e até mesmo a forma como se realizam fazem a diferença (MARICATO, 2013, p.19-20)”.

Além de tudo, a sociedade vive na maioria, em cidades divididas, fragmentadas e propensas ao conflito. O modo pelo qual assistimos nosso mundo e o modo pelo qual deliberamos suas alternativas estão quase sempre associados ao lado de onde nos encontramos. A globalização e a reviravolta em direção ao neoliberalismo aumentaram, ao invés de diminuir, as desigualdades sociais. “O poder de classe foi restaurado às elites ricas⁴³ (HARVEY, 2013, p.28)”. As implicações se realizaram de maneira indelével e determinante nas formas espaciais de nossas cidades, desta forma, a cada dia que passa, as cidades tornam-se “fragmentos fortificados”. Percebe-se que ao longo dos últimos trinta anos de reestruturação neoliberal há um desenvolvimento geológico desigual, tanto internamente quanto entre as cidades. As cidades “globais” do

⁴³ David Harvey. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

capitalismo neoliberal são divididas socialmente entre elites financeiras e a grande massa de trabalhadores de baixa renda, que se fundem aos marginalizados e desempregados (HARVEY, 2013, pp.28-29).

“O direito à cidade não é um presente (HARVEY, 2013, p.34)”. O direito à cidade deve ser tomado pelo movimento político das classes menos favorecidas, os pobres. “A luta pelo direito à cidade merece ser realizada. Deve ser considerada inalienável. A liberdade da cidade ainda precisa ser alcançada. A tarefa é difícil e pode tomar muitos anos de luta (HARVEY, 2013, p.34)”. Os movimentos sociais também têm sua representatividade na luta pelo direito à cidade, são longas e duras as histórias e trajetórias do Movimento Passe Livre, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, do Movimento Feminista, do Movimento Negro e tantos outros movimentos. Ainda que em muitas vezes encerrados em suas realidades particulares ou aliciados pelas comissões oficiais que nada determinam a não ser fumaça e retórica, são os movimentos sociais que trabalham o tecido social de nossas cidades. A pluralidade dos grupos culturais, em que todas as tribos e coletivos, através de diversas formas de expressão, mais ou menos transgressoras, emergem contra um sistema social e uma cidade que lhes negam lugar e passagem no espaço urbano (VAINER, 2013, p.40).

São esses movimentos e dinâmicas que vêm agora a tona. Trazem para nossas cidades e para a esfera pública o frescor do que ainda não foi contaminado pela ideologia do empreendedorismo e do individualismo competitivo que pretendem a totalidade da vida social. Desafios pela cidade de exceção, pela cidade-empresa e pela democracia direta do capital, eles agora as desafiam. Querem outra cidade, outro espaço público. A convulsão social em que o país e suas cidades foram lançados abre extraordinárias possibilidades de interpelação e transformação. Mas nada ainda está decidido. O jogo está aberto. A história nos revisita, nos pisca o olho e nos lembra de que outra cidade é possível (VAINER, 2013, p.40).

Ao pensar junto a Vainer (2013), analisamos que o urbano passa por uma transformação nos processos. A globalização e as políticas nacionais em diversos setores que envolvem as cidades estão pulsando por uma transformação que seja mais justa socialmente para todos. Porém o mercado não se ajusta às necessidades espaciais para todos no que se refere às políticas que envolvem a qualidade de vida dos moradores da cidade, o mercado fragmenta o espaço e segrega as pessoas. A cidade virou uma mercadoria, só vive em uma área com infraestrutura desejável do ponto de vista do direito à vida quem tem dinheiro para pagar. O tecido urbano foi fragmentado

em diversas áreas nas quais cada porção do espaço tem um preço, e as porções com preços mais baixos – as periferias – são usurpadas pelo mercado imobiliário cada vez mais, Itaquera é o exemplo concreto disso.

A luta por uma Justiça Social nas cidades (HARVEY, 1980) vem crescendo a cada dia que passa pela classe trabalhadora, oprimida pelo Estado e pelo Capital. Os movimentos políticos de esquerda e os movimentos sociais e culturais estão fazendo sua parte na luta pelo Direito à Cidade (LEFEBVRE, 1991). No contexto das lutas urbanas, é relativamente pequeno o número de participantes em relação à totalidade do número de pessoas que vivem nas cidades (em porcentagem), porém sabemos que é extremamente importante a participação de todos esses movimentos nas mobilizações que envolvem as transformações dos processos das políticas urbanas, e que é muito significativo o número crescente de manifestantes nas cidades brasileiras.

As manifestações que ocorreram durante os anos que antecederam a Copa do Mundo no Brasil abarcaram diversas questões do âmbito urbano. Todos os movimentos sociais e políticos que organizavam as manifestações se colocavam contra o processo de desencadeamento da Copa do Mundo no Brasil, no argumento que ainda existe muito para ser feito para os menos favorecidos e o capital investido no evento foi para as grandes instituições, corporações e incorporadoras. Fazendo uma análise geral do evento, ele não foi designado para todos, no geral foi para a classe média, classe alta e turistas estrangeiros. A maioria da população não fez parte dessa grande festa. A Copa do Mundo foi marcada por um superfaturamento em todas as obras, foi a Copa mais cara de todas, isso desestimulou muitas pessoas com o evento. Mas mesmo assim foi um megaevento realizado com sucesso para o Governo e para o Grande Capital. O povo foi suprimido com a repressão da PM em todas as capitais que sediaram os jogos, houve muitos presos políticos e um excesso de violência por parte da PM.

Um dos legados que ficou dessa Copa do Mundo foi o “cartão verde” que o Estado deu para a PM reprimir a população que se manifesta contra suas políticas. A PM que mostra desde a Ditadura Militar, ou até mesmo antes, sua violência com a população mais pobre e principalmente negra. Os fatos mostram que ela teve seu aval decretado pelo Estado para agredir, prender e matar da forma que achar necessário. Foi o maior abuso de violência por parte do Estado desde o período de Democratização no país. Nenhum policial foi preso por atitudes criminosas aos Direitos Humanos, tudo foi encoberto pelo Estado, principalmente na parte judicial.

As manifestações no geral eram pacíficas, no âmbito de lutar sem agredir o próximo. Porém, com a violência da PM não se podia apenas apanhar e nesse momento começou uma guerrilha urbana entre População x Estado. O Estado sendo representado pela PM e a População sendo representada pelos manifestantes. A violência no geral sempre começava por parte da PM, sejam fardados ou infiltrados à paisana, dos quais vários policiais foram identificados dentro das manifestações para incitar a violência. Os registros realizados pelos manifestantes, imprensa, coletivos sociais são as provas do abuso do poder pela PM. Os coletivos sociais, Mídia Ninja e Advogados Ativistas, foram os que mais registraram as manifestações e o excesso de violência por parte do Estado, nesses registros fica claro e bem explícito o Estado de exceção (AGAMBEN, 2004) em que o Brasil entra em prol do Grande Capital⁴⁴.

A grande mídia conservadora e direitista usufruiu do seu grande poder de articulação de notícias para distorcer muitos fatos acontecidos nas manifestações e manipular muitas pessoas que não têm nenhuma formação política. As notícias percorridas pela grande mídia e os depoimentos mentirosos dos representantes do Estado, inclusive dos Governadores, fizeram com que uma grande maioria da população ficasse contra os civis que lutam por melhores condições de vida nas cidades, pelo direito à cidade e à vida. As palavras “vândalo e marginal” foram marcadas como sinônimos de manifestantes e ficou na boca do povo por conta da mídia elitista. Atribuir o sinônimo de vândalo e marginal aos manifestantes foi uma grande jogada do Estado e da mídia elitista para ajudar a esvaziar as manifestações, juntamente com a repressão da PM que não aliviou nenhum pouco em relação ao poder excessivo da força contra os civis.

A violência que o Estado reproduz através da PM reflete na sociedade o poder autoritário. Contudo, as pessoas reproduzem a violência no seu contexto social sem pensar que está na posição de opressor. A violência doméstica é o exemplo mais claro disso. O excesso de violência reproduzido pelo Estado e os seus posicionamentos políticos em referência às políticas sociais se resumem à segurança pública e policiamento militar nas ruas. Não há uma política educacional e infraestrutural permanente e digna para sanar os obstáculos que a sociedade e a cidade necessitam de fato. Desta forma, a reprodução da violência acaba se dando de forma cotidiana na vida

⁴⁴ Consultar os vídeos nos sites: Mídia Ninja (<https://ninja.oximity.com/>) e Advogados Ativistas (<http://advogadosativistas.com/category/videos-2/>).

das pessoas, seja de forma física, de forma verbal, racial, cultural, sexista, homofóbica e machista.

Resumindo, todas essas formas de violência se tornaram atos banais, porém “normais” na sociedade, principalmente quando o Estado, a grande mídia elitista e as organizações religiosas interferem nos casos com um discurso distorcido, conservador e manipulador. Eles têm o poder do discurso (FOUCAULT, 1996) nas mãos e influenciam os pensamentos de milhares de pessoas. Desta forma, a configuração política da sociedade acaba virando uma tremenda “salada de frutas”, em que o pobre acaba sendo influenciado pela Direita e pelos conservadores por não ter uma formação educacional e política necessária para distinguir os fatos e acontecimentos. Muitas vezes fica contra a população que está lutando por melhores condições de vida para ele mesmo e por vezes acaba reproduzindo o discurso de opressão aos civis que estão na luta por direitos. É esse tipo de cidadão que agrada as políticas do Governo, o cidadão que reprime a luta social dos menos favorecidos (os pobres), e que é facilmente cooptado pelo discurso hegemônico do Estado e do Grande Capital.

Para que haja de fato uma sociedade que tenha um posicionamento político coerente e que não vise a políticas individualistas e sim coletivas, necessitamos de um avanço educacional maior no país. Um ensino que tenha a sua base de formação sólida e que faça necessariamente as pessoas pensarem e refletirem sobre diversos assuntos que envolvem a sociedade em geral. Desta forma, dificilmente teremos pessoas que sejam contra o ato de se manifestar por melhorias sociais e contra os manifestantes.

Figura 38: Manifestação Copa pra quem?⁴⁵

Os moradores de Itaquera também participam dessa luta pelo direito à cidade (LEFEBVRE, 1991) e pelo direito à vida (CARLOS, 2011). Douglas Cassiano, produtor musical de rap e artista urbano (desenvolve a sua arte através do grafite), morador de Itaquera, diz um pouco sobre a sua participação nas manifestações, no documentário “Itaquera - A World Cup in the backyard (Itaquera – A Copa do Mundo no quintal)⁴⁶”.

Eu já perdi vários amigos pro crime, pras drogas, por um monte de coisas. Eu vou estar na linha de frente no ano que vem (2014) nas manifestações, o que tiver no meu alcance de poder ir pra algum lugar, eu vou. Porque se eu não for, ninguém vai por mim, ninguém vai debater por mim. Então eu quero ir porque eu quero mudança (Douglas Cassiano, informação verbal)

O relato de Douglas Cassiano é uma amostra de que o povo da periferia quer uma mudança, quer melhores condições de vida. Através desse relato percebemos que existe uma indignação do povo periférico com a política urbana. Quando Douglas diz “ninguém vai debater por mim”, concluímos que a representação vigente hoje na política urbana não representa o povo da periferia, neste caso, Itaquera. O povo da periferia tem uma vontade de mudar e melhorar a condição de vida que lhe é imposta

⁴⁵ Manifestação Copa pra Quem?. Data 14 de junho de 2013. Foto: Daniel Bruno Vasconcelos.

⁴⁶ O documentário “Itaquera – A Copa do Mundo no quintal” é uma série de episódios que registram o cotidiano das pessoas de Itaquera no período que antecede a Copa do Mundo. A página das reportagens sobre Itaquera se encontra no sítio: <http://itaqueradoc.com>. Os vídeos estão disponíveis em: <http://www.itaqueradeserie.com>. Acessado em 23/outubro/2014.

pelo Estado e pelo Capital e sabemos que esse povo necessita de lutar por seus direitos e por seu espaço, antes que sejam espoliados pelo sistema.

Em outubro de 2014, o próprio Douglas Cassiano nos concedeu um depoimento falando sobre a luta do povo de Itaquera e a atual situação do bairro referente às políticas públicas do Estado.

Itaquera, lugar de gente sofrida e esquecida, que só é lembrada de 4 em 4 anos, quando precisam de nosso voto. Mas agora temos nossa voz e não vamos nos deixar calar por motivo algum, vamos lutar pelos nossos direitos e, acima de tudo, lutar pelo nosso bairro. A minha luta e de meus irmãos não acabou, pelo contrário, ela só começou. Temos muito ainda para fazer, tanto por nós quanto pelos nossos próximos (Douglas Cassiano, informação verbal).

O Direito à cidade (LEFEBVRE, 1991) e o Direito à Vida (CARLOS, 2011) só chegarão com a união e luta da classe trabalhadora que sofre com as precariedades do espaço urbano nas periferias. Neste caso, Itaquera se encaixa perfeitamente no exemplo. A sociedade periférica da cidade, que sofre mais com o caos urbano, deve procurar saber e estudar mais sobre as políticas urbanas que lhe oprimem cotidianamente.

As manifestações que antecederam a Copa do Mundo, que por sua vez tiveram em grande parte a participação de jovens de classe média e baixa, que já não aguentam mais as políticas urbanas atuais, em principal as da metrópole, foram às ruas e soltaram o grito para que todos pudessem ouvir que o que está acontecendo no espaço urbano. Tanto nas políticas urbanas quanto nas políticas sociais, não dá mais para manter, é necessário haver uma mudança, é um verdadeiro descaso, uma fragmentação e segregação do espaço urbano. Só a luta muda!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na medida do possível, foi realizada uma análise geográfica sobre as transformações na estrutura urbana de Itaquera, na cidade de São Paulo. O texto teve a pretensão de fazer uma análise crítica do modo de produção e reprodução do espaço, o qual foi estabelecido pelo Estado e pela iniciativa privada durante os anos que antecederam a Copa do Mundo de 2014.

Para as considerações finais desse trabalho, é inevitável não compartilhar e seguir os pensamentos do professor Carlos Vainer (2014) que diz respeito ao legado dos megaeventos no Brasil. Consequentemente, finalizaremos com nosso ponto de vista, seguindo os pensamentos de outros autores que nos deram todo o suporte teórico e conceitual para realização desta pesquisa contemporânea.

Antes mesmo de começar a Copa do Mundo no Brasil, para quem estava por dentro da atual conjuntura de planejamento urbano das grandes cidades, não foi nenhuma novidade ver os grandes detentores das operações urbanas se tornarem os grandes vencedores da Copa do Mundo, juntamente com a FIFA e seus patrocinadores. A coalização realizada pelos detentores das operações urbanas é realizada através das “[...] antigas oligarquias da cidade, grandes escritórios de advocacia, de arquitetura, [...] interesses dos grandes comerciantes, dos grandes proprietários de terra, [...] capital industrial, [...] da atividade turística; e, [...] das grandes empreiteiras (VAINER, 2014)”. As empreiteiras de serviços e os bancos são os principais vetores de coalização em nível nacional, estadual e municipal, são eles que detêm uma grande parte do capital público em suas concessões e são eles os grandes financiadores, o esteio da campanha política (VAINER, 2014).

O conceito de cidade que esta coalizão implementa tem 3 (três) principais vetores. O primeiro vetor segue no âmbito do aprofundamento da desigualdade nas cidades, a segregação socioespacial e o desenvolvimento da cidade sob a lógica de empresa, a cidade-empresa, a cidade-comércio, a cidade-empreendimento. As cidades passam a ser pensadas como empresas concorrendo umas contra as outras em um mercado internacional de cidades. As cidades se tornam empresas que concorrem com outras empresas para vender localizações, atrair investimentos, turistas e eventos.

O segundo vetor se refere à despolitização da cidade. “A despolitização da cidade significa a transformação da cidade de espaço público em privado (VAINER,

2014)”. Para essa grande coalizão é necessário que a cidade não seja objeto de discussão pública, uma operação urbana jamais pode ser discutida com o público no âmbito da cidade-empresa. “O processo de privatização da cidade é a negação da política, portanto, o fim da expectativa da democracia urbana. É a transformação do governo urbano em um governo autoritário (VAINER, 2014)”.

O terceiro vetor é o autoritarismo urbano. “A cidade da empresa, a cidade do evento, a cidade da negociação empresarial, das chamadas parcerias público-privadas, é uma cidade para a qual a democracia é um obstáculo (VAINER, 2014)”. Um modelo central deste autoritarismo urbano está no âmbito das parcerias público-privadas como forma de captura do espaço urbano pelo capital privado. A contraface da cidade de exceção é a democracia direta do capital, a sociedade é excluída dos processos de discussão dos destinos da cidade e de negociação das operações urbanas (VAINER, 2014).

Ou seja: um processo de desperdício de recursos públicos, de entrega de área ambiental, de entrega de patrimônio público, de investimentos que vão ser capturados pelo processo de valorização imobiliária. Isso é o exemplo de uma operação urbana, isso é o exemplo do que é a democracia direta do capital, do que é a apropriação da cidade e a privatização dos espaços urbanos (VAINER, 2014).

No âmbito da administração pública e dos administradores do dinheiro público, o que fica marcado é: “para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei (VAINER, 2014)”. Os amigos, neste caso, são as empresas de coalizão das operações urbanas, a população se torna inimiga da cidade-negócio, da cidade-empresa, da cidade-corporativa. Os grupos sociais que se manifestam no espaço público levando propostas e projetos públicos se tornam os maiores inimigos deste tipo de cidade, a sociedade civil organizada é o inimigo número 1 (um) dessa grande coalizão e das administrações públicas municipais, estaduais e federais. A resposta disso é a violência policial contra a sua própria população (VAINER, 2014).

Durante as manifestações anti-Copa houve muita brutalidade, abuso e inconsequência das instituições policiais, em principal a PM. Com o aprofundamento das desigualdades sociais e o fim da democracia nas cidades, se é que algum dia já foi democrático, a violência se impõe. A PM entra em ação para conter os pobres nos espaços que lhes foram alocados, ela atua para impedir as manifestações públicas, promove a violência excessiva, é uma espécie de “cala a boca se não você apanha, vai preso ou morre”. Isso porque para cidade-empresa as manifestações populares e a

sociedade civil organizada são uma ameaça. A ideia que fica é: “Não vamos discutir com os cidadãos, porque essa cidade não é pros cidadãos, é pros compradores de cidade (VAINER, 2014)”. Desta forma, a repressão por parte do Estado passa a ser um elemento central no conceito geral de cidade-empresa. Neste processo, os que não aderem ou não fazem parte deste modelo implantado é criminalizado por se posicionar contra (VAINER, 2014).

“A cidade-empresa reconhece não o cidadão ou o morador. Ela reconhece dois personagens principais: o cliente e o investidor. Ou você é comprador, ou você é investidor (VAINER, 2014)”. Neste modelo, o cidadão não pode querer discutir a cidade em que ele vive, porque isso é uma ameaça à competitividade da cidade-empresa com outras empresas (cidades). Podemos chamar esse processo de democratização de repressão e da brutalidade promovida pela PM, à diferença é que nas manifestações populares a PM usa balas de borracha e nas periferias ela usa balas de chumbo. A ação política do povo segregado nas periferias é criminalizada porque não há espaço para pobres na cidade-empresa. A criminalização e o genocídio contra o povo pobre são o discurso e a prática da cidade-empresa, vide que a grande maioria desse povo é negro, segregados socialmente por mais de séculos no Brasil (VAINER, 2014).

Os gestores das grandes cidades brasileiras mostraram descaradamente o Estado de exceção (AGAMBEN, 2004; MAIOR, 2014; VAINER, 2014) que consiste nas políticas públicas da cidade. Vainer (2014) diz sobre o conceito de cidade de exceção: “Não há regra. As operações urbanas permitem que a lei estabelecida no plano diretor seja suspensa. A cidade de exceção é a cidade em que a regra caduca sempre que se faça uma negociação entre Estado e capital privado, que interesse ao capital privado (VAINER, 2014)”. O plano diretor teoricamente deve ser rígido, voluntarista, intervencionista, tecnocrático, mas o que o mercado precisa é de flexibilidade; a cidade, então, é entregue à lógica do mercado porque nas políticas capitalistas e neoliberais o mercado é a melhor forma de determinar os nortes da sociedade e da cidade. Mas temos a convicção de que não é essa a melhor forma de se administrar e planejar uma cidade, esse modelo vai na contramão dos nossos pensamentos.

O Estado atua como facilitador do lucro das grandes empresas a partir do uso do espaço público, na corrida da competição da cidade-empresa. Ela tem que atender aos capitais presentes e atrair mais capitais. Se continuarmos nessa mesma lógica de planejamento urbano, depois de 20 anos de hegemonia desse sistema, o que veremos é um aumento da desigualdade social urbana, uma segregação socioespacial

consolidada, e é a isso que assistimos nas últimas décadas. Os pobres não terão espaço na cidade planejada, porque ela não está sendo planejada para pobres.

As grandes cidades brasileiras têm uma história de desigualdades sociais dentro de cada tecido urbano traçado, o que vemos hoje é um processo de guetificação urbana (principalmente nas metrópoles), uma transformação da cidade em um conjunto de cidadelas: “as cidadelas dos ricos, nos condomínios fechados, cercados por muros e protegidos por vigilantes; e os condomínios dos pobres, ou os guetos dos pobres, cercados por policiais (VAINER, 2014)”. Para a classe dominante é garantido o direito à cidade, mesmo que seja pela iniciativa privada, para os pobres muitas vezes não são nem garantidas suas necessidades primordiais de vida, como saneamento básico, energia elétrica, saúde, educação, dentre outras coisas (VAINER, 2014).

O que acontece nesse processo capitalista das cidades-empresas é que ela traz a lógica social de “limpeza urbana”, que está ligada ao processo de valorização fundiária e aos grandes projetos urbanos, que não querem ver a miséria, mas querem ver uma vizinhança “limpa”. O que é evidente nas cidades brasileiras é que a classe alta, os ricos, gostam de ver os pobres trabalhando nos serviços que lhe são necessários, como na limpeza de seu prédio, de porteiro, de empregada doméstica, dentre outros serviços que são mal remunerados no Brasil. A classe alta não quer ver os pobres morando perto, não quer tê-los como vizinhos. Como vizinho o pobre é o suposto nefasto, perigoso, o pobre traz o perigo e se torna uma ameaça à sua integridade. Mas o pobre como seu empregado é muito bom, porque não precisa pagar muito. Esse cenário gera uma ambiguidade, porque a burguesia necessita da força de trabalho dos pobres, mas ao mesmo tempo essa mesma burguesia quer que eles estejam o mais longe possível. Como trabalhador o pobre é bom, como um civil ele é uma ameaça e desconforto. É desta forma que a cidade vai vivendo e o Estado é um dos principais promotores da desigualdade. Esse cenário só terá algum tipo de mudança quando as políticas urbanas forem pensadas e aplicadas na cidade como uma totalidade, uma administração para todos através de políticas de universalização dos serviços (VAINER, 2014).

O tsunami de capitais (MARICATO, 2014) que girou no processo de desencadeamento da Copa do Mundo no Brasil e durante os jogos serviu para mostrar o aprofundamento da desigualdade urbana causada pelo mercado imobiliário e pela atuação do Estado como um agente propiciador dessas desigualdades do mercado capitalista. O problema da desigualdade social se concerne na forma em que são pensadas as políticas públicas para os mais pobres. Sempre haverá desigualdade social e

segregação socioespacial enquanto o planejamento das cidades continuar da forma que está. O problema está na estrutura urbana das cidades e a solução é enfrentar todos esses problemas que colocamos aqui no âmbito da reforma urbana.

Ao chegar ao final deste trabalho, depois de analisar diversas problemáticas que envolveram os impactos da construção do estádio Itaquerão, a realização da Copa do Mundo de 2014 e a questão urbana brasileira, temos em vista que a situação em que se encontra a formação socioespacial brasileira, passando pelo campo social, político e pelo campo econômico, há uma necessidade de mudança e transformação dos processos que culminam para uma formação social. É necessário que essa transformação tenha um caráter coletivo, pensando o urbano como uma totalidade e não como fragmentos, mas essa transformação só terá um âmbito coletivo quando houver uma ruptura dos processos que estão impostos hoje na questão urbana. Seguindo o pensamento de Rolnik (2014), há uma necessidade de um novo modelo de planejamento urbano para as cidades. O desafio para chegar em um contexto urbano em que não haja, ou quase não haja, segregação socioespacial e desigualdades sociais, no que diz respeito ao direito à cidade (LEFEBVRE, 1991) e ao direito à vida (CARLOS, 2011), é transformar os processos que hoje estão impostos no âmbito do urbano, e para isso é necessário romper com o Grande Capital que concerne às políticas públicas do urbano. Desta maneira, poderemos superar essa concepção de cidade imposta atualmente para pensar uma nova formação socioespacial, com mais igualdade e justiça social entre as pessoas na cidade.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de sítio).

ALVEZ, Martha. “Sem-teto invadem terreno particular perto do Itaquerão”. Folha de São Paulo, 4 de maio de 2014. Consultado em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/164278-sem-teto-invadem-terreno-particular-perto-do-itaquerao.shtml>. Acessado em 23/julho/2014.

BONDUKI, Nabil. O modelo de desenvolvimento urbano de São Paulo precisa ser revertido. Revista Estudos Avançados, volume 25, número 71. São Paulo: IEA, 2011, pp. 23-36.

BOULOS, Guilherme; ROCHA, Josué; DORES, Maria das. “O que quer o MTST?”. In: JENNINGS, Andrew. Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?. 1. ed. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2014.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil; Política Urbana Constituição Federal – Art. 182/183; Capítulo II da Política Urbana. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil; TÍTULO II Dos Direitos e Garantias Fundamentais – Art. 6º; Capítulo II dos Direitos Sociais; Redação dada pela Emenda Constitucional, N°64, de 4 de fevereiro de 2010. Brasília, DF, Senado, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Cidade. 9. ed. - São Paulo: Contexto, 2011 (Repensando a Geografia).

_____. A (Re)Produção do Espaço Urbano. 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. A questão da habitação na metrópole de São Paulo. *Scripta Nova* Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Vol. VII, núm. 146(046), 1 de agosto de 2003.

_____. Diferenciação socioespacial. Revista científica: CIDADES. Volume 4, Número 6. Presidente Prudente: – Grupo de Estudo Urbanos – GEU, 2007 (Janeiro a Dezembro), pp. 45-60.

CASTELLS, Manuel; tradução de CAETANO, Arlete. A questão urbana. 4. ed., 1. reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____; tradução de AZEVEDO, Lemos. Problemas de investigação em sociologia urbana. 1. ed. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1975.

CLARK, David. Introdução à geografia urbana. Tradução Lucia Helena de Oliveira Gerardi, Silvana Maria Pintaudi. São Paulo: Editora DIFEL, 1985.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. 4. ed., 6. reimp. São Paulo: Editora Ática, 2005

_____. “Espaço: um conceito-chave da Geografia”. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Geografia: conceitos e temas. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, pp. 15-48.

COSTA, Fernando Nogueira da. “Descompasso entre a capacidade de endividamento das famílias e o financiamento imobiliário”. Consultado em: <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2012/07/11/descompasso-entre-a-capacidade-de-endividamento-das-familias-e-o-financiamento-imobiliario/>. Acessado em: 23/maio/2014. Postado em: 11/julho/2012.

D’ADREA, Tiarajú. Itaquera, muito além da Copa do Mundo. Revista Le Monde Diplomatique Brasil, ano 5, número 57, abril 2012. Curitiba: Posigraf Gráfica e Editora S/A, 2012, pp. 36-37.

DE MATTOS, Carlos A.. Redes, nodos e cidades: transformações da metrópole latino-americana. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.); LAGO, Luciana Corrêa do; AZEVEDO, Sergio de; JUNIOR, Orlando Alves dos Santos (colaboradores). Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2004, pp. 157-196.

ESPAÇO & DEBATES, 42. Revista de Estudos Regionais e Urbanos – Depoimentos de MARTINS; LANGENBUCH e BONDUK. Ano XVII, n.42. São Paulo: NERU, 2001, pp.75-99.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. 3. ed. São Paulo: Editora Loyola, 1996.

GARCIA, Bruno. Tradição de exclusão: Copa mais cara do mundo reforça experiência brasileira de sediar grandes eventos para favorecer poucos. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Quem paga a conta? A obsessão da nossa República por grandes eventos. Ano 9, N° 105. Rio de Janeiro: SABIN – Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional; Junho/2014.

HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade. Prefácio e Tradução de Armando Corrêa Silva. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980.

_____. A liberdade da cidade. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Ermínia Maricato ... [et al.]. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

ITALIANI, Rafael. “Sem-teto ocupam terreno particular perto do Itaquerão”. MSN – Estadão – 03/maio/2014. Consultado em: <http://estadao.br.msn.com/ultimas-noticias/sem-teto-ocupam-terreno-particular-perto-do-taquer%C3%A3o>. Acessado em 23/julho/2014.

KOWARICK, Lúcio. A espoliação urbana. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LEFEBVRE, Henri. A cidade do capital. Trad. Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

_____. A revolução urbana. Editora UFMG. Belo Horizonte, 1999b.

_____. Espaço e política. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. O direito à cidade. São Paulo. Editora Moraes, 1991.

LOBEL, Fabrício. MTST promete “saída provisória” da Copa do Povo em 45 dias. Folha de São Paulo – 03/julho/2014. Consultado em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/07/1480700-mtst-faz-acordo-e-se-compromete-a-sair-da-copa-do-povo-em-45-dias.shtml>. Acessado em 24/julho/2014.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. “Lei Geral da Copa: explicitação do estado de exceção permanente”. In: JENNINGS, Andrew. Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?. 1. ed. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2014.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido!. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Ermínia Maricato ... [et al.]. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

_____. A Copa do Mundo no Brasil: tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana. In: JENNINGS, Andrew. Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?. 1. ed. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2014.

MARX, Karl. O Capital: a crítica da economia política - Volume I, Livro Primeiro, Tomo 2. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3.ed.. Coleção “Os economistas”. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

NETO, Gustavo Pires de Andrade. Discurso, projeto e mercado na realização do Concurso Bairro Novo em São Paulo, 2004. Consultado em: <http://www.lares.org.br/2006/artigo%20gustavo%20neto%20discurso%20vfinal.pdf>. Acessado em: 19/março/2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. “A Lógica da Especulação Imobiliária”. Boletim Paulista de Geografia, n.55, pp 75-92, nov. 1978.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Dinâmica imobiliária e metropolização: a nova lógica do crescimento urbano em São Paulo. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Scripta Nova. Universidade de Barcelona. Vol. IX, núm. 194 (10), 1 de agosto de 2005.

PLANO ALTERNATIVO PARA A COMUNIDADE DA PAZ. Coletivo Comunidades Unidas de Itaquera; Peabiru TCA; Instituto Polis; Comitê Popular da Copa de São Paulo. 2012-2013.

PORTAL POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS. Articulação Nacional. Carta da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. Disponível em: http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=366&Itemid=279. Consultado em: 27/agosto/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Consultado em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/legislacao/plano_diretor/index.php. Acessado em: 01/novembro/2013.

RIBEIRO, Bruno. TJ decide que nova luz deve ser refeito. Consultado em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,tj-decide-que-nova-luz-deve-ser-refeito,987607,0.htm>. Acessado em: 27/março/2014.

ROLNIK, Raquel. Diálogos Capitais; Metrôpoles Brasileiras – O futuro planejado. Urbanismo e Cidades Inteligentes: As Metrôpoles Possíveis. Realizado no dia 21/julho/2014, local Hotel InterContinental, São Paulo/SP. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/dialogos-capitais>. Acessado em: 19/agosto/2014.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz; PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Segregação e produção imobiliária na metrópole latino-americana: um olhar a partir da cidade de São Paulo. In: LENCIONI, Sandra; VIDAL-KOPPMANN, Sonia; HIDALGO, Rodrigo; PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago. São Paulo: FAUUSP, 2011.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço : Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 3. reimpr. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.

_____. Da Totalidade ao Lugar. 1. ed., 2. reimpr. – São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2012a.

_____. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. Manual de Geografia Urbana. 3. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e metodológicos da Geografia. 6. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

_____. *Metrópole Corporativa Fragmentada: o Caso São Paulo*. 2. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. *O Espaço Dividido. Os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. Tradução Myrna T. Rego Viana. 2. ed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008b.

_____. *O Espaço do Cidadão*. 7. ed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012b.

_____. *Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 6. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008c.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico Científico Informacional*. 5. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008d.

SANTOS, Regina Célia Braga dos. “As Condições de Existência de Parcelas da População Trabalhadora – Osasco, São Paulo”. *Boletim Paulista de Geografia*, n.64, pp. 59-74, 2º semestre, 1986.

SINGER, Paul Israel. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

SMITH, Neil. “A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à ‘regeneração’ urbana como estratégia urbana global”. In: BIDOU-ZACHARIASEN (coord). *De volta à cidade*. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 59-88.

SOUZA, Felipe. “Governo vai subsidiar 2.000 moradias na invasão Copa do Povo, diz sem-teto”. *Folha de São Paulo* – 09/junho/2014. Consultado em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1467499-governo-vai-subsidiar-2000-moradias-na-invasao-copa-do-povo-diz-sem-teto.shtml>. Acessado em 23/julho/2014.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Geografia: conceitos e temas. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, pp. 77-116.

TOURINHO, Andréa de Oliveira. “Centro e centralidade: uma questão recente”. In: CARLOS, A. F. A. e OLIVEIRA, A. U. de (Orgs.). Geografias da metrópole. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 277-300.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. “Estratégias de desenvolvimento e discurso do “declínio” em políticas de requalificação urbana no Brasil e na Europa”. Revista científica: CIDADES. Volume 7, Número 11. Presidente Prudente: – Grupo de Estudo Urbanos – GEU, 2010 (Janeiro a Junho), pp. 193-218.

VAINER, Carlos. Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Trabalho completo publicado no XIV Encontro Nacional da ANPUR. Maio de 2011. Rio de Janeiro/RJ/Brasil. Consultado em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2874/2811>. Acessado em 25/julho/2014.

_____. 2011b. Entrevista realizada pelo Cientista Social Juca Kfoury, “Prof. Carlos Vainer fala sobre Megaeventos no programa Juca Entrevista”. YouTube – 02/12/2011. Consultado em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZKDRaZXajIg>. Acessado em 25/julho/2014.

_____. Quando a cidade vai às ruas. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Ermínia Maricato ... [et al.]. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____. Rio promove “limpeza urbana” e será mais desigual em 2016. Entrevista concedida ao Viomundo, por Dario de Negreiros, do Rio de Janeiro. Publicado em 30 de janeiro de 2014. Consultado em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/carlos-vainer-com-pretexto-dos-megaeventos-rio-promove-limpeza-urbana-e-sera-cidade-mais-desigual-em-2016.html>. Acessado em 19/setembro/2014.

VASQUES, Daniel. “Construtoras seguram lançamentos em Itaquera para vender mais caro”. Folha de São Paulo – Classificados de Imóveis – 17/março/2013. Consultado em <http://classificados.folha.uol.com.br/imoveis/1247351-construtoras-seguram-lancamentos-em-itaquera-para-vender-mais-caros.shtml>. Acessado em 23/setembro/2013.

_____. “Palco da Copa, Itaquera vira alvo das incorporadoras”. Folha de São Paulo – Classificados de Imóveis – 17/março/2013. Consultado em: <http://classificados.folha.uol.com.br/imoveis/1247349-palco-da-copa-itaquera-viraaposta-das-incorporadoras.shtml>. Acessado em 23/setembro/2013.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. 4. reimp. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

WILKSON, Adriano. “Vizinhos da Copa resistem por 3 dias, mas ficam sem casa em Itaquera”. UOL Copa – 26/março/2014. Disponível em: <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/03/26/em-itaquera-vizinhos-da-copa-resistem-por-3-dias-mas-ficam-sem-casa.htm#fotoNav=4>. Acessado em 22/julho/2014.

BIBLIOGRAFIA COMENTADA

ASCHER, François – 2001. Les nouveaux principes de l'urbanisme. La fin des villes n'est pas à l'ordre du jour, Éditions de l'Aube.

DURAND-LASSERVE, Alain, org. La croissance peripherique des villes du Tiers Monde. Le rôle de la promotion foncière et immobilière. Travaux et Documents de Géographie Tropicale, 40, Ceget, 1980.

GODELIER, M. Qu'est-ce que Définir une "Formation Economique et Sociale"? L'Exemple des Incas. La Pensée 159: 99-106, 1971.

_____. Idem. Crítica Marxista 10 (1): 81-89: Roma, 1972.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

JARAMILLO, Samuel. "Las formas de producción del espacio construido em Bogotá". In: PRADILLA, Emilio (org.). Ensayos sobre el problema de la vivienda em México. México: Latina UNAM, 1982. pp. 149-212.

FEBVRE, Lucien. Geographical Indroduction to History. London: Kegal Paul, 1932.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. São Paulo – a construção da cidade – 1872-1914. São Carlos: RiMa, 2004. 174p.